

CMPPS - 1

2.4.90

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO



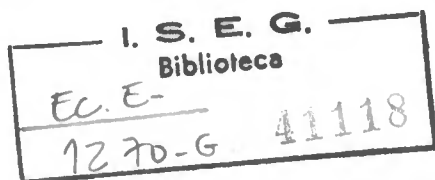
EFEITOS ESPACIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO
A PENÍNSULA DE SETÚBAL DE 1960 A 1986

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
Serviço de Documentação
Alameda Sto. António Capuchos, 1
1100 LISBOA

DEZEMBRO DE 1989

RESERVADO

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO



HD2329.C37 1989



EFEITOS ESPACIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A PENÍNSULA DE SETÚBAL DE 1960 A 1986

TESE DE MESTRADO EM
PLANEAMENTO REGIONAL
E URBANO

FERNANDO A. M. CARIA

DEZEMBRO DE 1989

RESUMO

A pesquisa analisa as características da estrutura produtiva implantada, as formas de gestão da mão-de-obra e os processos de crescimento demográfico-urbanístico na Península de Setúbal nas últimas décadas.

A interrogação que se levanta centra-se nos efeitos espaciais da localização das actividades industriais na Península de Setúbal no período pós 1960.

A Península de Setúbal criada na lógica de "um pólo industrial" irá estar sujeita, no breve prazo de 25 anos, a conjunturas nacionais e internacionais com fortes impactos na sua estrutura económica e social.

A "exterioridade" da estrutura produtiva implantada reflecte-se, não apenas na origem do capital, mas também na dependência da energia e matérias-primas. Irá, assim, criar-se uma região de grande especialidade sócio-produtiva - com um forte peso das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas (incluindo o material de transporte) - assente em grandes empresas de ocupação de mão-de-obra extensiva. As formas de mobilização da mão-de-obra irão assentar no apelo a um forte contingente de mão-de-obra de origem rural, sem qualificação, que não sofre evolução significativa ao longo de todo o período em análise.

Este "modelo" de crescimento, característico dos anos 60, é abalado com a crise das economias mundiais de meados dos anos 70. A conjuntura portuguesa transforma o Estado no principal agente económico da região em plena crise económica, social e política interna e externa.

A crise que assola a região manifesta-se com gravidade no fecho de empresas, no aumento do desemprego, nos "salários em atraso", etc, obrigando a "planos de emergência" e à promoção de "planos de reconversão".

Esta história económica no entanto não impede a sedimentação de uma região socio-urbanística de grandes potencialidades e dificuldades. Salientam-se dois traços da evolução socio-urbanística da Península de Setúbal. Por um lado, o crescimento urbano realiza-se na coexistência de um processo legal e ilegal de ocupação do solo. Esta característica dá à paisagem urbana da Península traços próprios de coexistência de urbanizações de grande densidade e de urbanizações "difusas".

Por outro lado, a proximidade da capital vai imprimindo um movimento crescente de "metropolização" à Península de Setúbal, de efeitos contraditórios. Provoca grandes fluxos para Lisboa ao nível das deslocações casa-trabalho e torna a Península dependente da capital em serviços de maior qualidade, reforçando a "exterioridade" do desenvolvimento da região.

A partir da análise das fileiras da mão-de-obra comprova-se no entanto, que a Península de Setúbal é hoje um espaço que estrutura as funções de produção e reprodução social. Como se salienta, a análise das fileiras da mão-de-obra apresenta a Península de Setúbal como um território articulado ao nível das funções de produção e de reprodução social, reflectindo, também, uma desarticulação entre essas formas de gestão da mão-de-obra por parte das empresas, e a localização das condições de reprodução social.

ABSTRACT

SPATIAL EFFECTS OF INDUSTRIALIZATION - the Peninsula of Setúbal from 1960 to 1986

The main question of this research regards the spatial effects of the process of location of industrial location activities in the Peninsula of Setúbal after the sixties.

In five chapters the author, after the presentation of his conceptual framework, analyses the characteristics of the productive structure, the paths of workers mobilisation and the urban development in the last decades.

The specialisation of the Peninsula is defended by its over-specialisation in the metallurgic and metallo-mechanic industries, its external dependence (either on raw-materials or capital) and the vulnerability of the commerce and services activities.

The workers mobilisation is characterized by a great dependency on the labour market and a low level of scholarship and qualification.

This pathern of industrial activities was based on the "pole of development" theory defended in the middle of the century but it was greatly affected with the relocation movements in the middle of the 70thies. After that, the Peninsula of Setúbal was submitted to a deep economic and social crisis with the closing of its main economic activities and a great level of unemployment.

Nevertheless, its historical economic location produced an intense demographic and urban movement, in the last decades, and the Peninsula of Setúbal is now the place of living for more than a million people. The increasing process of urbanisation of the region is resultant either from the legal or the illegal occupation of the rural areas.

In the last decade the increasing "metropolisation" of the region is evident by the flux between the work and the housing and the decentralised process of suburban movements from Lisbon to the Peninsula. The proximity to Lisbon is a geographic advantage but it is also a factor of dependency on employment and on the location of some more specialised social equipments.

But the "metropolisation" of the Peninsula did not avoid that it presents itself as an integrated urban territory. In spite of the differences between the municipalities, the Peninsula of Setúbal articulates the productive and the consumption fonctions as it is demonstrated by this research with the analyses of the "draw-plate of the workers". The flow between the place of work and the place of residence presents the region as an integrated region but it reflects also an inadequate articulation between the paths of the labour mobilisation by the enterprises and the location of the social consumption structures.

INDEX



ACCUMULATION
ADMINISTRATION

CONSUMPTION
CRISIS
 of the city
 economic
 of the State

DELOCALISATION
DEPENDENCY
 between countries
 between regions
 dependent urbanisation
DEVELOPMENT
DESLOCATIONS
DRAW-PLATE OF THE WORKERS

ESPACE
 espace-territory
 depend espace
 homogeneous espace
 polarized espace
EXTERNAL ECONOMIES

GROWTH
 economic
 urban
 demografic

HABITATION

INDUSTRIALISATION
INTERNAL DIVISION OF WORK

LOCATION ACTIVITIES

METROPOLIS
MIGRATION
MOBILITY

PLANNING

REGIONS
REGIONAL ASSYMETRY

SOCIAL DIVISION OF POLITICAL WORK
SOCIAL REPRODUCTION

URBANISATION
 desurbanisation
 reurbanisation
 suburbanisation
URBAN MANAGEMENT

WORKERS
 salary
 mobilisation
 qualification
 espace mobility of the



ÍNDICE

INTRODUÇÃO GERAL.....	4
-----------------------	---

PRIMEIRA PARTE: PROBLEMÁTICA E CONTEXTUALIZAÇÃO CRÍTICA

CAPÍTULO I MODELO CONCEPTUAL

1.	Conceito de espaço económico.....	7
1.1	O espaço homogéneo e localização das actividades produtivas.....	10
1.2	O espaço polarizado e a diferenciação espacial.....	11
1.3	O espaço dependente e a internacionalização da economia.....	14
1.4	Um novo conceito: o espaço-território.....	17
2.	Efeitos urbanos das actividades produtivas.....	19
2.1	Da ocupação intensiva do espaço à ocupação qualitativa do espaço.....	21
2.2	Crescimento industrial e crescimento urbano.....	23
2.3	Crescimento demográfico e mobilidade.....	26
3.	O Estado e o urbano.....	28
a	As contradições do Estado central.....	29
b	A divisão social do trabalho político entre o Estado e as Autarquias.....	30
c	A intervenção pública ao nível do planeamento regional e urbano.....	32
4.	Conclusão.....	34

CAPÍTULO II GRELHA ANALÍTICA E HIPÓTESES DE TRABALHO.....	37
---	----

SEGUNDA PARTE: A PENÍNSULA DE SETÚBAL (1960 - 1986)

CAPÍTULO III ESTRUTURA INDUSTRIAL DA PENÍNSULA

1.	Síntese do crescimento industrial em Portugal e em Setúbal - do século XVII ao século XX.....	44
1.1	A "vocação" agrícola permanece até ao século XIX...	44
1.2	Tentativas de industrialização no século XIX.....	46
1.3	O despertar industrial do século XX.....	49
2.	O modelo de desenvolvimento dos anos 60 e a crise internacional e "local".....	50
2.1	O prenúncio da região industrial de Setúbal e a criação deliberada de um "pólo industrial".....	54
2.2	De uma indústria "tradicional" para uma indústria "moderna" - anos 60.....	55
2.3	A especialização produtiva da Península.....	58
2.4	Dependência do capital.....	64
2.4.1	Origem do capital.....	64
2.4.2	Localização das sedes sociais.....	69
2.5	A crise.....	70

CAPÍTULO IV FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

1.	Formas de gestão da mão-de-obra.....	75
1.1	Estrutura e evolução da população - uma ocupação industrial da mão-de-obra.....	75
1.2	Dependência face ao mercado de trabalho - elevadas taxas de assalariamento.....	76
1.3	Estrutura sectorial da mão-de-obra.....	79
1.4	Qualificação da mão-de-obra.....	81
1.5	Mobilidade do mercado de trabalho.....	85
2.	Constituição de fileiras de mão-de-obra.....	87
2.1	Tipologia dos municípios.....	89
3.1	Fluxos espaciais e fileiras de mão-de-obra.....	93

CAPÍTULO V CRESCIMENTO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO URBANO

1.	Crescimento demográfico e assimetrias regionais....	101
1.1	Um crescimento litoral ao nível do país e uma "metropolização" crescente da Península de Setúbal.	101
1.2	Um crescimento enraizado em fortes movimentos populacionais.....	104
1.3	Origem das migrações internas para a Península de Setúbal.....	106
1.3.1	Migrações do Alentejo.....	106
1.3.2	A expansão metropolitana.....	108
2.	Ocupação territorial.....	108
2.1	Evolução da população por freguesias 1940-1981.....	109
2.2	Localização dos centros urbanos.....	109
2.3	Densidades populacionais.....	111
2.4	Dinâmica da utilização do solo.....	113
2.5	Habitação e infra-estruturas.....	116
2.5.1	Um parque habitacional fruto de um crescimento legal e ilegal.....	116
2.5.2	Características do parque habitacional - juventude e propriedade do parque habitacional.....	119
2.5.3	Crescimento urbano e infra-estruturas.....	122
3.	A diferenciação socio-económica da Península de Setúbal - tipologia de ocupação urbana.....	123
CONCLUSÃO GERAL.....		132
BIBLIOGRAFIA.....		135
GLOSSÁRIO.....		141
ÍNDICE DOS QUADROS.....		142
ÍNDICE DAS FIGURAS.....		143
ÍNDICE DOS MAPAS.....		143
INDEX.....		144
ANEXOS.....		147



INTRODUÇÃO GERAL

EFEITOS ESPACIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A Península de Setúbal de 1960 a 1986

OBJECTO:

Os objectivos desta pesquisa centram-se na clarificação dos efeitos espaciais da industrialização analisados aqui, ao nível da articulação entre o crescimento industrial e o crescimento demografico-urbanístico. Estuda-se a constituição de um espaço, simultaneamente produtivo e de reprodução social, salientando-se os factores endógenos da sua estruturação e os factores exógenos que advêm da sua inserção num espaço mais vasto.

Será no entendimento da complexidade destas formas de estruturação espacial que se poderá vir a situar o planeamento regional e urbano que pretende vir a intervir ao nível dos impactos de movimentos interligados, cujos efeitos espaciais aparentes podem escamotear a diversidade das lógicas intervenientes.

A Península de Setúbal, entre 1960 e 1986, é o quadro empírico desta pesquisa. De facto, as características económicas e urbanas da Península de Setúbal situam-se como objectivo privilegiado, dado o atravessamento histórico que esta "região industrial" sofreu nos últimos trinta anos.

Considera-se a Península de Setúbal o conjunto de nove municípios situados entre os estuários do Tejo e do Sado, ocupando 1 529,71 Km².

Os nove municípios que constituem a Península de Setúbal são os seguinte:

POPULAÇÃO				POPULAÇÃO			
	1981	Km ²	%		1981	Km ²	%
ALCOCHETE	11 246	94,49	6,2	ALMADA	147 690	69,97	4,6
BARREIRO	88 052	33,81	2,2	MOITA	53 240	55,08	3,6
MONTIJO	36 849	347,35	22,7	PALMELA	36 933	461,86	30,2
SEIXAL	89 169	93,58	6,1	SESIMBRA	23 103	194,98	12,7
SETÚBAL	23 103	178,59	11,7	PENÍNSULA	584 648	1 529,71	100

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro apresenta-se o modelo conceptual centrado na articulação entre o crescimento produtivo e o crescimento urbano.

Este modelo conceptual é, mais vasto do que aquele que é operacionalizado nesta pesquisa, na medida em que servirá como referência para aprofundamento em posteriores trabalhos, nomeadamente no que se refere à intervenção da esfera pública ao nível do planeamento regional e urbano.

Assim, passam-se em revista os principais conceitos de "espaço económico" e analisam-se os efeitos socio-urbanísticos articulados com a implantação das actividades produtivas. Defendendo-se a concepção de um espaço "activo", cuja função é hoje cada vez mais importante, quer ao nível da localização das actividades produtivas quer ao nível das actividades de reprodução social, dá-se conta da alteração das formas de ocupação intensiva do espaço para formas de ocupação mais qualitativa. A análise do aparelho público é realizada através do conceito de "divisão social do trabalho político" entre Estado central e Autarquias, competindo cada vez mais a estas últimas as acções de planeamento e controlo territorial.

No segundo capítulo propõe-se a grelha analítica e organizam-se as hipóteses de trabalho. A grelha analítica estrutura-se em torno da trilogia - organização produtiva, organização territorial e Estado e Autarquias Locais. A pesquisa desenvolve, sobretudo, as duas primeiras dimensões de análise que são, por sua vez, subdivididas em vectores analíticos. A análise da organização produtiva tem como principais vectores de estudo - as características da estrutura industrial, as formas de gestão da mão-de-obra, os tipos de integração e interdependências da região e os impactos de localização. A análise da organização territorial subdivide-se em três vectores analíticos - o crescimento demográfico, o crescimento urbano e as interdependências espaciais locais e regionais.

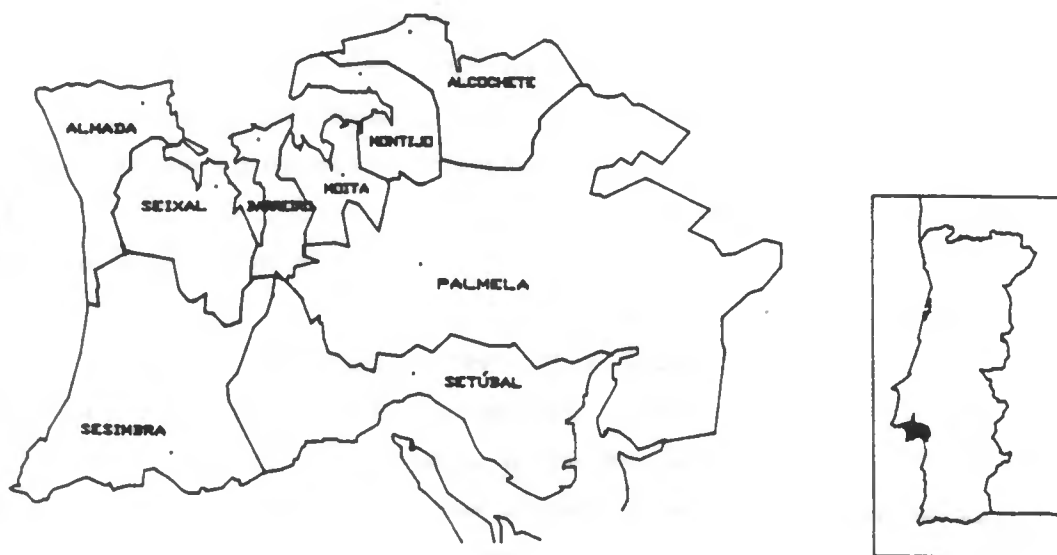
No capítulo terceiro a pesquisa analisa o crescimento produtivo da Península de Setúbal, com especial enfoque na

estrutura industrial. Centrando-se sobretudo no período posterior a 1960, caracterizam-se os traços da especialização produtiva da região.

No capítulo quarto aprofunda-se a análise através do estudo das formas de mobilização da mão-de-obra. Para além da análise da estrutura e evolução da população activa, estuda-se a constituição de fileiras de mão-de-obra, apresentando-se a estruturação de um espaço geográfico simultaneamente produtivo e de reprodução social.

A articulação entre o crescimento produtivo e o crescimento urbano é o objecto de análise do quinto capítulo. A pesquisa permite demonstrar que o crescimento demográfico-urbanístico da Península de Setúbal é tributário da sua forte capacidade de atracção. Permite ainda demonstrar a crescente "metropolização" da região, que se insere de forma cada vez mais articulada, na área metropolitana de Lisboa.

MAPA 1 OS MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL



PRIMEIRA PARTE: PROBLEMATICA E CONTEXTUALIZAÇÃO CRÍTICA

CAPÍTULO I: MODELO CONCEPTUAL

1. CONCEITO DE ESPAÇO ECONÓMICO

Apesar da sua evidência empírica o conceito de espaço tem-se apresentado de forma problemática em todas as ciências.

Da física à geometria, da geografia à economia, passando por outras áreas científicas, todas as ciências procuram de uma forma ou de outra integrar o espaço nas suas reflexões temáticas.

O espaço é, na verdade, uma dimensão básica para a vida humana. Ao longo da história, a actividade humana tem sido caracterizada pela apropriação do espaço, delimitando e defendendo fronteiras e territórios.

Aqui, interessa-nos sobretudo, aprofundar as formas como o espaço tem sido entendido no interior do pensamento económico. Pretende-se apenas, situar as mais significativas concepções do espaço ao nível da ciência económica, salientando-se os aspectos mais relevantes. E no confronto, largamente marcado pelos contextos históricos, que se poderá construir o pensamento sobre a complexa articulação entre o espaço e a economia.

De forma global, poder-se-á dizer que, na óptica da economia, o espaço é concebido como podendo alterar as condições de troca dos bens e de serviços. E esta forma de mobilidade dos factores que constituem a vida económica de uma sociedade, que são o centro dos problemas económicos colocados pelo espaço.

A óptica da economia tem sido, frequentemente a-espacial. Ela considera as condições óptimas da organização

como pontos no espaço, debruçando-se sobre as variáveis macro-económicas dos efeitos da distância.

Em torno das formas de organização sociais, o pensamento clássico desenvolveu um paradigma espaço-temporal. Este paradigma baseava-se fundamentalmente em dicotomias - entre a agricultura e a indústria, entre rural e o urbano.

Este paradigma é espaço-temporal. Espacial porque a agricultura e o rural constituíam espaços diferenciados dos espaços constituídos pela indústria e pelo urbano. Temporal porque a agricultura e o rural eram considerados pertença do passado e a indústria e o urbano pertença do futuro.

Como se verifica, as diferentes abordagens teóricas sobre o espaço estão estreitamente associadas a um determinado contexto histórico. Cronologicamente, as diferentes leituras do espaço procuram mostrar que, em cada fase da reflexão, se pretende dar resposta a problemas concretos da situação socio-económica do seu tempo.

Os esforços de reflexão sobre o espaço vão dando origem a conceitos e teorias cada vez mais complexas e abstractas. Como afirma Ponsard⁽¹⁾ *"Todo o conceito de espaço é necessariamente o resultado de um processo de abstracção - seja esse processo resultado das leis da matemática, da psicologia, da biologia ou de qualquer outra disciplina"*

Algumas importantes questões da economia espacial foram formuladas no decurso do século XVIII. Duas questões centrais vão ser definidas nessa época:

- 1- A localização das actividades produtivas, tendo em conta os custos das distâncias entre produtores e o mercado e as causas das desigualdades estruturais entre cidades e o campo;
- 2- A dissociação entre o espaço económico e o espaço político.

(1)Ponsard, Claude, 1958, Histoire des théories économiques spatiales, Librairie Armand Colin, Paris, p. 1.

Richard Cantillon (1755) é considerado por numerosos autores como um precursor da economia espacial, definindo áreas de mercado delimitadas pelos custos dos transportes, do local de produção para o local de venda. O espaço é aqui reconhecido como distância-custo, entre o local de produção e o local de consumo. Segundo Ponsard⁽¹⁾, referido-se a Cantillon *"Todo o seu pensamento é dominado pela necessidade de economizar os circuitos do tempo e do espaço, seguindo a preocupação comum aos autores do século XVIII"*.

Ao analisar os circuitos de mercadorias entre a cidade e o campo, Cantillon constata a desigualdade e a hierarquia na repartição das riquezas no espaço, pondo em evidência a desigualdade estrutural entre a cidade e o campo.

O que é original em Cantillon, tendo em conta a sua época, é a defesa da necessidade de relocalizar as actividades industriais, de forma a permitir uma melhor igualdade entre os espaços.

Esta primeira etapa de pensamento fundamenta-se, como é comum à maioria dos autores da época, numa concepção do espaço como geradora de custos. As divergências irão surgir sobre o modo como se apreciam as desigualdades das condições oferecidas pelos vários espaços locais e, necessariamente, sobre as teorias de localização das actividades produtivas.

Confrontam-se então quatro concepções de espaço - o "espaço homogéneo", o "espaço polarizado", o "espaço dependente" e o "espaço-território".

A teoria do "espaço homogéneo" representa o espaço económico como o suporte no qual a relação mercantil é a função principal que dá origem às localizações.

A teoria do "espaço polarizado" valoriza a função da empresa. As forças de atracção e de repulsão que apelam ou repelem as actividades económicas resultam de uma combinação entre a distância, a massa e a natureza da actividade produtiva.

A teoria do "espaço dependente" representa o espaço como

(1)Ponsard, Claude, 1958,op. cit., p.8.

produto de leis mais gerais de funcionamento societal e enfatizam o caracter desigual das relações económico-espaciais entre as regiões.

O novo entendimento do "espaço-território" ultrapassa a noção de espaço como produto de funções e coloca-o como espaço diversificado e activo. Articulado espaço e desenvolvimento defende-se uma alteração da lógica de desenvolvimento que deverá ser "de baixo para cima" e baseado nas necessidades, capacidades e recursos das regiões. Está em causa, não apenas a lógica das actuais deslocalizações mas e, sobretudo, a capacidade "endógena" das regiões em satisfazer as suas próprias necessidades a partir dos seus recursos.

1.1. ESPAÇO HOMOGÉNEO E LOCALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES PRODUTIVAS

Na corrente neo-clássica das teorias do espaço homogéneo podem distinguir-se dois tipos de orientações:

- 1- A elaboração de modelos de localização, agrícola e industrial, baseados no binómio distância-custo;
- 2- A integração dos fenómenos de localização no modelo de equilíbrio geral;

Von Thunen (1826), considerado como fundador da economia espacial, elaborou um modelo partindo da hipótese da indiferenciação do espaço, tendo pois uma concepção de um espaço homogéneo. Os trabalhos de Thunen são essencialmente de localização agrícola.

Já Weber (1909) coloca, sobretudo, o problema da localização industrial. As hipóteses de indiferenciação do espaço são o ponto de partida para a elaboração do modelo de localização industrial. O modelo admite três factores: os custos dos transportes, o trabalho e os factores de "aglomeração" que agiam a um nível espacial mais restrito.

As hipóteses de homogeneidade do espaço consideradas por Weber permitem trabalhar o modelo de localização industrial

no universo da geometria euclidiana. A localização óptima da empresa situa-se dentro de um triângulo, no ponto onde se equilibram as forças de atracção. Trata-se então de localizar a empresa industrial em função de um menor custo de transporte entre a origem das matérias-primas, os mercados de consumo e a empresa industrial.

A Losch (1940) deve-se a teoria da localização e do equilíbrio económico espacializado.

Partindo de hipóteses abstractas, Losch pretende deduzir a localização das diversas empresas: mostrar como se vão constituir as estruturas espaciais e como vai ocorrer a concorrência entre as empresas.

Os clássicos do "espaço homogéneo" têm uma concepção do espaço claramente articulado ao movimento de mercadorias, o que significa que é o "efeito distância" que é privilegiado.

1.2. O ESPAÇO POLARIZADO E A DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL

A introdução pública no equilíbrio espacial permite constatar a existência de desigualdades irredutíveis no espaço. A análise aprofundada das causas das desigualdades vai pôr em causa a hipótese do espaço homogéneo. Admitindo que o livre jogo das localizações industriais não permite uma repartição óptima e auto-regulada da actividade económica no espaço, a concepção teórica desse espaço vai necessariamente alterar-se.

A evolução da urbanização, o forte crescimento industrial e a aceleração dos fluxos migratórios, estão na origem do repensar do conceito de espaço económico. Os problemas colocados pelas assimetrias regionais estão associados a uma situação de crescimento económico, que se encontra generalizado nos países desenvolvidos.

O repensar o conceito de espaço económico apoia-se, em grande medida, na necessidade concreta de responder aos desequilíbrios regionais, através de uma re-apreciação do

papel das economias externas.

As ferramentas de análise mais utilizadas correspondem à ideia base de que o espaço é atravessado por forças exteriores, quer positivas quer negativas. Na base de observações empíricas foram elaborados modelos, a partir dos efeitos de atracção e de gravitação.

O espaço é assim, concebido como um campo neutro, atravessado por forças várias, sendo a acção sobre o território, fruto de numa tentativa de contróle e orientação por parte de forças exteriores ao próprio espaço considerado.

A introdução dos modelos gravitacionais e das renovadas análises dos custos dos transportes, põem em paralelo duas ou mais distâncias, para demonstrar que a distância entre os lugares de produção e entre estes e os lugares de consumo geram comportamentos que seguem leis de funcionamento constante. A função distância associa-se à função massa. Assim, o espaço perde a sua qualidade de homogeneidade, porque se reconhecem que em certos lugares se verifica uma acumulação mais rápida do que noutros. A noção de espaço polarizado nasce duma síntese destes efeitos.

O pensamento neo-clássico abandona a referência à geometria euclidiana passando a utilizar os instrumentos da física newtiana e da física dos campos magnéticos.

A Reilly (1929) deve-se a elaboração da lei gravitacional do comércio a retalho, a partir de estudos empíricos de zonas de atracção comercial.

A atracção exercida por certos lugares sobre a sua envolvente, não é mais só função das distância mas também da sua massa.

As abordagens do espaço urbano em termos de hierarquia provoca também uma ruptura, com a hipótese do espaço homogéneo.

Christaller (1933) representa, na teoria dos lugares centrais, o espaço regional como uma rede urbana na qual os centros urbanos terão funções independentes e hierarquizáveis.

Apesar da evolução das diferentes abordagens teóricas sobre o espaço, realizadas pelos defensores do "espaço polarizado", as questões colocadas pelo crescimento das assimetrias regionais não conseguiram contudo, uma resposta adequada.

A teoria da base pretendeu dar uma melhor compreensão da natureza dos movimentos que influem na localização, defendendo a necessidade de elaboração de instrumentos de análise, mais adaptáveis à observação da dinâmica das mutações espaciais, utilizando frequentemente "multiplicadores regionais".

A teoria da base, nascida nos Estados Unidos (1930), procura definir os motivos do crescimento ou da recessão dos aglomerados urbanos.

Os esquemas analíticos adoptados em "básicos" e "não básicos", inserem-se no conceito de uma economia dual, baseada em dois sectores distintos: um sector exógeno (sector "básico") e um sector endógeno ("não básico").

As alterações espaciais são materializados, a partir de um instrumento analítico, o multiplicador de emprego, desenvolvido a partir da teoria da base. O multiplicador de emprego permite determinar os efeitos no emprego total da economia, em função de um dado aumento do número de empregos no sector básico. Assim, os efeitos espaciais são o resultado do tipo de actividades implantadas, básicas e não básicas, que são diferenciadas nos seus impactos.

Na concepção de Perroux (1964) o espaço apresenta-se de forma diversificada e torna-se necessário definir o espaço económico como um espaço abstracto, função das relações económicas que existem entre as macro-unidades. Não se trata mais da estrutura físico/geográfica que se impõe na problemática da localização das actividades económicas.

A atenção central de Perroux (1964) centra-se na desigualdade das situações da ocupação produtiva do espaço. Considera que a concorrência individual para a optimização das condições de produção não corresponde, necessariamente, à

optimização do conjunto. Quer as empresas quer o Estado, embora de formas diferentes, estão inseridas em jogos de influência e de poder que modificam profundamente a sua racionalidade. Torna-se importante portanto, considerar, não apenas as unidades micro-económicas mas os "complexos industriais". (1)

Nesses complexos de indústrias coexistem as indústrias "propulsoras" ou "dominantes", com um papel fundamental na dinamização do desenvolvimento, e as indústrias "induzidas" fruto do crescimento do meio produtivo. Serão as primeiras que exercendo uma influência determinante sobre as outras actividades económicas que detêm um papel central no "complexo industrial". A teoria dos pólos de desenvolvimento dinamizada por Perroux e desenvolvida mais tarde por outros autores (Boudeville e Hansen por exemplo), é uma teoria simultaneamente económica e espacial.

A importância das teorias da polarização, na diversidade das suas interpretações, advem da constatação das desigualdades espaciais como resultado de um processo acumulativo e da procura das forças positivas que permitam lançar o crescimento onde ele for necessário. O desenvolvimento é considerado como uma resultante da natureza das actividades presentes no espaço.

1.3. O ESPAÇO DA DEPENDÊNCIA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Com a intensificação da internacionalização da produção e das trocas comerciais, o espaço económico vai-se desenvolver em torno das dependências entre os espaços, provocados pela lógica da valorização do capital.

As teorias do "espaço dependente" são desenvolvidas

(1) Perroux define "complexos industriais" da forma seguinte "Com a expressão "complexo de indústrias", não pretendemos referir apenas a presença de várias indústrias postas em comunicação entre si por conexões paretianas ou não paretianas; com ela queremos introduzir na análise três elementos: 1. a indústria-chave; 2. o regime concorrencial do complexo; 3. o facto da concentração territorial.", Perroux, Françoise (1964) A economia do século XX, Moraes, Lisboa, pp.171.

sobretudo por autores marxistas que vão enfatizando diferentes aspectos e gêneses do processo de internacionalização da economia e dos seus efeitos espaciais. Paradoxalmente, à medida que valorizam a importância do espaço, afirmam também a desaparecimento da sua importância. Aqui, o espaço é mais do que nunca, a materialização de uma sociedade regida por normas, valores e contradições, claramente a-espaciais porque situadas noutras dimensões do social.

Nos anos sessenta numerosos autores, analisando o fenómeno de deslocalização das indústrias, evidenciaram a estrutura hierarquizada dos espaços económicos, no plano internacional e no plano interregional. Por sua vez, a agudização nas décadas de 60 e 70 das lutas políticas no Terceiro Mundo, reforçam este tipo de explorações conceptuais sobre o espaço e a economia.

O movimento de deslocalização industrial reparte, ao longo do território mundial, a implantação das unidades produtivas, mantendo e reforçando os laços de dependência entre os países do "centro" e da "periferia". Aliás, encontramos hoje perante situações que geram clivagens ao nível dos espaços nacionais que detêm regiões do "centro" e da "periferia" no interior do seu próprio território.

Por um lado, esta "nova divisão internacional do trabalho" (Palloix, 1973) reforça a interdependência das economias mundiais e, por outro lado, impõe uma nova racionalidade económico-espacial, largamente independente das fronteiras dos sistemas produtivos nacionais.

Acompanha esta deslocalização uma mundialização dos circuitos de capital e tecnologias.

A análise de Vernon (1966) do "ciclo do produto", não sendo necessariamente centrada na análise do espaço, marca um evolução nítida face às teorias liberais. Vernon descreve três momentos de lógicas de localização das indústrias nas sua transferência para o Terceiro Mundo: a) um produto novo,

incorporando inovações científicas e tecnológicas, mantem-se nos países de maior tecnologia sendo exportado para o exterior: b) o produto atinge uma fase de maturação, permitindo a sua deslocalização para outros países industrializados, c) numa terceira fase, o produto estandariza-se, entra no consumo de massa e, para manter as margens de comercialização, torna-se necessário deslocar o seu fabrico para países menos desenvolvidos, aproveitando o baixo custo da mão-de-obra.

Como se verifica, a explicação da localização não é mais realizada em termos das distâncias mas dos produtos. Os factores de desigualdade na localização são encontrados no domínio da inovação e tecnologia, sempre controlada pelos países mais desenvolvidos.

Numa variante da análise do "ciclo do produto", Lipietz (1983) introduz a análise do ramo de actividade, defendendo que este, melhor do que o produto, permite dar conta da divisão internacional do trabalho entre países e regiões. No plano internacional, a deslocação produtiva não é apenas a alteração do centro de gravidade da fabricação do produto mas, e sobretudo, o da⁽¹⁾ *"...especialização sincrónica (alargada no espaço) dos diversos tipos de actividade que concorrem para o processo de produção de um determinado ramo de actividade"* Isto significa que mesmo que um produto se desloque, do ponto de vista da sua produção para um outro país, a capacidade técnica de pesquisa inovadora e de decisão fica sempre, sem descentralização, mantendo e reforçando a situação de dependência.

O "desenvolvimento do sub-desenvolvimento" de Gunder Frank (1970), encontra também, neste tipo de análises, a explicação reforçando a necessidade do carácter mundial da análise do problema. Estas teses são desenvolvidas por Samir Amin para quem a teoria do sub-desenvolvimento deve ser a teoria da acumulação à escala mundial.

Para Samir Amin não só se torna indispensável uma

(1)Lipietz, Alain, 1977, *Le capital et son espace*, La Decouvert/Maspero, Paris, p. 83.

análise da localização produtiva que considere a totalidade do espaço mundial, como a deslocalização começa a ser entendida como um factor inerente ao próprio processo de acumulação. E esse processo que explica a "troca desigual" residindo esta na constatação que o custo em trabalho dos bens vendidos por um país de baixos salários a um país de altos salários é muito mais significativo que o custo em trabalho dos bens que ele recebe. Nesta deteriorização permanente dos termos de troca repousa, para Samir Amin, a hipótese de uma perequação internacional das taxas de lucro.

Como verificamos, este tipo de análises apresentam o espaço como produto das leis de acumulação de capital. As teorias espaciais são apenas uma especificação da teoria social mais global. Os conflitos espaciais são também entendidos como o resultado de outros conflitos, que se situam na esfera social global. O espaço é, aqui, verdadeiramente "um produto social", fruto das conflitualidades dos actores inerentes à produção e redistribuição das mais-valias sociais.

1.4 UM NOVO CONCEITO: O ESPAÇO-TERRITÓRIO

As mutações recentes da organização espacial questionam profundamente as anteriores linhas de pensamento económico sobre o espaço. Nem a teoria dos "pólos de desenvolvimento" nem a teoria do "centro/periferia" conseguem responder às recentes mutações na hierarquia dos espaços. Enquanto que velhas (e novas) regiões industriais parecem condenadas ao declínio, outras regiões menos desenvolvidas parecem renascer com dinamismo na cena económica num constante movimento de relocalização produtiva cuja lógica socio-económica está ainda, em grande parte, por aprofundar. O novo conceito de território irá assentar nessa articulação indissolúvel entre a problemática espacial e a problemática do desenvolvimento. Nesse domínio estão menos em causa as lógicas de deslocalização/relocalização do que estão as capacidades endógenas das regiões em utilizar os seus recursos e produzir

(e conduzir) os processos de geração de riqueza. Arredado e criticado os termos da equação onde o desenvolvimento era considerado sinónimo de crescimento a atenção fulcral não se centra na desigualdade da redistribuição entre as várias regiões mas sim na capacidade dessas regiões em gerar a riqueza.

Em torno da noção de "desenvolvimento de baixo para cima" reúnem-se um certo número de autores (Richardson, 1973; Friedmann e Alonso, 1975; Stohr, 1981 e outros) que com conceitos e métodos próprios rompem definitivamente com o conceito de espaço como lugar de funções. Iniciam o aprofundamento de uma teoria do espaço, que quase se poderá apelidar de uma "teoria da acção sobre o espaço", em que este é considerado como "espaço vivido" fruto da expressão das necessidades e actividades de actores territorializados e interactivos.

Para J. Friedman e W. Alonso (1973) a ordem funcional-estatal opoe-se à ordem territorial-local e esta assenta na utilização dos recursos de uma comunidade para satisfazer as suas próprias necessidades. Ao nível dos territórios locais, na diversidade dos agentes presentes, não são apenas as grandes unidades que têm um papel determinantes, antes pelo contrário, as pequenas e médias empresas têm um papel de relevo pela sua capacidade de absorção do emprego e pela sua maleabilidade na adaptação ao mercado mundial.

Esta óptica de análise é ainda aprofundada por W. Stohr e D.R.F Taylor (1981) que demonstram a profunda diferença na abordagem do espaço ao nível do desenvolvimento "de baixo para cima". O desenvolvimento não pode ser concebido como uniforme e adaptável a qualquer espaço mas sim como resultado de territórios particulares onde agem actores e funções específicas. Serão as necessidades locais os factores endógenos que imprimem lógicas próprias e diversificam e especializam as várias regiões não negando, obviamente, o peso das influências "exógenas" provocadas pelas grandes empresas não locais ou pelo próprio Estado.

Estes pressupostos apelam a novas formas de organização

local. Como escreve Stohr " apesar da diversidade das manifestações empíricas, parece haver consenso de que a igualdade das condições de vida por via de um desenvolvimento " de baixo para cima" requer não apenas formas territoriais específicas de organização socio-política e administrativa mas também sistemas territoriais específicos de interacção económica e a utilização de recursos e tecnologias localmente adaptáveis"(1)

Este novo posicionamento significa, de facto, uma ruptura teórico-metodológica com as análises anteriores . O espaço não será mais considerado como produto de funções mas como local de acção social.

2. EFEITOS URBANOS DAS ACTIVIDADES PRODUTIVAS

A discussão do conceito de espaço, na ciência económica, faz naturalmente apelo à lógica da implantação das actividades produtivas. Se é um facto que a internacionalização das economias exige hoje uma análise mundial dessa lógica e dos processos de acumulação que lhe estão associados, não é menos verdade que os processos de estruturação urbana se realizam em espaços concretos, localmente identificáveis.

Defende-se hoje estarmos perante uma "descoincidência articulada" entre a lógica da implantação produtiva (internacional) e a lógica urbana (local), o que gera novos conflitos e apela a novas formas de análise.

Nesse domínio, a análise dos impactos espaciais da localização das actividades produtivas é um nó central, não apenas do entendimento das formas históricas do crescimento urbano, mas também das formas específicas com que se apresentam os efeitos urbanos da localização das actividades produtivas.

(1) Stohr, W. B. e Taylor, D.R., 1981, Development from Above or Below?, John Wiley & Sons, Nova York, p.474.

Dada a especificidade do nosso objecto empírico - a Península de Setúbal - os efeitos urbanos da implantação industrial são, naturalmente, salientados sem, no entanto, menosprezar a importância da localização de outro tipo de actividades,⁽¹⁾ sobretudo aquelas que se situam hoje no coração da reestruturação das economias.

A actividade industrial tem tido um papel primordial no crescimento das cidades. Da "cidade-industrial" à "cidade moderna" as actividades das indústrias instaladas marcaram profundamente as formas de organização espacial.

Como escreve Castells ⁽²⁾ "... cada vez que se trata de compreender concretamente a lógica de uma estrutura urbana, cada vez que se pretende intervir no ordenamento do espaço, a localização espacial das actividades económicas, e, sobretudo, da actividade industrial, comanda o conjunto da organização espacial das funções, das populações e das trocas".

Apesar dessa evidência, a articulação entre o crescimento industrial e o crescimento urbano é um problema complexo que tem sido objecto de debate e pesquisas empíricas, que têm salientado a não linearidade desta relação. Aceita-se que se a oferta de emprego industrial tem sido a causa de fortes movimentos de população, o inverso não está provado como verdadeiro e está na origem do que frequentemente se considera de "urbanização dependente".⁽³⁾

A articulação entre o crescimento industrial e o crescimento urbano tem sido desenvolvido em torno de dois eixos temáticos:

- o papel do crescimento industrial na indução do

(1) O peso e a estrutura do sector terciário é na Península de Setúbal um sector fundamental em termos da ocupação de mão-de-obra residente. No entanto, como se verá no capítulo III ele não tem tido um papel "polarizador".

(2) Castells, Manuel, 1975, Sociologie de l'espace industriel, Anthropos, Paris, p.8.

(3) Castells, Manuel, 1972, La question urbaine, Maspéro, Paris.

crescimento urbano;

- a demonstração de que o crescimento industrial tem tido capacidade de transformar o conjunto do sistema urbano-industrial.

2.1. DA OCUPAÇÃO INTENSIVA DO ESPAÇO À OCUPAÇÃO QUALITATIVA DO ESPAÇO

Se considerarmos os movimentos mais recentes do que se chama o processo de urbanização, verifica-se a complexidade das formas de estruturação que este conceito abrange, desdobrando-se hoje em conceitos como o de urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização.

A urbanização é entendida como o crescimento da população dos centros urbanos, provocado pela industrialização, que apela à chegada de migrantes provenientes das zonas rurais.

Da cidade industrial às metrópoles, assiste-se a uma especialização funcional e social dos espaços. Os espaços desdobram-se em áreas centrais de comércio e de prestação de serviços, afastando a função industrial e habitacional. O crescimento das cidades disseminou a aglomeração, ocupando um espaço mais alargado, por um movimento de ocupação das periferias. As cidades ocupam as áreas rurais mais próximas, que vêem deteriorar o peso da sua população e a sua importância económica relativamente à produção industrial. Este movimento de suburbanização é acompanhado por um processo de aumento das distâncias e das mobilidades.

Na segunda metade do século XX, depois da segunda guerra mundial, a transformação das estruturas urbanas e da relação cidade-campo altera-se mais profundamente que na lenta evolução das décadas anteriores (Castells, 1972).

O "boom" económico dos anos sessenta permite o desenvolvimento da base económica urbana e a explosão urbana, que se explica pelo efeito das "economias externas" mas que, rapidamente, vai gerar graves "deseconomias externas". O

movimento de concentração das empresas, na tentativa de beneficiar da utilização comum da larga gama de serviços e de equipamentos, desencadeiam um processo cumulativo (que Myrdal chamou de "cumulative causation"), de efeitos contraditórios, quer económicos quer sociais.

A "crise" da cidade manifesta-se hoje a vários níveis, sendo difícil distinguir quais são as causas e quais são os efeitos, em face de movimentos tão contraditórios.

Algumas indústrias na tentativa de ultrapassarem os inconvenientes dos custos resultantes da localização intra-urbana - congestionamentos, falta de espaço, preço do solo, etc - alteraram a sua localização, provocando movimentos de desurbanização. Em contrapartida, os centros urbanos mantêm e reforçam os movimentos da terciarização.

A reestruturação do sistema económico mundial, atingido por um duplo movimento de descentralização e de centralização no espaço mundial, exige uma reestruturação do espaço que se traduz por uma acentuação da diferenciação interna dos espaços já ocupados. A nova divisão internacional do trabalho vai exigir uma requalificação dos espaços existentes, gerando rendas diferenciais polarizadas.

Se até meados do nosso século a expansão económica era acompanhada por uma expansão geográfica absoluta, hoje assiste-se a uma alteração da relação entre o desenvolvimento económico e o espaço. Esta relação existe mas com novas interdependências, já que a expansão económica se faz cada vez menos através da expansão do espaço geográfico absoluto mas sobretudo, através da diferenciação interna desse espaço geográfico.

Como escreve Smith ⁽¹⁾ "o que é novo, hoje, é que as formas de estruturação do espaço são uma componente imediata e sistemática da reestruturação económica e social das sociedades mundiais".

(1) Smith, Neil; Williams, Peter, (org.), 1986, Gentrification of the city, Allen and Unwin Inc., USA, p. 21



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

REITORIA

Serviço de Documentação e Publicações da UTL

Exmo. Senhor
Dr. Victor Ramos
CID/ISEG
Rua Miguel Lúpi, nº 20
1200 Lisboa

Nº.Refº. SD/60/94

5839

Assunto: Empréstimo de Tese ao CID/ISEG

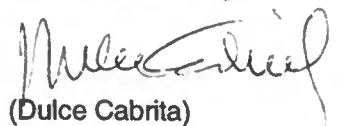
Ao abrigo do empréstimo inter-bibliotecas, tenho o prazer de emprestar a Tese de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano "EFEITOS ESPACIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO; A PENÍNSULA DE SETUBAL DE 1960 A 1986", existente no nosso Serviço.

Agradecemos que seja devolvida no prazo de um mês, findo o qual, se ainda for necessário nos façam novo pedido.

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 29 de Junho de 1994

A Directora do Serviço de
Documentação e Publicações


(Dulce Cabrita)

UN

O urbano tornou-se um fenómeno sócio-espacial complexo que se não compadece com uma análise empírica traduzida na distribuição e comparação entre variáveis e unidades espaciais de maior ou menor dimensão. A análise do urbano exige a coordenação e articulação de diferentes níveis de análise espacial que se manifestam, particularmente, na intersecção entre a dimensão espacial (concentração e extensão), a dimensão funcional (mudanças de uso do solo, intensidade e funcionalidade de ocupação) e a dimensão social (as mudanças e práticas sociais das populações instaladas).

Simultaneamente, a relação entre sociedade e espaço evidência o nível local da abordagem, que apresenta a diversidade das estratégias dos actores, das formas de produzir e de usar o espaço, enfim, das formas de viver.

2.2. CRESCIMENTO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO URBANO

A importância do crescimento industrial no crescimento urbano tem sido reconhecido pela generalidade dos autores.

As grandes linhas do debate até aos anos 70 são esclarecidas por Derycke (1970) ao descrever os factores de crescimento urbano. Segundo Derycke existe uma distinção entre os factores exógenos e os factores endógenos no crescimento das cidades. O papel da indústria é o factor explicativo directo, exógeno ou endógeno, do crescimento das cidades e, por indução, do crescimento demográfico, do êxodo rural, etc, funcionando como factor "permissivo" da urbanização em geral.

As teorias da "base" valorizaram sobretudo os factores exógenos na origem do crescimento urbano, dando à industrialização um papel determinante nesse processo.

Depois dos trabalhos de Hoyt (1954) e d'Alexander (1954) a teoria da base torna-se conhecida.

A teoria da base baseia-se numa linha de análise dualista das actividades económicas das cidades, dividindo as actividades que respondem às necessidades correntes dos

residentes (populações e empresas) das actividades orientadas para a exportação.

As actividades industriais que contribuem para a exportação representam um papel importante no funcionamento da organização urbana. Assegurando aos centros urbanos a sua base económica, as actividades ditas básicas são consideradas como o principal motor do crescimento.

As outras actividades, que correspondem às necessidades correntes dos residentes, são importantes ao nível da manutenção da estrutura urbana.

Pumain (1978), referindo-se a este tipo de teorias, defende que elas consideram que as actividades industriais têm um papel privilegiado no desenvolvimento urbano, devido quer ao crescimento que directamente provocam, quer aos efeitos que indirectamente induzem.

As diferentes apreciações de uma teoria do crescimento urbano realizado por etapas, situam-se na mesma corrente. Elas salientam o papel particular da indústria nos diferentes estádios do processo de crescimento das cidades e salientam que não são as mesmas actividades que são motrizes em cada etape do crescimento urbano.

Um outro eixo temático do desenvolvimento da articulação entre a indústria e o crescimento urbano privilegia a análise dos principais elementos que organizam e estruturam o meio urbano. Esta dimensão de análise tem sido menos explorada que a anterior.

Valorizando evolução tecnológica contemporânea, alguns autores debruçam-se sobre os actuais factores de estruturação espacial e urbana.

Esta perspectiva, desenvolvida por Rémy (1966), Evans (1957) e Pred (1967), enfatiza os efeitos das externalidades gerados pela concentração urbana.

Para Pred (1977) a estruturação urbana torna-se cada vez mais dependente das actividades de controlo, de decisão e de emprego valorizando o papel das actividades "terciárias" na actual estruturação dos conjuntos urbanos.

Simultaneamente, as formas actuais de relação da indústria com o espaço têm uma novidade, resultante da alteração das formas e lógicas de localização, diferentes do que foi dominante no pós-guerra.

A empresa modela o espaço ao decidir da sua localização mas, e simultaneamente, é cada vez mais modelada e/ou atraída por esse mesmo espaço. Como assinala Aydalot, (1) a *"empresa vai definir o espaço"* mas a percepção do espaço e das suas diferenças é um factor fundamental das decisões de localização.

E neste quadro que se desenvolve um conjunto significativo de análises sobre a configuração espacial das empresas, entre o pós-guerra e a década de 70. Demonstrou-se que a indústria moderna, dotada de um modo de acumulação intensivo, se articula com o espaço, de forma extensiva (Lung, 1983).

As alterações tecnológicas que caracterizam este período de mecanização taylorista, que permite a produção estandarizada de grandes séries, comporta a separação funcional das fases "nobres" de direcção e de concepção - que necessitam de trabalho técnico qualificado - das fases de execução que apenas necessitam de mão-de-obra abundante.

Esta separação funcional corresponde à possibilidade de separação espacial, e as empresas deslocaram estabelecimentos, e portanto processos de produção, gerando regiões de grande aproveitamento de contingentes de mão-de-obra não qualificada e regiões de maior prestígio, onde se instalam as fases mais "nobres".

Numa nova geografia industrial, antes assente numa base regional e local (por isso espacialmente intensiva, dado que era em função das respectivas especializações que se devia a articulação externa entre regiões), as indústrias dominantes interpelam o espaço em termos da oferta de mão-de-obra, sem implicações de natureza inter-industrial, técnica ou capitalista, dizendo-se, pois, que a fase de acumulação intensiva é espacialmente extensiva.

(1) Aydalot, Philippe, 1985, *Economie Regional et urbaine*, Economica, Paris, p. 54

E neste sentido que alguns autores como Camagui, (1984) ⁽¹⁾ defendem que "*é o espaço que define a empresa*", dada a diversidade de condições de oferta da mão-de-obra e das suas condições de reprodução, ao nível das empresas.

O estudo do processo de industrialização recente aproximam Aydalot (1976), Lipietz (1978) e Storper et al. (1983) que formulam hipóteses convergentes.

Estes autores analisam a transformação recente das principais determinantes da diferenciação inter-urbana e intra-urbana, identificando o papel crescente das qualificações profissionais, como factor de diferenciação social. Defendem que a distinção entre os aglomerados urbanos e as regiões é menos dependente da sua especialização produtiva do que das suas especializações sociais, devido às crescentes desigualdades geográficas na qualificação do trabalho. Está em causa não apenas a preparação da mão-de-obra, mas também a qualidade do meio urbano. Como veremos nos capítulos seguintes, na Península de Setúbal assiste-se a um baixo nível de qualificação da mão-de-obra e a uma deficiente infra-estruturação e ordenamento do meio urbano. Esses aspectos foram e são factores de selectividade para o tipo de implantação produtiva.

Mais uma vez, as funções e hierarquias urbanas são analisadas na relação entre economia e espaço. Quer esteja em questão a lógica do capital quer a do trabalho, parece evidente que é na especificidade dessa relação, que se apresenta de forma diferente consoante os momentos históricos, que se encontra a diferenciação interna e a lógica de estruturação dos sistemas urbanos.

2.3. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MOBILIDADE

As formas de evolução histórica e as diferentes formas de organização urbana têm vindo a salientar a importância da

(1) Camagui, R., 1984, "Les modèles de restructuration économique des régions européennes pendant les années 70" in Aydalot, Philippe (ed.), Crise et Espace, Paris, Economica, citado por Reis (1987) p. 16.

mobilidade na sociedade actual. Mobilidade de capital, de tecnologia ou dos homens, a crescente alteração das lógicas de localização produtiva manifesta uma constante mobilidade no espaço.

Na Península de Setúbal é evidente a grande mobilidade populacional no processo de sedimentação da região.

Apesar da dificuldade de apreender a complexidade das relações entre o crescimento das actividades produtivas e os movimentos da população, reconhece-se que a oferta de empregos industriais de uma dada região gera movimentos de população.

A análise dos movimentos demográficos na Península de Setúbal confirma um dos pressupostos da teoria da mobilidade espacial de Bassand⁽¹⁾ "... a mobilidade não é um fenómeno próprio das sociedades contemporâneas". Segundo este autor, a história das sociedades industriais e urbanas poderá ser realizada a partir das migrações, na medida em que estas são o resultado de ⁽²⁾ "...determinantes económicas, políticas, sociais, culturais e demográficas que se situam quer no local de partida do migrante quer no local de chegada... Estas considerações ilustram a multidimensionalidade, a complexidade e a evolução temporal da mobilidade espacial e, sobretudo, demonstram que a mobilidade é, sem dúvida, um dos eixos fundamentais do funcionamento e da mudança das sociedades contemporâneas. E impossível entender as sociedades sem considerar a mobilidade espacial que nelas se desenvolve."

Dever-se-á considerar o espaço não como objecto, elemento residual das dinâmicas económicas, sociais e políticas, mas sim como sujeito, visto que essas dinâmicas são também influenciadas pela lógica própria do espaço. Nesse sentido, o espaço sujeito exprime e influencia a posição das

(1) Bassand, Michel et al., 1980, *Mobilite spatiale*, GEOTGI, Suisse, p.11.

(2) Bassand, Michel et al., 1980, *op. cit.*, p.13.

actividades e a lógica de acção dos diferentes grupos sociais.

A mobilidade espacial existe porque o espaço é assimétrico no que ele oferece aos sujeitos e actividades, na medida em que o espaço se encontra organizado em função da divisão social do trabalho. Nas sociedades industriais avançadas, a divisão social do trabalho acentua-se consideravelmente. Nações, regiões, localidades tendem a especializar-se económica e socialmente.

A interdependência entre regiões é um aspecto complementar desta mobilidade nos espaços. As regiões não são apenas diferentes espaços geográficos mas estão interligadas por relações sociais, políticas e económicas assimétricas, o que provoca um funcionamento e um desenvolvimento desigual e dependente. Assim, "centros" e "periferias" são conceitos a ser utilizados não apenas nas relações entre países, mas também entre regiões do mesmo país.

3. O ESTADO E O URBANO

Se até aqui se equacionaram as principais perspectivas de análise da articulação entre o desenvolvimento económico e o espaço pretende-se, agora, introduzir um novo agente, que tem um papel central, na organização dessas relações.⁽¹⁾

Na época actual, o sistema político tem como principais funções a organização, a programação e o controlo do desenvolvimento económico e social, incluindo necessariamente, o desenvolvimento das estruturas territoriais.

Não sendo o sistema político autónomo e auto-regulável, a legitimação social do poder situa-se para além das relações

(1) A intervenção pública não faz parte integrante desta fase da pesquisa empírica. No entanto, a sua importância, ao nível da organização territorial, exige um equacionamento conceptual mínimo que servirá como referência a futuros desenvolvimentos empíricos sobre a implantação industrial na Península de Setúbal.

de mercado agindo, sobretudo, nos mecanismos de regulação das potenciais conflitualidades sociais, seja qual for o nível a que estas se coloquem.

Assim, o Estado é um agente que se situa no centro do debate das políticas de ordenamento e na regulação dos diferentes grupos sociais, nos seus interesses face ao espaço.

O crescente interesse das análises sobre o Estado está relacionado com o crescimento e descentralização do seu aparelho, o alargamento das suas funções e a alteração das relações que estabelece com a "sociedade civil".

a) AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO CENTRAL

As pesquisas sobre o Estado têm-se desenvolvido, desde os anos 60, a partir de três vectores de análise:

- a natureza de classe do Estado;
- os limites da intervenção e da administração da crise;
- a análise das relações entre o Estado e a sociedade civil.

O primeiro vector de análise, desenvolvido sobretudo por autores marxistas ⁽¹⁾ situa o debate na capacidade do Estado de poder realizar a distribuição de um excedente social, devido ao facto de que sua "natureza de classe" torna contraditórias as suas funções ⁽²⁾.

O segundo vector de análise, aprofunda, sobretudo, os recursos e estratégias de que o Estado dispõe para poder controlar a crise. Este vector de análise orienta-se para a natureza e a incidência dos meios de fiscalidade e a

(1) Ver, por exemplo Polantzas, 1968 e 1976 e O'Connor, 1973.

(2) Opoem-se sobretudo, as "funções de acumulação" articuladas com a manutenção das formas de acumulação privada do capital e as "funções de redistribuição social" articuladas com as formas de garantir uma igualdade das condições de vida e das "life-chances" dos cidadãos. Para um aprofundamento desta dualidade de funções contraditórias ver O'Connor, J., 1973, *The fiscal crisis of the state*, St. Martin's Press, Nova York.

racionalidade administrativa e a legitimidade social. Entende-se que o Estado acciona "mecanismos de selectividade", positivos ou negativos face aos diferentes grupos sociais, numa tentativa de manutenção das conflitualidades, a um nível controlável.⁽¹⁾

O terceiro vector de análise incorpora a discussão dos vectores anteriores, centrando-se no debate sobre a distribuição das funções sociais entre o Estado e a sociedade civil. Na actualidade revela-se na polémica sobre o "mais" ou "menos" Estado e nas críticas e defesas do "well-fare state".

O evidente interesse deste debate é o de clarificar as funções, a legitimidade e o sentido dos mecanismos de intervenção do Estado. Aceita-se que o Estado não é um aparelho monolítico e homogéneo e que encontra a sua lógica de acção no interior das funções que lhe são historicamente determinadas. O Estado apresenta-se no entanto, como uma grande complexidade de aparelhos e funções cuja articulação e coesão nem sempre é evidente.

Esta discussão situa a capacidade de intervenção do Estado ao nível do planeamento urbano. Por um lado, esta função é apenas uma, das muitas intervenções do aparelho público, por outro lado, ela funciona num jogo complexo de forças e dinâmicas sociais que advêm da sociedade civil com a qual interage.

b) A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO POLÍTICO ENTRE O ESTADO E AS AUTARQUIAS.

E na multiplicidade dos aparelhos e das funções do Estado que se coloca hoje a problemática do "poder local".

(1) As práticas selectivas do Estado podem ser entendidas como mecanismos e acções accionadas que incluem, excluem ou estimulam os diferentes grupos sociais. Para um melhor conhecimento desta problemática ver HIRSCH, (1978), OFFE, (1977).

Assiste-se a uma "divisão social do trabalho político" (1) entre o Estado e as Autarquias.

De facto, as alterações introduzidas pela actual crise, ao modificaram as condições socio-económicas e políticas, obrigaram a uma nova clarificação das relações entre o Estado, a economia e o espaço, valorizando o nível da estratégia local.

No entanto, se se aceita o campo de acção político local como um valor estratégico de intervenção, as bases onde ele procura a sua legitimação, a sua função e natureza, são ainda um ponto de divergência.

Por um lado, alguns autores consideram que a Autarquia Local não é mais do que um organismo de dispersão das contradições socio-políticas, provocando novas formas de divisão do trabalho político, o que se torna necessário devido à complexidade crescente das funções públicas. Por outro lado, outros defendem que o poder local é ou poderá vir a ser, um instrumento fundamental na problematização das intervenções políticas, para ensaiar novas formas de desenvolvimento societal e de democratização.

A discussão sobre o poder local desenvolve-se assim à volta da divisão do trabalho político entre os diferentes aparelhos públicos.

O poder político, assegurando as "políticas de produção" e as "políticas de reprodução social", coloca-se numa trama complexa de relações contraditórias que exige, não só uma reformulação contínua e um complexificação crescente das suas funções, mas também a dispersão dessas funções contraditórias no interior dos diferentes organismos. A dispersão destas contradições é simultaneamente económica e política. Económica, porque as funções de intervenção ao

(1) O conceito de "divisão social do trabalho político" entre o poder central e o poder local é utilizado por Guerra, (a), que defende a existência de uma separação crescente entre as funções atribuídas ao Estado central e Local competindo ao primeiro as acções na esfera da acumulação e ao segundo as acções na esfera da redistribuição social.

(a) Guerra, I.P., Junho/86, "Poder local reprodução ou inovação", in Sociologia - Problemas e Práticas, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Relógio d'Água, Lisboa, 1.

nível da produção são cada vez mais atribuídas ao poder central e as funções no domínio da reprodução social são atribuídas às instâncias locais. Política, porque o centralismo do poder é fragmentado através da emergência de poderes descentralizados, o que dá origem a entrarem na cena política novas classes e grupos sociais.

A "divisão social do trabalho político" entre o Estado Central e Local assume, por vezes, aspectos conflituais, dado que se atribuem, ao nível local, actividades de reprodução da formação social, nomeadamente as do ordenamento territorial, mas, e simultaneamente, se descentraliza a "crise fiscal", associada ao papel contraditório das funções do Estado.

A crise dos recursos locais é crónica e generalizada. As principais receitas das Autarquias Locais são de origem fiscal. No entanto, as Autarquias Locais têm poucos poderes para decidirem a natureza das suas receitas fiscais. A participação financeira do Estado justifica-se pela insuficiência das receitas próprias das Autarquias, mas também pelo carácter nacional de certas funções que lhe são atribuídas.

c) A INTERVENÇÃO PÚBLICA AO NÍVEL DO PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

E hoje aceite que o planeamento regional e urbano é um processo de orientação e controlo do desenvolvimento e transformação do território que compete, em grande medida, à responsabilidade do sector público, cujo objectivo é promover o bem-estar da população e o desenvolvimento da sociedade no seu conjunto. Segundo Lopes ⁽¹⁾ "...justifica-se, assim, uma acção controladora da evolução socio-económica no sentido de se adoptarem de forma impositiva ou apenas orientadora as linhas de acção - as políticas - mais adequadas para que os

(1)Lopes, A. Simões, 1979, Desenvolvimento Regional I volume Problemática, Teoria, Modelos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.4

objectivos se atinjam. O planeamento impôr-se-á....".

A gestão dos espaços é uma forma de gestão do social cada vez mais importante na medida em que, como vimos anteriormente, a "qualidade" dos espaços é um factor determinante da localização de certo tipo de actividades e, necessariamente, do bem-estar social. A desigualdade entre os espaços afasta cada vez mais os oportunidades de desenvolvimento endógeno. Veja-se, no caso português, os dramáticos efeitos da desigualdade de condições de vida entre o litoral e o interior que condenaram o país a uma polarização urbana de difícil ultrapassagem.

A crise económica actual agrava-se e exige um repensar das estratégias de planeamento, já que ela atinge quer as zonas tradicionais de sub-desenvolvimento, quer as regiões outrora consideradas desenvolvidas, como é o caso da Península de Setúbal. As mutações económicas, tecnológicas e sociais, pela sua importância, mas também pelo seu carácter contraditório, a sua desigual expressão espacial, e as múltiplas escalas temporais induziram profundas transformações nas relações entre espaço e economia e tornam obsoletas certas concepções de planeamento, até agora raramente questionáveis.

Frequentemente, o processo de planeamento foi entendido como um processo técnico de "arrumação" de funções urbanas no espaço, não tendo conseguido ultrapassar o desequilíbrio entre modelos e teorias abstractas, frequentemente neutras do ponto de vista social e político, e um território apropriado de forma dinâmica e conflitual por uma grande diversidade de actores sociais.

O facto de a maioria dos paradigmas espaciais na ciência económica⁽¹⁾ não atribuir ao espaço um papel activo incluindo-o na "racionalidade" das actividades económicas,⁽²⁾

(1) Ver ponto 1.1. deste trabalho

(2) Com excepção do espaço "dependente" que embora o considera passivo enfatiza as contradições sociais que o atravessam.

orientou para uma concepção clássica do planeamento regional e urbano onde parecia possível identificar e ordenar funcionalmente as diferentes funções urbanas.

Esta concepção funcionalista do planeamento atribuía às empresas a capacidade de determinar a sua localização, competindo ao Estado organizar essa instalação, de forma a evitar potenciais efeitos nefastos para a comunidade.

O planeamento regional é conceptualizado como um instrumento adequado à definição de grandes redes de infra-estruturas e equipamentos sociais, e o planeamento urbano é entendido como um instrumento que define um uso racional do solo urbano com base na "optimização dos sistemas urbanos".

O Estado é o agente a quem compete, por "inerência de cargo", a definição dessas regras de "jogo colectivo" e os principais mecanismos de intervenção sobre as infra-estruturas e equipamentos colectivos.

O prolongamento da crise económica, cultural e política, e o abandono das perspectivas desenvolvimentistas baseadas num progresso técnico ilimitado, levaram à falência de modelos urbanísticos elaborados com base num conhecimento funcionalista e mecanicista, pretensamente apolítico, das relações entre o Homem e o Ambiente. Hoje, encara-se com maior atenção as dimensões qualitativas do habitat que se orientam para a facilitação das formas de apropriação espacial dos habitantes, valorizando os seus espaços de vida quotidiana, dando atenção não apenas aos aspectos económicos, mas também às dimensões culturais, sociais, psicológicas e ambientais do espaço urbano.

4. CONCLUSÃO

Estas diferentes teorias vão respondendo a diferentes problemas, que as conjunturas históricas onde se enraizaram foram colocando. Têm de comum o facto de, na sua maioria, colocarem o espaço no papel passivo de simples receptor de lógicas que se situam para além dele. O espaço é entendido,

fundamentalmente, como suporte de actividades económicas, sociais e culturais.

A crise económica mundial, ao gerar profundas mutações espaciais com fortes impactos nas regiões industriais, colocou de novo o papel dos diferentes espaços nas suas capacidades de atracção ou de repulsão das actividades. Encontramo-nos perante um duplo movimento de efeitos assaz contraditórios - uma internacionalização crescente das economias, cuja lógica se encontra cada vez mais independente dos espaços e uma "localização" crescente dos factores de reprodução social. Neste sentido, os espaços apresentam assimetrias regionais reflectindo novas formas de divisão internacional do trabalho e apresentando diferentes capacidades de atracção para a localização das actividades.

São as condições oferecidas pelos espaços locais, em termos da qualidade da mão-de-obra e dos bens urbanos, que criam novas segmentações.

Estas características das actuais factores de localização apelam a novo tipo de conceitos e de análises sobre as questões territoriais e sobre o planeamento regional e urbano.

Em primeiro lugar apelam à ultrapassagem de um conceito de espaço uniforme e passivo, substituindo-o por um conceito de espaço diversificado e activo. O espaço, concebido agora como *território*, é um factor dinâmico onde agem agentes sociais com interesses e lógicas de intervenção diversificadas. Do ponto de vista das empresas, o espaço pode ser encarado como "meio de produção", integrado nas estratégias das empresas. Do ponto de vista social, o espaço aparece como um "meio de reprodução social", cada vez mais complexo nas condições que lhe são exigidas.

No entanto, torna-se necessário aprofundar a concepção de "espaço-território" que, frequentemente, extremizou e opôs a lógica de desenvolvimento vertical à lógica de desenvolvimento horizontal descurando a mundialização das trocas e a interdependência generalizada das economias nacionais e regionais. Como escreve Pecqueur " *Para clarificar as ambiguidades (do novo conceito de território)*

parece necessário prosseguir o debate pelo menos sobre as três questões seguintes: explicitar a noção de território, combinar e não opôr os aspectos endógenos e exógenos do desenvolvimento e encontrar um método específico de análise que concretize essa mudança de olhar sobre o espaço económico." (1)

Em segundo lugar, e do ponto de vista metodológico justifica-se, plenamente, uma análise local onde as estratégias dos actores são mais facilmente apreendidas, não apenas na diversidade das suas lógicas de acção, mas também nos diferentes "enraizamentos" e identidades locais.

(1) Pecquer, B, 1987, De l'espace fonctionnel a l'espace-territoire - essai sur le développement local, Tese de "Doctorat d'Etat em Ciência Económica, Universidade de Grenoble II, p. 115.

CAPÍTULO II: GRELHA ANALÍTICA E HIPÓTESES DE TRABALHO

Decorre deste quadro problemático a grelha analítica e as hipóteses de trabalho que norteiam esta pesquisa.

O quadro de referência desta pesquisa recobre três dimensões analíticas fundamentais: a *organização produtiva*, a *organização territorial* e a *intervenção pública* (ver grelha analítica 1).

A dinâmica de interacção entre esta trilogia problemática, aplicada a um espaço e tempo concreto - a Península de Setúbal entre 1960 e 1986 - é o presente objecto de trabalho. Entende-se que organização produtiva, organização territorial e aparelho público funcionam num sistema interactivo, a partir de lógicas e interesses diversificados, cuja dinâmica está no centro dos processos de alteração da Península de Setúbal.

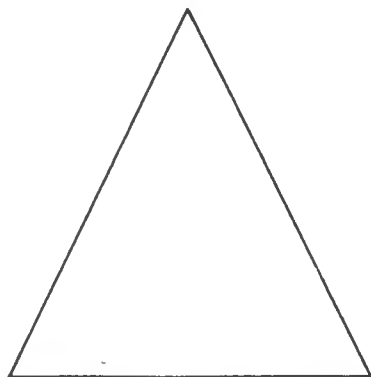
A dimensão analítica de *organização da estrutura produtiva* é, sem dúvida, nesta fase de trabalho a problemática central, dado que se lhe atribui um papel polarizador e dinamizador das restantes dimensões analíticas. Não porque se considere a existência de uma relação linear entre esta dimensão e as restantes, mas porque na história produtiva da Península de Setúbal é a implantação das actividades produtivas e, muito especialmente da indústria, o elemento estruturador da criação de um meio urbano.

A organização da estrutura produtiva desdobra-se nos seguintes eixos problemáticos : (ver grelha analítica 2)

- *características da estrutura industrial* da Península onde se analisam as especificidades do aparelho produtivo implantado, o peso do sector industrial e as interdependências geradas, quer no interior quer para o exterior da Península:

GRELHA ANALÍTICA 1

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA
(INDUSTRIAL)



ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

ESTADO
AUTARQUIAS LOCAIS

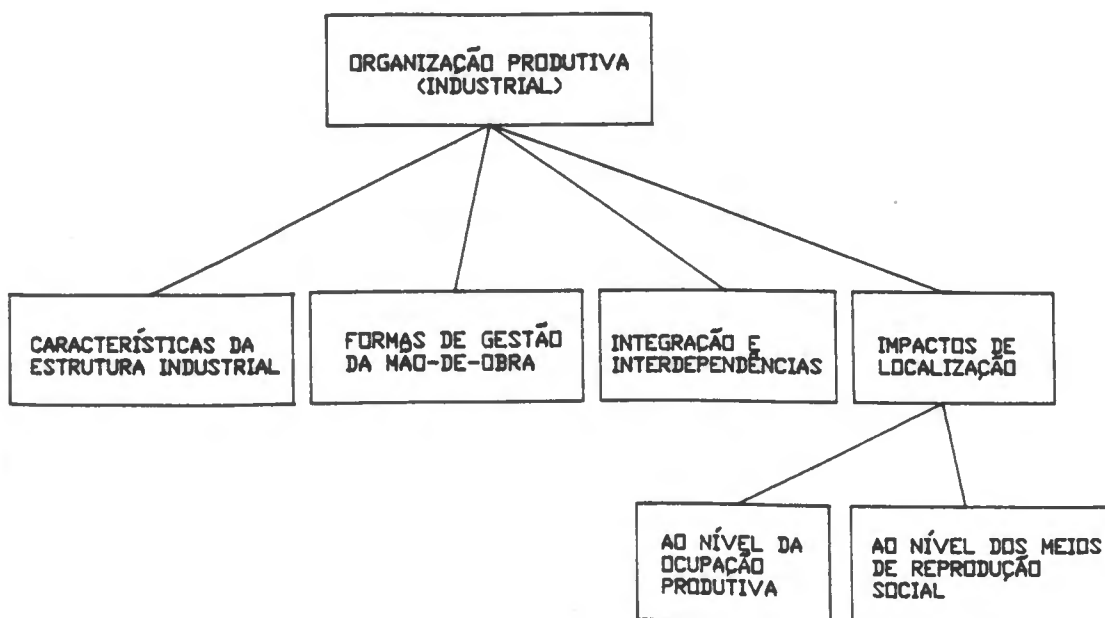
ESPAÇO (PENÍNSULA DE SETÚBAL)



TEMPO (1960 - 1986)

GRELHA ANALÍTICA 2

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA
(INDUSTRIAL)



- *integração e interdependência da estrutura produtiva da Península num contexto mais vasto, quer económico quer espacial;*

- *formas de mobilização da mão-de-obra que essa estrutura produtiva dinamiza, quer em termos da sua dimensão quer em termos da sua especialização;*

- *impactos da localização da estrutura produtiva a dois níveis: a) nas formas de ocupação espacial exigida pelo tipo de actividades dominantes e "induzidas"; b) na criação de um meio urbano estruturado pelas formas de reprodução da mão-de-obra.*

A segunda dimensão analítica - *organização territorial* - pretende dar conta das formas de crescimento demográfico-urbanístico, no período considerado. Ela estrutura-se em torno de três eixos analíticos - *o crescimento demográfico, o crescimento urbano e as interdependências locais e regionais.* (ver grelha analítica 3)

O eixo problemático que analisa o *crescimento demográfico* centra-se nos ritmos e formas de mobilidade da mão-de-obra, dando conta da "exterioridade" deste crescimento, realizado a partir do apelo a população do exterior da região.

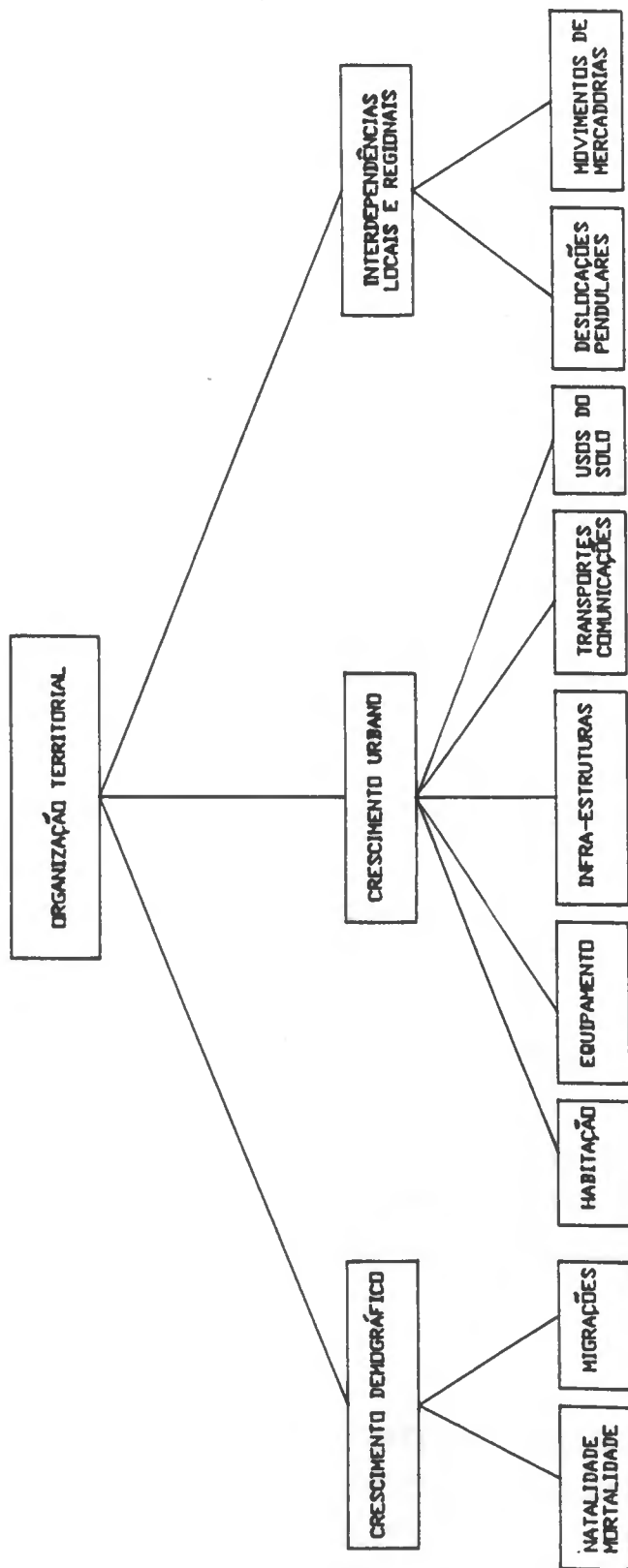
O eixo problemático do *crescimento urbano* analisa as diferentes dimensões de formação de um meio urbano, desde a ocupação do solo à infra-estruturação e equipamentos implantados.

Finalmente, o eixo das *interdependências locais e regionais* centra-se nas articulações espaciais geradas quer no interior da Península quer para o seu exterior, na inserção da região na metrópole de Lisboa.

A terceira dimensão analítica - *o aparelho publico* - estando presente neste quadro analítico como referência fundamental, não foi sujeito a análise empírica nesta fase de trabalho⁽¹⁾.

(1) O quadro teórico e analítico aqui referenciado servirá de base para um Doutoramento em preparação.

GRELHA ANALÍTICA 3



De facto, não é possível minorizar o papel do agente público na estruturação quer de um meio produtivo, quer de um meio de reprodução social. Ao Estado, na diversidade dos seus níveis de intervenção (central, regional e local) compete um papel fundamental no controle e gestão das regiões. A problemática do planeamento urbano tem como pólo central de atenção as formas de intervenção do aparelho público no controle e gestão das conflitualidades e impactos inerentes às formas de uso e apropriação do espaço pelos diverentes actores.

Assim, a hipótese central que orienta a pesquisa sobre a organização produtiva é a seguinte:

NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INDUSTRIAL TEVE A CAPACIDADE DE ALTERAR A ORGÂNICA TERRITORIAL GERANDO DISTORÇÕES SOCIO-URBANÍSTICAS.

Esta hipótese central desdobra-se nas seguintes sub-hipóteses:

H.1. A ESTRUTURA PRODUTIVA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL ASSENTA EM DOIS TRAÇOS FUNDAMENTAIS:

- UMA ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL;
- UMA IMPLANTAÇÃO PRODUTIVA DEPENDENTE.

H.1.1. A especialização da estrutura produtiva da Península de Setúbal traduz-se pelo peso industrial da região (ao nível do capital, do produto e da ocupação da mão-de-obra), pela especialização nas indústrias metalúrgicas e metalomecânicas e pela estruturação "dependente" das actividades terciárias.

H.1.2. A especialização industrial baseada em actividades fortemente dependentes do petróleo e de matérias-primas importadas, geraram uma crise económica na Península de Setúbal, na segunda metade dos anos 70 com fortes

incidências no sistema produtivo e na organização urbana, nomeadamente:

H.1.2.1. A Península de Setúbal depende do mercado exterior, quer ao nível das matérias-primas, quer ao nível do destino dos produtos.

H.1.2.2. A alteração dos factores de localização produtiva de meados dos anos 70 tiveram um forte impacto na região traduzindo-se por:

- o encerramento e redução da actividade de estabelecimentos industriais,
- a redução de actividades terciárias,
- o desemprego e vulnerabilidade da mão-de-obra.

H.1.3. O tipo de indústrias implantadas na Península de Setúbal, nomeadamente a indústria metalomecânica e metalurgia (incluindo a de material de transporte), geraram uma região vulnerável às alterações de outros espaços regionais, nomeadamente da área metropolitana de Lisboa.

H.1.3.1. A dependência do capital traduz-se pela origem do capital exterior à Península e pelo recurso a instituições financeiras de Lisboa.

H.1.3.2. A dependência tecnológica da Península de Setúbal têm como sintomas o recurso a um terciário "nobre" e a mão-de-obra especializada de Lisboa.

H.1.3.3. A dependência administrativa traduz-se pela localização de parte importante das sedes sociais em Lisboa e pelo peso do Estado ao nível da detenção do capital e da ocupação da mão-de-obra.

H.2.0 TIPO DE INDÚSTRIA IMPLANTADA NA PENÍNSULA DE SETÚBAL BASEOU-SE NA OCUPAÇÃO INTENSIVA DE UMA MÃO-DE-OBRA DESQUALIFICADA GERANDO, ASSIM, ESPECIFICIDADES NA CONSTITUIÇÃO DO MEIO URBANO.

H.2.1. O tipo de industrialização, baseado em mão-de-obra intensiva e desqualificada, gerou um afluxo de população rural e provocou um crescimento urbano acelerado.

H.2.2. A utilização intensiva de mão-de-obra menos qualificada faz repelir a mão-de-obra mais qualificada residente na Península.

H.2.3. O processo de industrialização gerou um meio urbano pouco qualificado, nomeadamente ao nível do ensino e formação profissional, e na falta de um "terciário nobre", nomeadamente ao nível do serviço às empresas.

H.2.4. O tipo de indústrias, baseado em mão-de-obra intensiva, gera também fortes movimentos pendulares.

H.3. O TECIDO PRODUTIVO INSTALADO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, CARACTERIZADO PELA ARTICULAÇÃO ENTRE A GRANDE E PEQUENA INDÚSTRIA, GEROU UMA CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA QUE PROVOCOU PROFUNDAS ALTERAÇÕES NAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.

H.3.1. As necessidades de espaço sentidas pelas indústrias provocaram alterações nos tipos de ocupação do solo e nas redes de circulação - viária, portuária e ferroviária.

H.3.2. O tecido produtivo da Península de Setúbal promoveu uma ocupação intensiva e extensiva do solo.

H.3.3. A estruturação territorial da Península de Setúbal teve, como consequência, uma forte concentração industrial em determinados municípios.

SEGUNDA PARTE: A PENÍNSULA DE SETÚBAL (1960-1986)

CAPÍTULO III: ESTRUTURA INDUSTRIAL DA PENÍNSULA

A análise da estrutura industrial na Península de Setúbal pretende traçar as grandes linhas do crescimento produtivo da região, sobretudo no período posterior a 1960. Não se pretende narrar descritivamente as características desse crescimento mas analisar as transformações, rupturas e continuidades que a localização das actividades produtivas foram sofrendo ao longo das últimas décadas.

A análise da estrutura produtiva da Península de Setúbal permite esclarecer o processo de criação de uma região que, num curto período de apenas trinta anos, vê o seu apogeu e declínio.

As actividades que sedimentam a estrutura produtiva da região são, sem dúvida, as actividades industriais. As características da implantação industrial - mão-de-obra intensiva, espacialização e dependência do exterior - estão no centro, não apenas da estruturação produtiva da região, mas também da sua estruturação demográfica e urbanística.

1. SÍNTESE DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL EM PORTUGAL E EM SETÚBAL - do século XVII ao século XX

1.1. A "VOCAÇÃO" AGRÍCOLA PERMANECE ATÉ AO SÉCULO XIX

As primeiras experiências portuguesas significativas no domínio da industrializações situaram-se no final do Século XVII e em meados do Século XVIII, em torno de duas figuras, a do Conde de Ericeira e do Marquês de Pombal. Esta

industrialização caracterizou-se pela intervenção pública na instalação das indústrias e nos mecanismos de protecção industrial.

No entanto, a política desenvolvimentista do Conde de Ericeira e as medidas económicas do Marquês de Pombal não conseguiram pôr termo à dependência do País do ponto de vista económico devido, em grande medida, a vários acordos realizados com a Inglaterra, que tiveram o seu início no célebre tratado de Methuen (1703). Neste sentido, Portugal não podendo concorrer com a poderosa indústria estrangeira manteve o seu desenvolvimento ligado à agricultura e à indústria extractiva.

E, neste contexto histórico, que a actividade industrial do Século XIX em Portugal vai ficar profundamente limitada, não ultrapassando o nível artesanal. A grande maioria da população dependia da actividade agrícola e o peso da produção agrícola era muito significativo no contexto global da economia portuguesa.

Até ao Século XVIII, o distrito de Setúbal desenvolve a sua tradição agrícola, com base essencialmente na produção de vinho e na madeira. A Região vivia da exportação dos seus produtos para o mercado interno, com incidência para Lisboa e, para o mercado externo, com incidência para as colónias e o Brasil. Segundo Cruz ⁽¹⁾, *"Dos três elementos da vida rural - plantação da vinha, exploração do sal e da lenha - adveio a antiga fortuna da Margem Sul. Eles resultaram numa forma de ajuste ao ambiente, com motivação exterior desencadeada pelo porto e pela cidade de Lisboa"*.

A tradição agrícola do distrito de Setúbal é perturbada pelas exigências do mercado de Lisboa, que comprando os produtos da Região, exige uma diversificação da produção. Nos finais do Século XVII e durante o Século XIX, a Região de Setúbal produz uma diversidade de cereais e legumes para o mercado de Lisboa.

(1)Cruz, Maria Alfreda, 1973. A Margem Sul do Estuário do Tejo - Factores e Formas de Organização do Espaço. Edição do autor, p.39.

O mais antigo vestígio de actividade "industrial" na Região, foi em Adiça, perto da Lagoa de Albufeira, onde se instalou uma exploração mineira: a de vieiros de ouro. Outros empreendimentos vieram a localizar-se na Região. Na dependência da Coroa, localizou-se a Ribeira das Naus, inicialmente no sítio do Seixal transferido posteriormente para a Telha assim como os Fornos d'El Rei, que se estabeleceram junto a Palhais onde, ainda no Século XVIII, se fabricavam biscoitos para as armadas reais. No início do Século XVI outra actividade industrial se veio a localizar na Região a da produção de vidro, em Coima utilizando matéria-prima local e, como fonte de energia, a lenha da Região. (Cruz, 1973)

No entanto e, segundo Cruz ⁽¹⁾ *"O caracter episódico de todas estas instalações fabris fez não só que os núcleos de povoamento que geraram tenham sido precários como ainda que os tradicionais não tivessem sido, de algum modo, estimulados por eles."*

1.2. TENTATIVAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XIX

Durante a primeira metade do século XIX, a Regeneração, que Oliveira Martins classificou como "nome português do capitalismo" constituiu o primeiro surto da "revolução industrial". São os planos de obras públicas (o lançamento de estradas, do caminho-de-ferro ...) do Fontismo que geraram condições à expansão industrial e mercantil de Portugal. E, no entanto, ainda a agricultura que durante todo o Século XIX domina a vida económica portuguesa, quer em percentagem de pessoas ocupadas, quer em valor da contribuição para o Produto Nacional. O desenvolvimento industrial verifica-se, de uma forma bastante lenta, durante todo o século XIX.

O primeiro surto verdadeiramente industrial do País, parece indiciar-se entre 1840 e 1850, na base de bens de

(1)Cruz, Maria Alfreida, 1973. op. cit. p. 116

consumo, sobretudo na Região de Lisboa,⁽¹⁾ ultrapassando a do Porto que acusava, até então, um avanço industrial ainda com características artesanais e manufactureiras.

Segundo Moura ⁽²⁾ *"Outro facto a salientar na estrutura industrial portuguesa, nesta data, é o aparecimento de sectores produtivos novos, que têm hoje importância primordial na nossa economia"*.

O segundo surto de industrialização de Portugal verifica-se, sobretudo, depois da crise de 1891, já próximo dos finais do Século XIX.

No que se refere ao crescimento urbano, foram as cidades de Lisboa e do Porto e Setúbal as que apresentaram maiores índices de aumentos populacionais, sendo o Porto ultrapassado por Lisboa em área urbana e volume demográfico, a partir dos finais do Século XIX. As restantes cidades registavam aumentos populacionais menos significativos ou até estagnavam, sobretudo no interior e no sul do País.

Esta situação demográfica traduz o impacto do fenómeno da concentração industrial na Região de Lisboa e do Porto, enquanto nas restantes regiões ficava-se apenas por algumas "bolsas" industriais.

Nos finais do Século XIX, a Península de Setúbal acompanha o processo de implantação de actividades industriais mais "modernas", quer em maquinaria quer na utilização de outras fontes de energia, fornecidas pelo vapor e posteriormente pela electricidade, que se instalam em Portugal.

No contexto geral da Península de Setúbal, será acima de tudo após a instalação da Companhia União Fabril C.U.F em 1898, no Município do Barreiro, e as indústrias de conservas de peixe no Município de Setúbal (com a vinda, para Portugal, de capitais franceses ligados ao ramo de indústria de conservas de sardinha), que se desenha uma ocupação

(1)Entender-se-á por "Região de Lisboa" o conjunto dos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

(2)Moura, Francisco Pereira, 1973, Por onde vai a economia Portuguesa, Seara Nova, p. 109.

industrial desta Região, na qual se definem dois pólos industriais: o pólo ribeirinho (constituído pelos Municípios de Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal), e o pólo industrial de Setúbal.

Os dois núcleos industriais da Península de Setúbal, o "pólo industrial" ribeirinho e o "pólo industrial" de Setúbal, têm uma história diferente, seja na sua temporalidade, seja no que diz respeito à origem do capital, tendo contudo impactos demográficos e espaciais semelhantes.

O crescimento industrial do "pólo" de Setúbal é posterior ao crescimento industrial do "pólo" industrial ribeirinho. Setúbal mantém, de 1910 a 1920, um grande crescimento industrial associado à indústria das conservas de peixe. A crise da indústria conserveira fez-se sentir depois de uma grande expansão nos primeiros vinte anos após a sua instalação, seguido por um declínio rápido. Em 1920, o número máximo de fábricas era de 130, com cerca de 10 000 trabalhadores, resultante da procura da Primeira Guerra Mundial, que posteriormente não teve seguimento. Em 1934, não existiam mais do que 68 fábricas (Faria, 1980).

E, durante, este período de "boom" que o sector conserveiro provocou um impacto considerável no crescimento demográfico e habitacional.

No início do Século XX duas grandes unidades industriais, com capitais estrangeiros se instalam em Setúbal. A SECIL, indústria de cimentos, com capital Holandês, em 1906, e a SAPEC em 1926, de capital Belga, que produzia adubos químicos. Estas duas unidades de produção localizaram as suas sedes sociais em Lisboa.

O pólo industrial ribeirinho teve um crescimento semelhante ao de Lisboa. A instalação da CUF, em 1898, pertencente a um antigo e poderoso grupo industrial e financeiro português, localizada no município do Barreiro, alargou as suas actividades para o sector metalúrgico e para a produção de adubos concentrados. O complexo industrial da CUF recebe as matérias-primas essencialmente da região

alentejana e o produto destina-se ao mercado interno, os adubos para o Alentejo e restante País, e os óleos e farinhas para a indústria conserveira de Setúbal. E, a acumulação realizada por este complexo industrial, que permitiu o aparecimento de grandes empresas industriais nos anos sessenta, nomeadamente na Península de Setúbal, com a participação no capital dos grandes estaleiros navais e no porto do Alfeite.

A este núcleo industrial mais "modernizado" juntava-se a indústria tradicional, sobretudo a do município de Almada.

1.3.. O DESPERTAR INDUSTRIAL DO SÉCULO XX

Será entre 1914 e 1919 que se assiste no País, à passagem do até aí dominante sector comercial para o sector industrial. A Primeira República (1910-1926) desempenhou um papel relevante, desenvolvendo esforços para um crescimento industrial. A concentração industrial portuguesa, nesta fase, é ainda pouco acentuada. De acordo com o Inquérito Industrial de 1917, havia no continente 5491 estabelecimentos industriais. As actividades mais importantes como a metalurgia, cerâmica e vidros, químicas, alimentação e bebidas, têxteis e indústrias da madeira e derivados, representavam 66% dos estabelecimentos industriais.⁽¹⁾

E com o estabelecimento do regime autoritário que, a partir de 1926, se pretende libertar a produção nacional da concorrência, quer nacional como da estrangeira.

O condicionamento industrial teve uma importância fundamental no processo de acumulação, ao permitir ao capital industrial um instrumento poderoso para o seu desenvolvimento. Esse processo de acumulação veio a acelerar-se a partir da década de sessenta com o desenvolvimento económico e político dos grandes grupos económicos nacionais, instalados na Península de Setúbal. Serão esses grupos que a 11 de Março de 1976 estarão na

(1)Castro, Armando, 1972, Estudos de História Socio-económica de Portugal, p. 213.



2. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DOS ANOS 60 E A CRISE INTERNACIONAL E "LOCAL"

Durante os anos sessenta, o desenvolvimento do País sofria estrangulamentos económicos, políticos e sociais, que exigiam esforços de estruturação do seu modelo de desenvolvimento.

A guerra colonial, a intensa emigração para o estrangeiro e, a conjuntura externa, obrigaram a uma nova definição do modelo de desenvolvimento do País.

Serão os Planos de Fomento, instrumento de planificação económica e social do País, centrados em estratégias de desenvolvimento industriais, que irão tentar impôr um novo rumo para a economia portuguesa.

Neste período, três acontecimentos decisivos vão conduzir o País para uma via de industrialização que o obrigarão a sair do isolamento agrícola: a guerra colonial, a adesão de Portugal à E.F.T.A. e a intensa emigração para o estrangeiro. Estes acontecimentos, de origem interna e externa, permitiram, de 1960 a 1973, uma nova inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho (D.I.T.). Esta posição era fortemente influenciada pela posição geográfica do País.

No início dos anos setenta Portugal possuía um aparelho produtivo industrial desarticulado que se traduzia por uma procura de matérias-primas, de bens intermédios e de componentes importados. Porém, a sua situação geo-económica facilitou a implantação de um modelo de especialização económica, isolado e litoral, apesar da inserção geográfica de Portugal no continente Europeu. As relações de Portugal com a Espanha, apesar das fronteiras comuns, representavam uma pequena parcela das importações e exportações do País. O relacionamento de Portugal com os países europeus era quase exclusivamente realizado por via marítima. Assim, será à

volta dos principais portos que a actividade económica, associada à inserção internacional de Portugal, se concentrará. No centro do País, a Região de Lisboa, se estrutura no estuário do Tejo e se prolonga até ao estuário do Sado.

A posição geo-económica de Portugal determina decisivamente as formas de ocupação sócio-produtivas do território nacional, provocando, apesar da dimensão do País, profundas assimetrias regionais.

Os traços dominantes da ocupação territorial são constituídos por dois principais eixos de oposição sócio-produtivos. Por um lado, a litorização do crescimento demográfico e sócio-produtivo que divide o País industrial do litoral e o País agrícola do interior, por outro lado o peso sócio-económico da Região de Lisboa (onde se inclui a Península de Setúbal) no contexto geral do País.

A especialização da Região de Lisboa pode ser caracterizada nos últimos vinte anos, fundamentalmente, pelos traços seguintes:

- Uma concentração de empresas e de investimentos;
- Uma especialização industrial, com uma grande internacionalização, dependente de energia e das matérias-primas;
- Concentração de actividades terciárias.

Na primeira metade dos anos setenta assiste-se a uma transformação económica e social, fruto de conjunturas nacionais e internacionais.

As modificações das formas de organização do mercado mundial, quer do ponto de vista da lógica produtiva, quer do ponto de vista da localização de capital e do trabalho, passará do "boom" do pós segunda guerra mundial, para uma nova forma de estruturação do processo de acumulação, que se vem a reflectir na segunda metade dos anos setenta.

No entanto, todo o esforço de industrialização da Península de Setúbal, teve a sua fundamentação na teoria económica regional da época - a teoria dos "pólos de

crescimento" - e numa opção política consciente de desenvolvimento regional, que pretendia transformar a Península de Setúbal num dos primeiros "polos industriais" do País. Esta opção justificava-se perante a lógica do "Império Colonial" e perante a lógica dos grupos económicos nacionais que visavam permitir a expansão da produção de bens de consumo e de alguns bens de equipamento para um mercado em franca expansão. São as boas condições de comunicação e proximidade de Lisboa que dotam a Península de Setúbal de condições para a instalação de um "pólo industrial".

Num breve período de apenas vinte e cinco anos a Região conhece o seu período de "boom" e de declínio, sendo atravessada, em plena maturação por conjunturas internacionais e nacionais, cujos impactos transformaram uma das grandes regiões industriais do País numa Região em "crise".

Durante o seu apogeu, não foi posto em causa a lógica de crescimento, a sua especialização industrial, a exogeneidade do capital, a destruição do tecido industrial anterior.

Com o 11 de Março de 1976, a Península de Setúbal sofreu um grande impacto, nomeadamente através de uma profunda alteração da propriedade do capital. As nacionalizações das grandes empresas passam para a posse do Estado.

O Estado de vocação política, afirma-se como o principal agente económico na Região.

O Estado, sem experiência de governação e acima de tudo, sem experiência de intervenção directa ao nível económico, convertia-se num dos mais importantes agentes económicos da Região, em plena crise das economias locais e em plena crise económica e política interna.

E, com o surgimento dos primeiros sinais da crise na Região, que os parceiros sociais exigiram medidas e a Península de Setúbal ganha uma identidade própria - ou seja a de "região em crise".

Desde os finais dos anos setenta que o decréscimo da produção industrial e do emprego, os "salários em atraso", as dívidas à Segurança Social, etc, se manifestaram claramente chamando a atenção para a gravidade da situação socio-económica da Região.

De uma forma genérica poderemos considerar que a história do sistema produtivo da Península de Setúbal passa basicamente por quatro períodos:

1. Até ao início do Século XX, apesar de algumas "bolsas industriais", a Península mantém um caracter básicamente agrícola;

2. Do início do Século XX até aos anos sessenta, caracteriza-se por uma crescente implantação industrial que vai gerar as condições para a sedimentação da Península como região industrial;

3. O terceiro período que decorre de 1960 a 1975, no qual se sedimenta definitivamente o "pólo industrial" quer de uma forma espacial quer funcionalmente especializado, com uma grande dependência do mercado internacional;

4. O quarto e último período, posterior a 1975 e até ao momento, em que se verifica a crise e o declínio do sistema produtivo instalado, resultante das alterações ocorridas na economia internacional.

A Península de Setúbal é um objecto privilegiado de análise, porque reflecte as transformações económicas, sociais e políticas de Portugal e do Mundo, nos últimos trinta anos. A sua história recente reflecte de maneira dinâmica, as vicissitudes de uma "nova" Região industrial que revela a necessidade de reconversão mesmo antes da sua sedimentação.

2.1 O PRENÚNCIO DA REGIÃO INDUSTRIAL DE SETÚBAL E A CRIAÇÃO DELIBERADA DE UM "PÓLO INDUSTRIAL"

A Península de Setúbal iniciou o seu processo de industrialização de uma forma lenta, depois dos finais do Século XIX. Será, a meados do Século XX que se irão instalar as actividades económicas que lhe darão as características de "região industrial".

Será ainda durante a primeira metade do Século XX, que o Distrito de Setúbal se consolida como a terceira região industrial do País.

Tomando como indicadores o número de sociedades e o capital social por Distritos, destaca-se por ordem de importância, Lisboa e o Porto, e em seguida os Distritos de Setúbal, Aveiro, Beja e Coimbra.⁽¹⁾

É, talvez, este início precoce de industrialização que tornou a Península de Setúbal uma região que irá ser conscientemente assumida como região industrial a desenvolver.

De facto, a Região possuía, quer do ponto de vista geográfico quer do ponto de vista económico, condições óptimas para a instalação de um "pólo industrial".

Com o III Plano de Fomento (1968-1973) surge uma clara determinação para o desenvolvimento da região.

Será após a clarificação dos diferentes tipos de "pólos industriais" a criar que o III Plano de Fomento define a Península de Setúbal como região de crescimento industrial, integrado na Região de Lisboa. A cidade de Setúbal é concebida como um "sub-pólo", um "centro urbano-industrial", incluído na área de influência de Lisboa, mas com uma certa "individualidade".

Neste Plano de Fomento, a Península de Setúbal é claramente pensada como parte integrante da região "urbano-industrial" de Lisboa, na qual se destacava a cidade de

(1) Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento.

Setúbal. Esta, pelas suas características específicas, nomeadamente as infra-estruturas do porto e uma possível implantação de um aeroporto, era considerada como uma "aglomeração complementar de Lisboa". Segundo o mesmo plano, na cidade de Setúbal deveriam ser instalados as empresas pouco favoráveis a uma localização fora da área de influência da Capital.

Na localização deste pólo valorizava-se essencialmente:

- A existência de grandes espaços libertos;
- A implantação de uma rede de comunicações - marítima, ferroviária e rodoviária - com potencialidades;
- A presença de uma mão-de-obra disponível, com alguma experiência industrial;
- A proximidade de Lisboa.

2.2. DE UMA INDÚSTRIA "TRADICIONAL" PARA UMA INDÚSTRIA "MODERNA" - anos 60

Até aos anos sessenta, a Península de Setúbal teve um crescimento industrial baseado nas indústrias tradicionais - da cortiça, da reparação (Alfeite), alimentares (indústria da carne no Montijo), químicas (complexo do Barreiro) e alguma indústria têxtil.

No período de 1960 a 1970 dá-se uma alteração significativa da estrutura produtiva com a passagem para a indústria mais "moderna" - a indústria "pesada" - montagem de automóveis, a reparação e construção naval, mantendo-se a posição de algumas indústrias tradicionais, nomeadamente a da cortiça.

As boas perspectivas do comércio internacional que na altura se abriam, sobretudo nas relações petróleo-petroquímica-petroleiros, e com o encerramento do Canal do Suez, valorizaram a posição estratégica do País, repercutindo-se na localização de determinados sectores de actividade, nomeadamente na reparação e construção naval. Por

outro lado, a articulação entre Sines, a Siderurgia Nacional e o aproveitamento integrado das pirites iriam fazer surgir um grande mercado para bens de equipamento.

Foi neste quadro que se acentuou a especialização da Península de Setúbal. A Península, transformou-se na principal região de acolhimento da população rural do País estruturando um sistema produtivo baseado no aproveitamento da sua posição geográfica no contexto nacional e nas diferenças de salários, face a uma economia internacionalizada.

O surto industrial deste período está evidenciado no quadro 1. De facto, o desenvolvimento industrial português permitiu, na última metade dos anos sessenta, a instalação de uma significativa capacidade industrial no País e na Península de Setúbal.

QUADRO 1
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, EM 1971, POR ÉPOCAS DE INSTALAÇÃO

	ESTABELECIMENTOS EXISTENTES EM 1971	ESTABELECIMENTOS CRIADOS DEPOIS DE 1965	ESTABELECIMENTOS CRIADOS ENTRE 1965/75
	Número	Percentagem	Percentagem
PAÍS	18 527	63,2	36,7
DISTRITO DE LISBOA	3 346	63,2	36,6
DISTRITO DE SETÚBAL	1 005	60,5	39,8

Fonte: INE, Inquérito Industrial, 1972

A análise deste quadro revela o esforço industrial da segunda metade dos anos sessenta. O Distrito de Setúbal tem perto de 40% dos estabelecimentos existentes em 1971 instalados entre 1965 e 1971. Se considerarmos o peso significativo da Península de Setúbal no Distrito, poderemos observar valores semelhantes.

O ano de 1970 significa para a Península de Setúbal, o momento de apogeu desta jovem região. Iniciando as suas actividades nos finais dos anos cinquenta e tendo um crescimento durante o decénio seguinte, a Península de Setubal mostrava já sintomas de crise na primeira metade dos anos setenta.

Em 1970 o P.I.B. do Distrito de Setúbal significava

16,02% do P.I.B. nacional, um pouco inferior ao do Porto, com 19,2% e bastante mais baixo do que o de Lisboa, com 30,01%.

Na especialização regional do P.I.B. pode-se destacar:

- uma "especialização rural" de alguns municípios da Península que, por ordem decrescente de ruralidade, apresentavam a seguinte composição: Palmela, Sesimbra, Montijo, Moita e Alcochete;

- uma "especialização na indústria transformadora" dos municípios do Seixal, Barreiro e Setúbal, segundo uma ordem decrescente da importância da actividade industrial;

- uma "especialização terciária" em Setúbal e Almada, com um peso significativo do P.I.B. no comércio (com incidência em Setúbal) e na administração pública (com incidência em Almada).

A "vocação" industrial da Região origina uma grande diversidade interna nos diferentes municípios, numa "especialização municipal" que tem as suas origens na diferente posição geográfica que ocupam no interior do território.

Almada, com a sua proximidade a Lisboa permite, que um baixo peso industrial seja compensado pelas actividades terciárias, em larga medida criadas pela expansão para sul de Lisboa. Palmela, compensa o seu menor peso industrial, pelas actividades na agricultura e Sesimbra pelas actividades nas indústrias extractivas.

Se se comparar o P.I.B. entre 1970 e 1980, verifica-se um decréscimo da produção industrial e perda de posição do Distrito de Setúbal no País. O Distrito de Setúbal que detinha 16% do P.I.B. industrial do País em 1970 e perdia 1,6% em 1980.

Apesar desta perda de posição, gerada pela crise, a meados da década de 70, o "polo industrial de Setúbal" mantém uma certa posição no conjunto nacional, representando em 1982: 9% do emprego industrial do País, 11% do produto industrial, e 26% do investimento industrial.

QUADRO 2				
O PESO INDUSTRIAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL NO CONTEXTO NACIONAL, 1982				
SECTORES ACTIVIDADE ECONÓMICA	EMPREGO	V.B.P.	V.A.B.	F.B.C.F.
	(%)	(%)	(%)	(%)
ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACO	6,8	8,8	5,4	2,7
TÊXTEIS, VESTUÁRIO, COURO	2,2	1,9	1,7	1,3
MADEIRAS E CORTIÇA	8,9	12,3	13,6	6,3
PAPEL, ARTE GRÁFICAS, PUBLICAÇÕES	5,5	11,7	10,6	25,0
QUÍMICAS	9,7	8,6	6,9	7,3
PROD. MINERAIS NÃO METÁLICOS	4,9	9,6	6,1	6,5
METALURGIA DE BASE	27,0	47,6	46,7	48,5
PROD. METÁLICOS, MAQ. E MAT. TRANSP.	18,6	18,0	21,4	20,0
OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	2,3	15,8	22,7	17,6

Fonte: I.E.D., 1986

Os indicadores da produção industrial situam a Península de Setúbal acima da média do País, 1982.

QUADRO 3		QUADRO 3
INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL		
	PENÍNSULA	PAÍS
V.B.P./EMPREGO (contos por trabalhador)	2 434,5	1 990,7
V.A.B./EMPREGO (" " ")	675,9	540,8
F.B.C.F./EMPREGO(" " ")	517,3	168,4
V.A.B./V.B.P. (em percentagem)	27,8	27,2

Fonte: I.E.D., 1986.

2.3. A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DA PENÍNSULA

Na Península de Setúbal, a supremacia das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas foi de tal maneira importante, que forneceu à região uma "imagem de marca" quer no seu apogeu, quer na crise que se lhe seguiu.

A especialização em certos tipos de indústrias, pelos empregos que oferece, pelo tipo de capital que atrai, pelos salários que distribui, pela vida associativa que origina, faz apelo a uma certa uniformidade dos comportamentos, sob a influência das actividades dominantes. Assim, modula-se um mercado de trabalho e um meio sócio-cultural específico.

A especialização produtiva da Península de Setúbal sofre um processo de reforço ao longo do processo da sua sedimentação. Serão as indústrias metalúrgicas de base, as metalomecânicas e do material de transporte que darão à Península uma identidade produtiva.

A estrutura industrial em 1972, com base no Inquérito Industrial, demonstra o peso das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas (incluindo material de transporte) no conjunto das actividades do Distrito de Setúbal, e uma forte percentagem de estabelecimentos de grande dimensão. Observa-se contudo que esta especialização industrial não é acompanhada por um aumento das qualificações profissionais, uma vez que 89,2% dos empregos são classificados de "operários".

Como já referimos, o Distrito de Setúbal ocupava em 1970 o terceiro lugar na participação nacional da indústria transformadora do P.I.B., logo a seguir aos Distritos de Lisboa e do Porto.

O Distrito de Lisboa e o de Setúbal concentram, em 1970, mais de 50% do P.I.B. nas indústrias alimentares, químicas e indústrias derivadas do petróleo, metalúrgicas e metalomecânicas.

A especialização da Região na metalurgia e na metalomecânica faz com que o Distrito de Setúbal, com 31,9% do P.I.B. nesses sectores, só possa ser comparado ao de Lisboa com 37,7% do P.I.B..

Este peso advém, por um lado da concentração da montagem de automóveis que beneficia das vantagens portuárias e, por outro lado devido à concentração dos estaleiros navais, que desenvolveram os ramos metalúrgicos, e a fabricação de material para os caminhos-de-ferro. Salienta-se que o desenvolvimento destes ramos da indústria metalúrgica e metalomecânica integravam os objectivos governamentais dos anos setenta. Serão precisamente estes ramos da actividade económica, nos quais a especialização regional foi baseada, os que se mostraram mais sensíveis às alterações dos custos das matérias-primas e às transformações dos mercados mundiais, do final dos anos setenta.

A caracterização da estrutura da transformação das actividades industriais na Península de Setúbal teve um

dinamismo diferenciado de sub-sector para sub-sector no período de 1970 a 1981. Os sub-sectores que apresentaram um dinamismo superior, com maior significado (acréscimos superiores ao crescimento "padrão", variações líquidas positivas de acordo com a aplicação do método de Dunn⁽¹⁾ - Quadro 1, Anexos) foram, por ordem da sua importância relativa - Construção de Material de Transporte (CAE 384), Fabricação de Máquinas Eléctricas (CAE 383), Fabricação de Produtos Metálicos (CAE 381), Indústrias do Papel (CAE 341) e Fabricação de Outros Produtos Químicos (CAE 351). Os sub-sectores que apresentaram um dinamismo inferior salientam-se - Fabricação de Instrumentos (CAE 385), Indústrias da Madeira (CAE 331) e Indústrias Têxteis (CAE 321).

Constata-se, pois, um reforço do padrão de especialização nesse período.

A especialização produtiva da região mantém a sua importância, em 1982, nos seguintes sectores da actividade económica:

- a fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos e material de transporte, ocupa 45% do emprego, participa com 30% do produto industrial e afecta 30% do investimento da Península, tornando-o no seu principal sector de actividade;

- A metalurgia de base é a segunda grande actividade da Península. Este sector gera 20% do produto industrial, atrai 25% do investimento e ocupa 10% do emprego. Este sector da actividade económica deve a sua importância à localização no município do Seixal da Siderurgia Nacional;

- A indústria química, ocupa a terceira posição, sendo responsável por 10% do emprego, 18% do produto industrial e apenas atrai 17% do investimento;

- As indústrias alimentares, bebidas e as indústrias do mobiliário e da cortiça, representando respectivamente 10 e 9% do volume do emprego industrial da Península.

Apesar da grande especialização produtiva, a nível interno da Península, observa-se uma grande diversidade, quer

(1) Os calculos foram baseados na população activa da Península de Setúbal.

ao nível da estrutura funcional da ocupação da mão-de-obra, quer ao nível dos diferentes ramos da actividade económica.

Se em 1981 cerca de 36% dos activos residentes trabalhavam na indústria, o nível de dependência do mercado de trabalho face à indústria revela as diferenças no processo de industrialização dos municípios da Península. Assim, os municípios mais industrializados são: Almada, Barreiro e Setúbal que ocupam cerca 73% da mão-de-obra industrial.

A especialização da Península assentava em sectores produtivos de forte dependência do petróleo e das matérias-primas importadas.

A vulnerabilidade do sistema produtivo instalado na Península de Setúbal não provem simplesmente da especialização produtiva mas também do facto desta especialização produtiva ser baseada em sectores da actividade económica com uma forte internacionalização. São, acima de tudo, sectores produtivos que dependem do exterior e, no caso concreto da Península de Setúbal a dependência traduz-se fundamentalmente, pela importação das matérias-primas e energia. A dependência observada na Península é contrária à dependência do exterior de outras regiões do País, que se traduzem pela via das exportações dos produtos. Na Península de Setúbal as indústrias dependem do exterior pela via das exportações das matérias-primas, sendo os produtos destinados ao mercado interno, com excepção da construção e reparação naval que produzem essencialmente para o estrangeiro.

As características do "pólo industrial" de Setúbal foram concebidas na lógica da Divisão Internacional do Trabalho (D.I.T.) na formulação do anos sessenta. Assim, a Península de Setúbal materializou um modelo de especialização que

passava por: (1)

- uma estrutura produtiva de acordo com a dinâmica da procura internacional;

- um papel importante no investimento estrangeiro e na subcontractação internacional;

- disponibilidade de uma mão-de-obra qualificada com um nível de salários mais baixos do que nos países do centro da Europa, para o mesmo nível de qualificação;

- disponibilidade de mão-de-obra feminina, potencialmente activa;

- existência de infra-estruturas urbanas que permitissem um processo de aprendizagem e de qualificação mais intensivas;

- fragilidade do modelo de especialização com uma forte dependência de bens de equipamento, de matérias-primas e de energia;

- dependência de regiões mais fortes nos sectores agro-alimentares.

Serão as duas últimas características que, associadas à desarticulação do sistema produtivo instalado na Península, irão impedir a região de produzir novas actividades, uma vez confrontadas com as alterações do comércio internacional.

Aliás este modelo de especialização da Península de Setúbal enquadra-se no modelo de desenvolvimento do País até à primeira metade dos anos setenta.

Como ressalta Amaro(1980) (2), fazendo a análise do crescimento da indústria portuguesa depois da segunda guerra mundial e até 1973, os traços dominantes do processo de crescimento industrial foram os seguintes :

(1) Ver o desenvolvimento do modelo de especialização da região em Perestrelo, M.M. et al., 1987. Península de Setúbal- primeira fase, relatório do Seminário do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa.

(2) Amaro, Rogério Roque, 1980, Développement et industrialisation de l'économie portugaise dans le contexte de la division international du travail, Thèse de doctorat du troisième cycle, Université Sciences Sociales, Grenoble, 2 volumes.

- as taxas de crescimento mais elevadas situam-se nas "indústrias modernas" (nomeadamente as indústrias do papel, químicas, siderúrgicas e materiais metálicos, que são indústrias fortemente representadas na Península). No entanto as indústrias tradicionais como as indústrias alimentares, têxtil e da madeira mantiveram um peso elevado na estrutura industrial portuguesa;

- em termos dos sectores produtivos, o crescimento industrial traduz-se pela importância (relativa) da produção de bens intermédios e de equipamentos;

- verifica-se uma hierarquia no interior das indústrias transformadoras. Pelo lado das compras, ganham importância as indústrias de bens de consumo, particularmente aqueles que estão orientados para a exportação e que estão submetidos a uma dinâmica do exterior. Por outro lado, na óptica das vendas, salienta-se a dominação das indústrias do tipo "industrializante" que traduzem um dinamismo industrial na perspectiva da independência nacional;

- a produção industrial interna respondia, de uma maneira satisfatória à procura de consumos intermédios industriais, induzidos pela agricultura (procura bastante frágil devido à debilidade do desenvolvimento agrícola nacional) mas era muito insuficiente no que dizia respeito aos bens de equipamento, provocando uma forte dependência face ao mercado exterior;

- as dependências comerciais das indústrias transformadoras face ao exterior eram acentuadas, quer ao nível da importação de meios de produção (particularmente os equipamentos) quer ao nível das exportações de bens de consumo e alguns produtos intermédios.

O crescimento nos últimos anos das exportações e da produção de bens de equipamento, traduzem uma alteração no modelo de especialização de Portugal.

2.4. DEPENDÊNCIA DO CAPITAL

2.4.1 ORIGEM DO CAPITAL

A análise da origem do capital permite avaliar a capacidade "endógena" de uma determinada região. Defende-se que uma região que dispõe da capacidade de produzir e controlar os resultados da sua actividade, se encontra melhor preparada para fazer face a uma eventual crise, comparativamente a uma outra região cujo capital seja predominantemente exterior, ficando submetido a lógicas "exógenas".

Face aos condicionalismos de obtenção da informação, não se torna possível efectuar uma análise diacrónica que possibilite refazer a história da Região, do ponto de vista dos interesses financeiros do capital implantado.

A partir de algumas informações disponíveis foi possível, grosso modo, considerar três fases de implantação do capital na região:

1- fase inicial, no qual alguns dos grandes grupos monopolistas nacionais, associados a capital estrangeiro, foram os impulsionadores da estrutura produtiva da região;

2- depois do 25 de Abril de 1974, o capital público torna-se o grande agente financiador do sistema produtivo instalado;

3- presentemente, assiste-se, com as reprivatizações, a investimentos estrangeiros cuja origem e contornos são de difícil detecção, devido à falta de informação estatística.

A análise dos investimentos estrangeiros na Região torna-se um factor fundamental para a compreensão do papel da Península de Setúbal, na divisão internacional do trabalho.

As alterações observadas na região necessitavam que o investimento estrangeiro fosse analisado em três períodos distintos, que correspondem a diferentes fases de

sedimentação produtiva da Península: dos anos 60 até 1974 - fase de instalação do sistema produtivo; entre 1974 e 1980 - fase de declínio e da saída de capital estrangeiro; e, posterior a 1981 - fase da retoma do interesse do capital estrangeiro e da alteração da sua aplicação.

A partir dos dados estatísticos disponíveis⁽¹⁾ é possível, a título indicativo, verificar a importância dos investimentos estrangeiros nos sectores mais dinâmicos da indústria transformadora portuguesa, na última fase considerada.

A nível nacional, as indústrias de fabrico de máquinas não eléctricas, material eléctrico, material de transporte e instrumentos profissionais representavam em 1981 49,6% do investimento estrangeiro aplicado em Portugal. A Península ocupava nestes sectores, em 1981 42% do total dos activos na indústria transformadora.

A partir dos dados estatísticos disponíveis, mais recentemente, nos Quadros de Pessoal do MTSS (1986), torna-se possível fazer a distinção entre o capital privado, público e estrangeiro.

Analisando os Quadros de Pessoal de 1986, verifica-se que na distribuição do capital social das empresas, o capital público detem um peso significativo na Península de Setúbal. A distribuição do capital social das empresas em 1986, tinha na Península a seguinte estrututra: o capital privado nacional detinha 42,60%; o capital público nacional 40,35%; o capital estrangeiro 17,10%.

Esta distribuição só pode ser compreendida no contexto socio-político posterior a 25 de Abril de 1974. A presença na Península de praticamente todos os grandes grupos económicos nacionais fez com que, depois das nacionalizações o Estado fosse proprietário de 40,35% do capital social das empresas da Península.

(1) Perestrelo, M.M. et al., 1987. op. cit., pp. 26-33.

A análise da distribuição do capital pelos sectores da actividade económica (ver figura 1) põe em evidência o peso da principal actividade económica da região - a indústria transformadora - ao nível da concentração do capital. A especialização industrial da Península dá origem a que o capital se concentre neste tipo de actividades (ver figura 2). Assim, 18% das indústrias transformadoras detinham 72,9% do capital social e 48,4% da mão-de-obra ocupada. Com um comportamento inverso situa-se o sector do comércio, restaurantes e hotéis. Com 47,9% das empresas e 23,1% da mão-de-obra não detinham mais do que 12,5% do capital social.

A estrutura e origem do capital pelos sectores da actividade económica apresentava-se em 1986, com as seguintes características:

- mais de metade do capital social aplicado na indústria transformadora era de origem pública, 54,1%;

- o capital estrangeiro (representando 17% do total do capital) "especializava-se" nas indústrias transformadoras, onde investia 88%, em actividades terciárias, nomeadamente naquelas com ligação ao turismo;

- o capital privado nacional surge ligado ao sub-sector do comércio, restaurantes e hotéis, com 87% do total do capital social deste sub-sector. Salienta-se ainda que o capital privado nacional detinha cerca de um quarto do total do capital social das indústrias transformadoras.

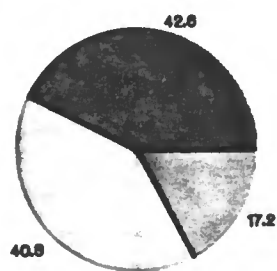
Analisando a distribuição espacial pelos vários tipos de capital verifica-se que:

- 1- o capital público é maioritário nos municípios de Setúbal (representando 62,8% do total do capital social do município) e do Barreiro (com 61,4% do total do capital social do município);

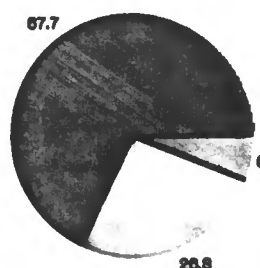
- 2- o capital estrangeiro tem um peso considerável no município de Alcochete (43,9%) e no município do Seixal (37,7%).

FIGURA 1

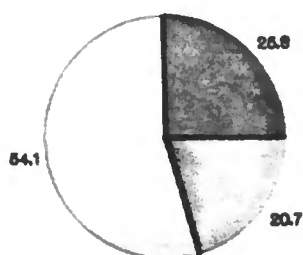
CAPITAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE



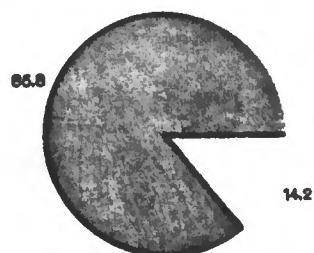
TOTAL DA PENÍNSULA



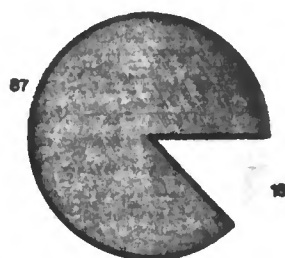
AGRICULTURA, SIVC., PESCAS



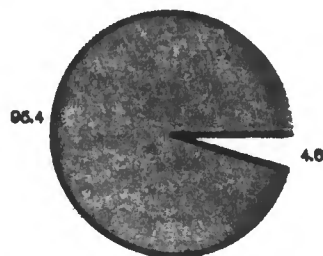
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



BANCOS E SEGUROS



COMÉRCIO, REST., HOTÉIS



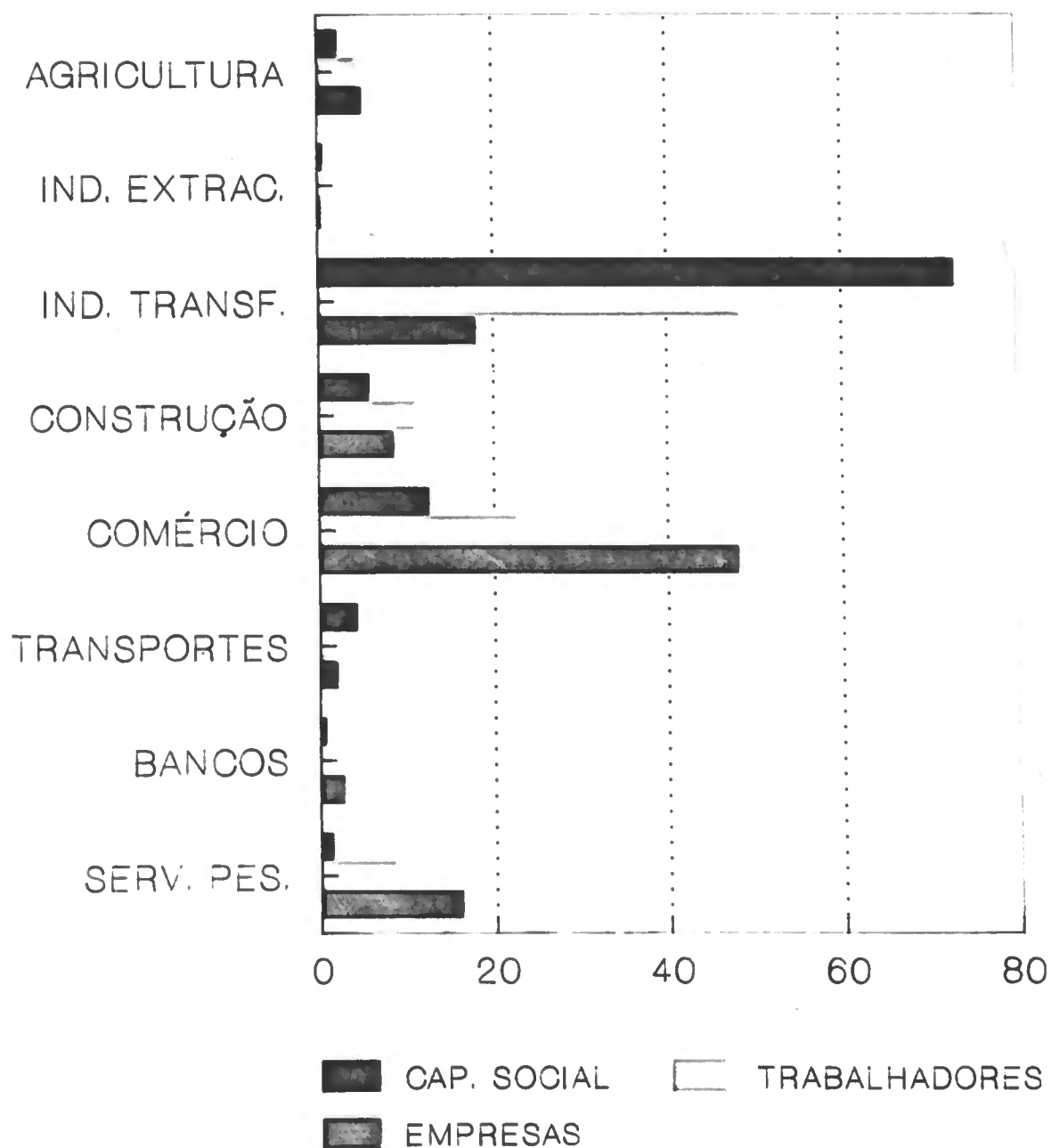
SERV. PESSOAIS, COLECTIVOS

■ PRIVADO NACIONAL

■ PÚBLICO

■ ESTRANGEIRO

FIGURA 2
CAPITAL, TRABALHADORES E EMPRESAS
POR SECTORES DE ACTIVIDADES



Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal, 1986

2.4.2. LOCALIZAÇÃO DAS SEDES SOCIAIS

A exterioridade do capital de uma região pode ser analisada através da localização das sedes sociais das empresas cujos estabelecimentos se encontram localizados na região. A localização das sedes sociais no exterior das regiões reforçam a exterioridade da implantação do capital, permitindo uma saída dos resultados da acumulação numa lógica a-territorial.

Tem-se vindo a defender, cada vez mais, que a capacidade de desenvolvimento endógeno depende da capacidade da região gerar uma acumulação e a consequente capacidade de investimento.

Na Península de Setúbal 8,6% do total das empresas com estabelecimento na região têm sede social no exterior. Apesar deste valor parecer pouco significativo, adquire nova dimensão quando verificamos que são as maiores empresas que localizaram as suas sedes sociais no exterior. Cerca de 80% das empresas de mais de 200 trabalhadores localizaram a sua sede social fora da Península.

A localização geográfica dessas sedes sociais privilegia o enquadramento metropolitano da Península. Em Lisboa localizam-se 362 sedes sociais de empresas cujos estabelecimentos se localizam na Península, correspondendo a 87% do total das sedes sociais exteriores à Península. Se adicionarmos a Lisboa as sedes sociais que se localizam em Santarém, a região norte de Lisboa concentra 88,4% das sedes sociais exteriores à Península de Setúbal.

O Porto e a sua área metropolitana (Aveiro e Braga) representam a segunda região de localização das sedes sociais exteriores à Península de Setúbal, representando 7,3% do total das sedes sociais.

A exterioridade da localização das sedes sociais varia em função do tipo de actividade económica da empresa. Os Bancos, Seguros, Serviços às empresas e o sector dos

Transportes e Comunicações, são as actividades mais representadas no total das sedes sociais exteriores à Península, representando 51% do total das sedes sociais exteriores. As indústrias de Construção e Obras Públicas e as indústrias Extractivas e Transformadoras representam 21,5%. O Comércio, Restaurantes e Hotéis, os Serviços Pessoais e Colectivos e a Agricultura são as actividades menos representadas, o que salienta a potencial "endógeneidade" deste tipo de actividades.

2.5. A CRISE

A especialização produtiva da Península nas indústrias muito internacionalizadas será uma das razões importantes que explicam a vulnerabilidade do sistema produtivo face à crise económica mundial da primeira metade dos anos setenta. A dependência das matérias-primas e da energia, a inserção no mercado interno, a atrofia dos outros sectores produtivos provocaram uma dependência das actividades dominantes, na segunda metade dos anos setenta e sobretudo no início dos anos oitenta, dando origem a uma profunda crise social e económica na região.

Durante os últimos anos, e sobretudo após 1980, assiste-se na Península a uma deterioração das actividades produtivas que se traduz pela redução do número de empregos (e pela sua qualidade) e do número de estabelecimentos.

A crise produtiva da região manifesta-se progressivamente, na qual se podem distinguir três fases diferentes:

- numa primeira fase, no período que decorre de 1976 a 1978, no qual existe a tendência para a desvalorização dos salários, para uma redução do número de contratos de trabalho, atingindo sobretudo os jovens no seu primeiro emprego e a uma progressiva orientação para a contratação a prazo;

- na segunda fase, de 1978 a 1981, verifica-se já uma sub-utilização da capacidade produtiva das empresas e a um aumento do sub-emprego, que se traduz, ao nível das empresas por um aumento das dívidas à banca, aos fornecedores, à Segurança Social e aos próprios trabalhadores. O crescimento dos salários em atraso atinge todos os sectores da actividade económica, com incidência no sector industrial;

- na terceira fase, posterior a 1981, o problema do desemprego agrava-se. Agudiza-se o despedimento dos trabalhadores, o encerramento das empresas e a redução dos efectivos generaliza-se. Ao mesmo tempo desenvolve-se o mercado do trabalho "clandestino".

Esse mercado clandestino, em Portugal, assume diversas formas que são observadas na Península de Setúbal (Rodrigues, 1986) (1):

- a proliferação de empresas "clandestinas" sobretudo ao nível da metalomecânica, construção e confecções;

- a sub-contratação, por intermédio de mão-de-obra que muitas vezes trabalhava na mesma fábrica donde tinha saído;

- a proliferação de actividades "informais", como a venda ambulante, os serviços domésticos, etc.

A evolução do desemprego nas últimas décadas tem-se vindo a agravar comparativamente com a evolução observada para o País.

QUADRO 4
TAXA DE DESEMPREGO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL,
NO PAÍS, 1960, 1970, 1981, 1986

	1960	1970	1981	1986 (a)
PENÍNSULA DE SETÚBAL	3,0	2,6	7,7	20,1
PAÍS	2,4	2,6	6,9	10,3

Fonte: I.N.E.: Recenseamentos Gerais da População
Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, C.E.D.R.U. (2)
(a) Estimativa C.E.D.R.U.

(1) Rodrigues, Maria João. 1986. "Análise da mão-de-obra na Península de Setúbal" in Programa de desenvolvimento da Península de Setúbal - Primeira fase: caracterização e levantamento de problemas Vol. III pp. 2 a 17.

(2) Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano. 1997. Estudo Preparatório da Operação Integrada de Desenvolvimento - Primeira fase.

Na Península de Setúbal, a especificidade da situação de desemprego, em 1985, era segundo Rodrigues (1986) caracterizado por:

- crescimento do volume de desempregados;
- alteração na ordem dos sectores que promovem o desemprego;
- prolongamento dos períodos de procura de emprego;
- expansão do desemprego jovem e feminino;
- baixa taxa de cobertura de assistência aos desempregados.

Em 1981, o volume de desempregados era elevado em termos absolutos, principalmente nos municípios de Almada (4 699), Seixal (3 296), Barreiro (2 673) e a Moita (2 200).

QUADRO 5
DESEMPREGADOS SEGUNDO O TIPO DE DESEMPREGO, POR MUNICÍPIOS, 1981

	TOTAL DESEMP.	PROC. PRI. EMPREGO	PROC. NOVO (a) EMPREGO	
ALCOCHETE	462	255	207	10,1
ALMADA	4 699	2 211	2 488	7,8
BARREIRO	2 673	1 217	1 456	8,1
MOITA	2 200	1 108	1 092	11,2
MONTIJO	1 358	555	803	8,6
PALMELA	1 039	651	388	6,7
SEIXAL	3 296	1 281	2 014	9,2
SESIMBRA	720	447	273	8,3
SETÚBAL	3 462	1 495	1 967	8,6
PENÍNSULA	19 909	9 221	10 688	8,5

Fonte: I.N.E., XII Recenseamento Geral da População.

(a) Percentagem de desempregados no total da população activa no município.

Verifica-se que apenas quatro municípios, Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal, detêm 82% dos desempregados da Península de Setúbal.

A análise do declínio do emprego industrial e do número de empresas industriais confirmam a crise do sistema produtivo industrial, instalado na região. A análise da evolução do número de estabelecimentos e do emprego no período de 1974 a 1986, reflete a perda de 17% do emprego e perto de 25% dos estabelecimentos industriais.

A perda de estabelecimentos faz-se em todos os subsectores da actividade industrial. O ano de 1980 é o que apresenta o início da queda do número de estabelecimentos,

aliás como também do número de trabalhadores. O decréscimo é sobretudo acentuado nos sub-sectoros da alimentação, bebidas, têxtil, vestuário e calçado, madeira e cortiça, nos produtos metálicos e no material de transporte.

QUADRO 6
EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, NO PAÍS,
DISTRITO DE LISBOA E DISTRITO DE SETÚBAL, DE 1974 A 1976

ANOS	PAÍS			DISTRITO DE LISBOA			DISTRITO DE SETÚBAL		
	NÚMERO ESTAB.	VAR.	ÍNDICE 1974=100	NÚMERO ESTAB.	VAR.	ÍNDICE 1974=100	NÚMERO ESTAB.	VAR.	ÍNDICE 1974=100
1974	13 813		100	2 084		100	568		100
1975	13 697	-116	99	2 329	+245	111	554	-14	97
1976	13 277	-420	96	2 284	-45	109	532	-22	94
1977	13 619	+342	98	2 346	+62	112	545	+13	96
1978	14 080	+461	102	2 383	+37	114	530	-15	93
1979	14 069	-11	102	2 378	-5	114	536	+6	94
1980	13 734	-335	99	2 307	-71	110	525	-11	92
1981	13 560	+280	98	2 322	+15	111	497	-28	88
1982	13 280	-280	96	2 330	+8	111	522	+25	92
1983	13 346	+66	97	2 189	-141	105	514	-8	91
1984	13 058	-288	94	4 834	+2 645	232	503	-11	86
1985	20 719	+7 661	150	2 436	-2 398	117	467	-36	82
1986	11 247	-9 472	81	2 000	-436	96	429	-38	75

Fonte: I.N.E.: Estatísticas Industriais

A evolução de duas variáveis relativas ao crescimento industrial: o valor bruto da produção (V.B.P.) e o valor acrescentado bruto (V.A.B.) confirma, o decréscimo real da produção industrial na Península.

QUADRO 7
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO V.B.P. E DO V.A.B.
NO PAÍS E NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

ANOS	PAÍS		PENÍNSULA	
1978	4,5	3,0	9,1	3,8
1979	9,7	4,6	3,6	1,9
1980	8,5	10,1	7,9	3,0
1981	3,2	-4,4	-7,9	-7,6
1982	0,8	-3,1	3,5	-6,4

Fonte: I.E.D., 1986

Os sinais da crise são mais determinantes no ano de 1981. A nível da diferenciação municipal, verificamos que os quatro municípios mais industrializados da Península, Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal apresentaram valores negativos para o V.B.P. e V.A.B. nos anos de 1981 e 1982.

CAPITULO IV: FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

A análise das formas de mobilização da mão-de-obra são importantes, não só porque permitem entender as características de um dos principais recursos de uma região (a mão-de-obra aí localizada) mas também porque permitem a compreensão das formas de articulação entre um espaço produtivo e um espaço reprodutivo.

As condições espaciais associadas ao factor capital encontram-se cada vez mais internacionalizadas, enquanto que a estrutura e formas de mobilização da mão-de-obra e da sua reprodução social são factores localizados num determinado espaço.

Este capítulo envolve dois níveis de análise. Por um lado, as formas de gestão da mão-de-obra, entendidas na especificidade de utilização da mão-de-obra tal como é exigida pelas características da estrutura produtiva implantada e já analisada no capítulo anterior; por outro lado, a organização de fileiras de mão-de-obra, ou seja, a detecção das articulações espaciais entre um espaço produtivo e um espaço reprodutivo no interior dos nove municípios da Península de Setúbal.

As formas de gestão da mão-de-obra na Península de Setúbal poderão caracterizar-se pelos seguintes traços:

- uma especialização da mão-de-obra nas actividades industriais e terciárias, acompanhada de um rápido declínio da ocupação agrícola;
- uma forte dependência da população activa face ao mercado de trabalho que incorpora, de uma forma crescente, mão-de-obra feminina;
- uma mão-de-obra desqualificada, de origem rural, e que

- permanece desqualificada ao longo do tempo;
- crescimento da mobilidade espacial dos fluxos casa-trabalho.

1. FORMAS DE GESTÃO DA MÃO-DE-OBRA

1.1. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA (uma ocupação industrial da mão-de-obra)

A análise dos recenseamentos populacionais permite observar um aumento crescente da população activa e uma redistribuição dos activos pelos diferentes sectores de actividade. Essa redistribuição traduz-se pela perda de efectivos na agricultura e por um aumento crescente dos activos ocupados nos sectores industriais e "terciários".

QUADRO 8
POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE,
PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1960, 1970, 1981 (%)

ACTIVIDADES	1960	1970	1981
1. AGRICULTURA	23,7	13,9	6,4
2. IND. EXTRACTIVAS	0,5	0,2	0,2
3. IND. TRANSFORMADORAS	36,1	34,3	34,3
4. ELECTR., GÁZ, ÁGUA	0,6	0,7	1,1
5. CONST. OBRAS PUB.	8,9	10,2	10,0
6. COMÉRCIO	8,9	12,8	14,5
7. TRANSP. COMUNIC.	7,2	8,2	7,8
8. BANCOS E SEGUROS	1,3	2,5	3,2
9. SERVIÇOS	12,8	17,2	22,3

Fonte: INE, Recenseamentos da População.

A evolução da taxa de actividade entre 1960 e 1981 revela ainda uma forte incorporação de mulheres no mercado de trabalho. O aumento das taxas de actividade feminina é um dos factores mais salientes na evolução da estrutura do emprego na Península de Setúbal. Os activos femininos representavam 17,2% do total dos activos residentes em 1960, passando para 32,5% em 1981. O aumento de mão-de-obra feminina fez-se em sectores tradicionalmente de mão-de-obra feminina com baixa qualificação profissional.

A estruturação da população activa, a baixa participação na agricultura e um peso significativo no sector industrial, é realçado por três indicadores:

- em 1981, o peso dos activos na agricultura, siveicultura e pescas, era de 6% na Península contra 19% no País;

- entre 1960 e 1981 o peso dos activos neste sector desce de 23,7% para 6%, o que significa uma redução dos efectivos da ordem dos 46%;

- o comportamento verificado para a indústria transformadora tem um percurso diferente. Entre 1960 e 1981 o número de activos ocupados pela indústria aumenta 88%, sendo este crescimento muito superior ao verificado para o País com apenas 44%. Porém, no mesmo período, o País teve, comparativamente com os outros sectores de actividade, um aumento na percentagem de activos industriais, de 21% para 27%, enquanto a Península acusou um decréscimo, em termos relativos, de activos industriais que desceram de 36% para 34%.

Salienta-se ainda o crescimento do emprego "terciário" na Península. Entre 1960 e 1981 os activos do sector "terciário" aumentaram de 30% de activos totais em 1960, para 48% em 1981, o que faz com que este sector ocupe cerca de metade dos activos da Península.

1.2. DEPENDÊNCIA FACE AO MERCADO DE TRABALHO - ELEVADAS TAXAS DE ASSALARIAMENTO

Tem-se assistido nos últimos decénios, em Portugal, a um aumento da taxa de assalariamento. Nos recenseamentos populacionais de 1970 e de 1981 verifica-se que a taxa de assalariamento passou de 74,8% para 76,7%. O País apresenta, no entanto, taxas de assalariamento inferiores às médias

européias, devido ao facto de em Portugal coexistirem outras formas de trabalho ligadas a estruturas de produção artesanais.

O rápido surto de crescimento da Península de Setúbal e o tipo de actividades implantadas, baseadas em grandes empresas, sedimentou um mercado de trabalho onde prevalecem os activos assalariados. Em 1981, os assalariados representavam cerca de 86% dos activos residentes no Distrito de Setúbal, valor superior à média nacional, com apenas 77%. Constata-se, ainda que o Distrito de Setúbal apresentava também taxas de assalariamento superiores à média nacional, em todos os sectores da actividade económica.

QUADRO 9
TAXAS DE ASSALARIAMENTO DA POPULAÇÃO ACTIVA
NO DISTRITO DE SETÚBAL E NO PAÍS, 1981

	DISTRITO SETÚBAL	PAÍS
	%	%
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	59,1	37,9
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	94,8	91,0
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	86,6	84,5
COMÉRCIO	61,8	61,7
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	96,4	92,7
SERVIÇOS	94,1	92,8
TOTAL	85,8	76,8

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População

As taxas de assalariamento são, no Distrito de Setúbal, superiores à média do País, em todos os sectores da actividade económica.

Em 1986, e segundo os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e Segurança Social (ver quadro 10), assistiu-se a um aumento das taxa de assalariação. A população activa da Península de Setúbal apresentava a seguinte estrutura: 4,8% de patrões, 93,6% de empregados, 1,1% de membros de cooperativas, 0,15% de familiares não remunerados e 0,07% de outros e ignorados.

A análise da "situação na profissão" permite concluir para a Península em 1986, o seguinte:

- Uma taxa de assalariamento superior a 90% em todos os sectores da actividade económica, com excepção do comércio, restaurantes e hotéis (83%), indústrias transformadoras (88%) e serviços pessoais e colectivos (89%);

- uma elevada taxa de assalariamento em todos os municípios da Península;

- um peso significativo de "patrões" no comércio, restaurantes e hotéis e nas indústrias transformadoras.

QUADRO 10
TAXAS DE ASSALARIAMENTO POR ACTIVIDADES,
NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1986⁽¹⁾

SECTORES DA ACTIVIDADES	TAXAS %
AGRICULTURA, SIV., PESCA	93,8
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	88,0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	96,0
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	90,0
ELECTRICIDADE, ÁGUA, GÁS	100,0
COMÉRCIO, REST., HOTEIS	83,0
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	98,0
BANCOS E SEGUROS	96,0
SERVIÇOS PRESTADOS COLECTIVIDADE	89,0

Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal, 1986

Na Península de Setúbal (1986) três municípios destacam-se pelas mais elevadas taxas de assalariamento: Alcochete com 97,5%, Setúbal com 96,5% e o Barreiro com 95,2%. Os restantes Municípios da Península apresentavam as taxas seguintes: Montijo com 92,8%, Almada com 91,8%, Moita com 91,6%, Palmela com 94,3% e Sesimbra apenas com 87,7%

(1) Taxa de assalariamento = número de trabalhadores por conta de outrem / total de activos do sector considerado.

1.3. ESTRUTURA SECTORIAL DA MÃO-DE-OBRA

A análise da estrutura sectorial da mão-de-obra irá ser realizada segundo duas clivagens analíticas: as actividades económicas e as qualificações profissionais. Elas correspondem aos principais vectores do mercado de trabalho e esclarecem, não somente as actuais formas de utilização produtiva da mão-de-obra, mas também as mudanças verificadas na população.

A Península de Setúbal apresentava em 1986 a repartição dos seus cerca de 90 000 empregos, com a seguinte hierarquia de actividades:

QUADRO 11
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR ACTIVIDADES,
PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1986.

SECTORES DE ACTIVIDADES	EMPREGOS	
	N	%
- FAB. PRODUTOS METÁLICOS E MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, E MATERIAL DE TRANSPORTE	17 319	21,4
- IND. PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS (Excepto derivados do petróleo e do carvão)	8 883	11,0
- COMÉRCIO A RETALHO	6 529	8,1
- CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	6 182	7,6
- TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	5 110	6,3
- IND. METALÚRGICAS DE BASE	4 921	6,1
- IND. ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO	4 380	5,4
- IND. TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	4 219	5,2
- IND. MADEIRA E DA CORTIÇA	4 187	5,2
- COMÉRCIO POR GROSSO	3 328	4,1
- RESTAURANTES E HOTÉIS	2 900	3,6
- BANCOS E SEGUROS	2 105	2,6
- SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS À COLECTIVIDADE	2 055	2,5
- PAPEL E ARTES GRÁFICAS	1 802	2,2
- AGRICULTURA, SIVICULTURA E PESCA	1 754	2,2
- SERVIÇOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1 699	2,1
- PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1 459	1,8
- ELECTRICIDADE, ÁGUA E GÁS	1 444	1,8
- OUTROS		

Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal, 1986

A especialização industrial e a diversidade da Península são bem evidentes nesta distribuição da mão-de-obra pelos diversos sectores da actividade económica.

Ao nível industrial observa-se a coexistência entre as

indústrias "tradicionais" (têxteis, vestuário e calçado e ainda as indústrias da madeira e da cortiça) e os sectores "modernos" (máquinas e material de transporte, indústrias químicas, etc).

A elevada ocupação de mão-de-obra nos sectores industriais não impede o desenvolvimento dos serviços, articulados com a estruturação do meio urbano. O comércio a retalho, os transportes e comunicações, os serviços articulados com a circulação de mercadorias e pessoas, estão bem representados, o que demonstra a vitalidade do meio urbano da Península:

A análise da distribuição do emprego pelos sectores da actividade económica, a nível de cada município da Península, revela uma certa "monopolização" de algumas actividades, por parte de alguns municípios. A dimensão das empresas e a articulação dos diferentes sectores origina uma concentração de empregos em um ou dois sectores da actividade económica.

QUADRO 12
ESPECIALIZAÇÃO MUNICIPAL AO NÍVEL DA MÃO-DE-OBRA

MUNICÍPIOS	ACTIVIDADES MAIS REPRESENTATIVAS NA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	%
ALCOCHETE	INDÚSTRIAS QUÍMICAS	48,5
ALMADA	IND. MÁQUINAS E MAT. TRANSPORTE	29,0
BARREIRO	INDÚSTRIAS QUÍMICAS	46,7
MOITA	IND. TÊXTIL, VEST. E CALÇADO	40,8
MONTIJO	IND. MADEIRA E DA CORTIÇA	27,6
	IND. ALIMENTAR E DAS BEBIDAS	22,1
PALMELA	IND. MÁQUINAS E MAT. TRANSPORTE	25,4
	IND. ALIMENTAR E DAS BEBIDAS	18,4
SEIXAL	IND. METALÚRGICA DE BASE	32,4
SESIMBRA	IND. CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	30,9
SETÚBAL	IND. MÁQUINAS E MAT. TRANSPORTE	32,4

Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal, 1986

Podemos construir uma tipologia do espaço da Península com base num agrupamento de municípios, segundo a sua "especialização" - municípios "altamente especializados", "especializados" e "diversificados". Os municípios "altamente especializados" apresentam um peso superior a 40% do emprego

em apenas um dos sectores da actividade económica; os municípios "especializados" apresentam um peso do emprego entre os 30 e 40%; enquanto nos municípios considerados como "diversificados" nenhum sector ocupa mais de 30% da mão-de-obra.

Assim, de acordo com a tipologia definida, são considerados municípios "altamente especializados": Alcochete, Barreiro e a Moita. Os municípios "especializados" são: Seixal, Sesimbra e Setúbal. Os municípios classificados como "diversificados" são: Almada, Montijo e Palmela.

1.4. QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

A interpretação da hierarquia das qualificações da mão-de-obra é um problema que coloca à partida não só uma falta de definição do conceito "qualificação", mas também porque o conceito compreende várias dimensões. (1)

A grelha sobre a qual se trabalhou o nível de qualificações, sendo elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social cruza o critério da "qualificação do emprego" (baseado na autonomia do posto de trabalho) com a formação do trabalhador (formação escolar, extra-escolar ou adquirida no trabalho).

No entanto, são as próprias empresas que, no contexto dos acordos colectivos de trabalho, determinam os níveis de qualificações dos trabalhadores para os inscreverem nos Quadros de Pessoal. Assim, esta situação vai colocar diferenças nos critérios, não somente pela disparidade de critérios entre empresas, mas também pela diversidade de

(1)Rodrigues, Maria João, 1988. O Sistema de Emprego em Portugal, p.185, distingue pelo menos três dimensões que estão subjacentes à classificação dos empregos por níveis de qualificação:

a) As qualificações requeridas pelo posto de trabalho, que a autora designa por "qualificação do emprego";
b) Os conhecimentos profissionais do trabalhador que decorrem, seja de formação escolar e extra-escolar, seja da prática profissional - "qualificações do trabalhador";
c) A classificação do trabalhador na grelha de categorias profissionais de uma convenção colectiva - "qualificação convencional".

classificações entre os acordos colectivos de trabalho.

As qualificações vão ser consideradas de acordo com a tríplice classificação apresentada como "qualificações convencionais".

A análise das qualificações dos trabalhadores da Península de Setúbal (1) transmite, por um lado uma imagem de uma desqualificação generalizada da mão-de-obra e, por outro lado, afirma a importância das qualificações adquiridas no processo de trabalho:

- predominância de qualificações "específicas";

profissionais "qualificados"	36 917	51,6%
profissionais "semi-qualificados"	15 095	21,1%
total	52 012	72,7%

- uma baixa representação de profissionais com um alto nível de qualificações;

"quadros superiores"	1 553	2,2%
"quadros médios"	1 259	1,8%
profissionais "altamente qualificados"	4 110	5,7%
total	6 922	9,7%

- um peso pouco significativo de profissionais "não qualificados" ou aprendizes;

profissionais "não qualificados"	8 043	11,2%
aprendizes	12 604	6,4%
total	20 647	17,6%

A diversidade da estrutura das qualificações da mão-de-obra, ao nível dos diferentes ramos da actividade económica, faz ressaltar o sector da electricidade, água e gás e alguns

(1) As Fontes utilizadas são os QUADROS DE PESSOAL do Ministério do Trabalho e Segurança Social. 1986.

sectores da indústria "moderna" (químicas, papel, artes gráficas e metalurgia de base) como os sectores de maior preparação técnica. Pelo contrário, a agricultura e suas actividades complementares, bem como alguns sectores "terciários" aqueles que apresentam os mais baixos níveis de qualificação da mão-de-obra empregue.

Observando as qualificações da mão-de-obra a nível municipal, verifica-se uma diferenciação na estrutura das qualificações. Os municípios de Alcochete, Barreiro e Setúbal apresentam taxas de enquadramento superior, de "terciarização" e de enquadramento técnico acima das médias observadas para a Península.

Os municípios de Alcochete e do Barreiro salientam-se devido às indústrias de grande exigência tecnológica como as indústrias químicas e metalúrgicas. Setúbal, devido às indústrias de máquinas e material de transporte provoca também uma concentração de alguns sectores de alto nível tecnológico, como por exemplo os bancos e os seguros.

QUADRO 13
TAXAS DE QUALIFICAÇÃO

MUNICÍPIOS	(a)	(b)	(c)	(d)
ALCOCHETE	3,1	5,8	1,2	43,8
ALMADA	1,2	2,8	7,3	52,7
BARREIRO	3,3	4,5	12,2	56,9
MOITA	0,3	1,2	5,3	55,2
MONTIJO	0,8	1,8	6,0	44,1
PALMELA				
SEIXAL	1,8	4,1	8,5	49,1
SESIMBRA	1,1	2,1	2,9	44,5
SETÚBAL	2,3	3,7	9,8	52,0
PENÍNSULA	1,9	3,4	8,9	50,7

Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal, 1986

- (a) taxa de enquadramento superior; (1)
 (b) taxa de terciarização;
 (c) taxa de enquadramento técnico;
 (d) taxa de qualificação.

(1)a) taxa de enquadramento superior="quadros superiores"/total de empregos;

b) taxa de terciarização=("quadros superiores"+"quadros médios")/total do emprego;

c) taxa de enquadramento técnico=("quadros superiores"+"quadros médios"+"contra-mestres e chefes de equipa"/total de empregos;

d) taxa de qualificação=(prof. altamente qualificados+"prof. qualificados")/total dos empregos.

A desqualificação profissional da mão-de-obra é reforçada pelo baixo nível de formação escolar. A preparação escolar dos trabalhadores da Península apresenta-se da seguinte maneira: 9,8% não sabe ler nem escrever, 56,1% possui apenas o ensino primário, 13,1% possui o ensino preparatório, 6,1% possui o curso geral dos liceus, 3,5% possui o curso complementar dos liceus, 9,2% tem um curso técnico, um curso médio ou um bachalerato, e apenas 1,8% possui curso superior.

Se considerarmos como padrão de comparação os nove anos de escolaridade obrigatória, verificamos que 85,1% dos trabalhadores da Península de Setúbal não atingiram este nível de formação académica. Por outro lado, a existência de apenas 1,8% de trabalhadores com curso superior reflete um baixo nível de preparação dos trabalhadores.

A análise da formação académica pelos sectores da actividade económica reforça a fraca preparação técnico-profissional de quase todos as actividades económicas. Salienta-se que é na indústria transformadora que se observa simultaneamente os maiores pesos de trabalhadores com formação académica mais baixa e a mais elevada, o que reflete a estruturação interna do sistema produtivo instalado na Península.

A distribuição pelos municípios de trabalhadores que possuem licenciaturas revela uma concentração em apenas quatro municípios: Setúbal, Almada, Barreiro e o Seixal, que representam 86% do total das licenciaturas.

A debilidade da preparação, quer escolar quer profissional, dos activos da Península de Setúbal, realça por um lado, o grau de desenvolvimento e por outro lado, a fragilidade da intervenção do sistema de ensino e da formação profissional.

1.5. MOBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

A inserção crescente da Península de Setúbal na área metropolitana de Lisboa determina uma grande mobilidade espacial, resultante da diferenciação e da articulação entre os espaços metropolitanos. Observa-se uma grande mobilidade dos fluxos casa-trabalho, nomeadamente da zona ribeirinha da Península de Setúbal, fundamentalmente orientados para Lisboa. Salienta-se ainda que existe uma selectividade dos fluxos em termos dos sectores da actividade económica.

A análise das deslocações pendulares na Península de Setúbal permite realçar os seguintes aspectos: (ver anexos quadros 1, 2, 3)

- um deficit de postos de trabalho na Península em 1981 (cerca de 38% dos activos "exportados" dirigiam-se para Lisboa);

- uma selectividade, quer nos fluxos de entrada quer nos de saída. Os fluxos de saída caracterizam-se pelo peso significativo do sector terciário (corresponde a 54,1% dos activos saídos em 1981) e pelos fluxos de entrada em que se realça o sector secundário (corresponde a 63,2% do total dos activos entrados na Península em 1981).

As fortes deslocações pendulares que se verificam na Península devem-se, não apenas à proximidade de Lisboa, mas também a grandes deslocações pendulares que se observam no interior da Península. Sendo a constituição recente e quase simultânea, do tecido industrial e do tecido urbano, seria de esperar uma maior coincidência entre o local de residência e o de trabalho. Observa-se na Península uma descoincidência neste binómio (local de residência/local de trabalho) que faz com que apenas cerca de 38% dos activos residentes trabalhem no mesmo município onde residem (1981). O movimento diário

para o trabalho abrangia, em termos absolutos, cerca de 90 000 activos que saíam do seu município de residência, em 1981.

A região de Lisboa recebia 36,3% (10 950 activos) do total dos fluxos em 1970 e cerca de 58% (47 925 activos) em 1981. Constata-se que este aumento de atracção da região norte de Lisboa é o sinal da crescente "metropolização" da Península de Setúbal.

A análise das deslocações pendulares pelos sectores da actividade económica permite verificar que a Península de Setúbal é deficitária nos sectores secundário e terciário e excedentária no sector primário. (ver anexos quadros 2, 3, 4)

O sector primário tem pouca representatividade nas deslocações pendulares da Península. Este sector apresenta um saldo positivo de 0.14% dos activos que residem e trabalham no mesmo município. Em termos absolutos verificou-se uma pequena redução de saídas dos activos deste sector entre 1970 e 1981, respectivamente de 985 para 855 activos saídos.

No sector secundário, verificou-se, entre 1970 e 1981, uma duplicação do número de activos que vão trabalhar fora do seu município de residência. As deslocações pendulares deste sector representam a nível intermunicipal cerca de 58% dos activos deste sector, enquanto que cerca de 40% destes deslocamentos pendulares se verificam com Lisboa em 1981.

As deslocações pendulares do sector terciário caracterizam-se essencialmente por uma concentração nos municípios de saída de activos: Almada, Seixal, Barreiro e Moita. A nível interno da Península de Setúbal verifica-se também uma concentração nos municípios que absorvem os fluxos de entrada de activos deste sector: Almada, Barreiro e Setúbal recebendo cerca de 69% dos fluxos terciários de toda a Península de Setúbal.

2. CONSTITUIÇÃO DE FILEIRAS DE MAO-DE-OBRA

Nesta pesquisa pretende-se elaborar um sistema de leitura do espaço tendo por função relacionar a organização espacial, resultante por um lado do uso produtivo da mão-de--obra, e por outro lado resultante da produção e consumo dos objectos urbanos. O espaço aparece-nos estruturado segundo um duplo princípio:

- pelas formas de mobilização produtiva da mão-de-obra;
- pelas formas de produção e consumo dos objectos urbanos.

Esta análise da organização espacial apoia-se na hipótese de que a organização urbana resulta da associação de dois princípios de estruturação do espaço:

- um espaço produtivo;
- um espaço reprodutivo.

Por espaço produtivo, entende-se o espaço estruturado pelas formas de ocupação de mão-de-obra. Por espaço reprodutivo, entende-se o espaço que é estruturado pelas formas de reprodução social.

A organização urbana da Península de Setúbal vai ser considerada como a expressão espacializada, determinada historicamente, integrando, por vezes contraditóriamente, diferentes espaços produtivos e diferentes espaços reprodutivos.

A partir de critérios do uso produtivo da mão-de-obra pode desenhar-se uma tipologia do espaço produtivo, esquematizando a repartição espacial dos diferentes tipos de consumo produtivo da mão-de-obra. Contudo, o consumo produtivo dos diferentes tipos de mão-de-obra pressupõe, à partida, a existência de meios e de ligações, ao nível da produção e consumo dos objectos urbanos.

As condições de ocupação das diversas categorias de mão-de-obra, assim como as condições de produção dos objectos

urbanos, em especial o alojamento, vão determinar, por tipos de mão-de-obra, os modos de habitar diferenciado que, por hipótese, são espacialmente identificáveis.

Assim, formula-se a hipótese que, a cada tipo de mobilização produtiva de mão-de-obra, corresponde num dado município e, em cada período de evolução do mercado de trabalho, um ou vários modos de reprodução social, incluindo um modo específico de habitar.

E, ao conjunto de população respondendo a esta articulação particular existente entre formas de mobilização produtiva da mão-de-obra e um modo específico de habitar, que se identificará como fileiras de mão-de-obra⁽¹⁾.

As fileiras de mão-de-obra deverão possibilitar identificar as ligações previligiadas entre espaço produtivo e espaço reprodutivo.

Os dados estatísticos que irão permitir pôr em evidência as fileiras de mão-de-obra são constituídos basicamente pelas deslocações pendulares de população, que se verificam entre os municípios de residência e os de trabalho.

O aumento crescente das deslocações pendulares de população marcam o processo de diferenciação entre o espaço produtivo e o espaço reprodutivo, representando, de uma forma distinta, as ligações entre estes dois tipos de espaço.

Tendo como ponto de partida as deslocações pendulares de população (como elementos genéricos de base constitutivos das fileiras de mão-de-obra) vai-se desenvolver uma metodologia que permitirá evidenciar o conceito de fileiras de mão-de-obra. Para tal, far-se-á uma abordagem global das deslocações pendulares da população, de forma a permitir construir uma tipologia dos espaços de residência e de trabalho. Assim, pretende-se agregar os diferentes espaços, tendo por princípios:

- a classificação dos municípios da Península de

(1)Tiger, Henri. Restructuration industrielle et filières de main-d'œuvre - L'agglomération grenobloise des origines de la grande industrie aux firmes multinationales. edição do Centre de Sociologie Urbaine, pg. 168

Setúbal em função da taxa de emprego e taxas de migrações (entrada e saída);

- a classificação dos municípios, tendo por base um factor de diferenciação espacial, que permita relativizar a proximidade ou o afastamento dos espaços de residência e de trabalho.

2.1. TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS

A determinação das fileiras de mão-de-obra que possam existir na Península de Setúbal, necessitam previamente do estabelecimento de uma tipologia estabelecida, segundo uma metodologia baseada nos deslocamentos pendulares da população.

Vai-se estudar os fluxos brutos da mão-de-obra, emitidos por cada município como lugar de residência, para outros municípios como lugares de trabalho.

A informação base a ser utilizada para a construção da tipologia do espaço da Península de Setúbal é fornecida pelo XII Recenseamento Geral da População (1981), que fornece os fluxos globais das deslocamentos pendulares da população, classificados por sectores da actividade económica. Assim, para cada município de residência, índice (i), e para cada município de emprego, índice (j), conhece-se o numero de activos residindo em (i) e trabalhando em (j).

O conjunto de municípios considerados vão distinguir-se uns dos outros pela taxa de emprego e por uma maior ou menor importância das deslocamentos pendulares da população. E, a partir do conjunto destes elementos será estabelecida a tipologia dos municípios da Península de Setúbal.

Os dados estatísticos fornecidos pelo XII Recenseamento Geral da População permite definir, para cada município da Península:

R_i -População activa residente no município (i);

RT_i -População activa residente que trabalha no município

Si -População activa residente no município (i), mas que trabalha fora deste município;

Ti -População empregada no município (i);

Ei -População que trabalha no município (i), mas que reside fora deste município.

Para cada município em análise, pode-se definir a seguinte relação fundamental: $Ri - Si = Ti - Ei = RTi$.

A população activa residente, que trabalha no município (RTi), deverá ser igual à população activa residente, no município (i) menos a população que sai do município para ir trabalhar fora (saída). Ou, expresso de outra forma, deverá ser igual ao emprego do município (Ti) menos a população que trabalha no município (i), mas que reside fora dele (entrada).

Para a construção da tipologia do espaço da Península de Setúbal vão ser definidos, numa primeira fase, três tipos de indicadores - indicadores a, b, e - por cada município em estudo:

Taxa de emprego $ai = Ti/Ri$ (Emprego/População activa);

Taxa de entrada $bi = Ei/Ti$ (Entradas/Emprego);

Taxa de saída $ei = Si/Ri$ (Saídas/População activa).

O estudo gráfico, em simultâneo, destes três indicadores, permite apreender no relacionamento da taxa de emprego, taxa de entrada e da taxa de saída, informações ao nível de cada município, criando assim, uma primeira partição do espaço. O estudo irá basear-se na análise dos três gráficos possíveis (a,e), (a,b), (b,e).

TIPOLOGIA DO ESPAÇO DA PENÍNSULA EM 1981

O estudo do gráfico dos indicadores (a,b,e), permite apreender a interacção entre as taxas de emprego e as deslocações pendulares da população fornecendo, ao nível de

cada município, informações que permitam estabelecer uma primeira partição do espaço da Península de Setúbal.

Do estudo dos três gráficos possíveis, (a,e), (a,b) e (b,e), o gráfico (a,e), foi o que se tornou mais legível. O conjunto de municípios que constituem o campo de observação, formam uma nuvem de pontos, tendo como abscissa as taxas de emprego (a), e como ordenada as taxas de saída (e). As taxas de entrada leem-se localizando os pontos em relação às linhas (em tracejado) de nível (b) constante.

Da leitura da figura 3, opõem-se os municípios "fechados" (baixas deslocações pendulares), aos municípios "abertos" (fortes deslocações pendulares), em ligação com as taxas de emprego que variam de 0,48 (baixo emprego) a 1,22 (forte emprego).

Assim, os municípios da Península de Setúbal distinguem-se a partir da leitura do indicador (a) (taxa de emprego), em dois grupos distintos e que constituem a primeira partição do espaço da Península de Setúbal:

A- Os municípios com baixa taxa de emprego - ($a < 0,85$) uma taxa de saída (e) relativamente importante, varia no intervalo $0,20 < e < 0,60$ e uma taxa de entrada (b) variando no intervalo $0,0 < b < 0,40$ - são os municípios considerados "abertos" constituídos pelos municípios seguintes: Moita, Seixal, Barreiro, Almada, Palmela, Alcochete e Sesimbra.

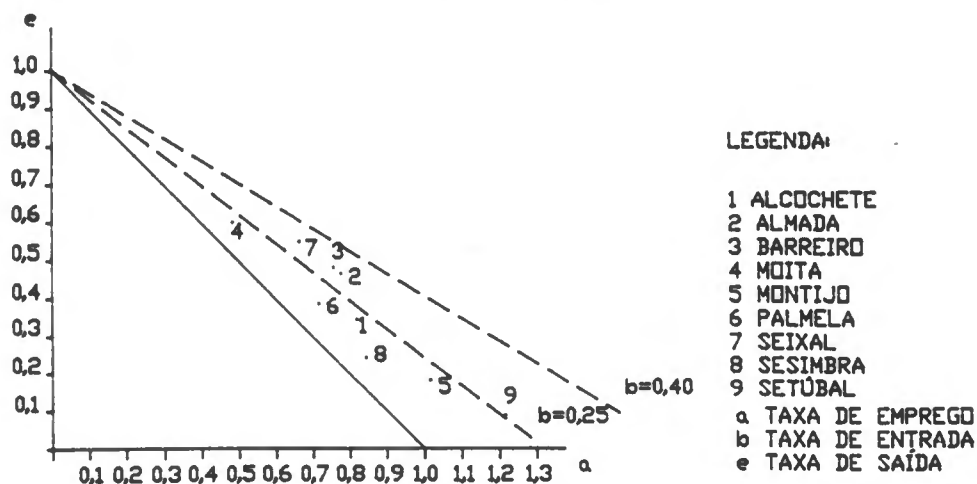
B- Os municípios com uma forte taxa de emprego - ($a > 0,85$), uma taxa de saída que varia no intervalo $0,09 < e < 0,18$ e uma taxa de entrada relativamente baixa, variando no intervalo $0,0 < b < 0,26$ - são os municípios considerados "fechados", constituídos pelos municípios seguintes: Montijo e Setúbal.

QUADRO 14
TAXAS DE EMPREGO, SAÍDAS E ENTRADAS, 1981

MUNICÍPIOS	POP.	RES.	SAÍD.	ENTR.	EMP.	TX.		
	ACT.					TX.	TX.	TX.
	RES.					EMP.	ENTR.	SAÍD.
						(a)	(b)	(e)
1- ALCOCHETE	4392	2867	1525	800	3667	0,83	0,22	0,35
2- ALMADA	55844	30674	25170	12861	43535	0,78	0,30	0,45
3- BARREIRO	30958	16497	14461	7298	23795	0,77	0,31	0,47
4- MOITA	18620	7583	11037	1298	8881	0,48	0,15	0,59
5- MONTIJO	15106	12549	2557	2660	15209	1,01	0,17	0,17
6- PALMELA	14923	9207	5716	1466	10673	0,72	0,14	0,38
7- SEIXAL	33024	16081	16943	6056	22137	0,67	0,27	0,51
8- SESIMBRA	8277	6386	1891	592	6978	0,84	0,08	0,23
9- SETÚBAL	38477	35213	3264	11817	47030	1,22	0,25	0,08
PENINSULA	219621	137057	82564	44848	181905	0,83	0,25	0,38

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981.

FIGURA 3
TAXAS DE EMPREGO E MOBILIDADE
(ENTRADAS E SAÍDAS), 1981



FORTE: Quadro 14

2.1. FLUXOS ESPACIAIS E FILEIRAS DE MÃO-DE-OBRA

OPERACIONALIDADE DO CONCEITO DE FILEIRAS DE MÃO-DE-OBRA

A diversidade dos municípios que constituem a Península de Setúbal, quer quanto à sua dimensão e localização, quer quanto às facilidades de mobilidade espacial entre si, obrigam a relativizar o primeiro nível de conclusões.

Torna-se portanto necessário elaborar um instrumento de trabalho, que deverá obedecer a duas condições essenciais:

- Filtrar o "efeito de proximidade"
- Filtrar o "efeito de dimensão"

O "efeito de proximidade" designa a maior ou menor facilidade de comunicação física entre municípios, segundo uma tipologia definida como municípios próximos (P), de distância média (M) e longínquos (L).

O "efeito de dimensão" designa a capacidade de atracção e de repulsão de população, em função da sua dimensão.

Com a eliminação destes dois efeitos, se existir atracção ou uma comunicabilidade bem marcada entre dois municípios, poderemos então atribuir a esse facto, segundo a nossa hipótese de trabalho, a existência de uma convergência de factores de índole socio-económico. Esses factores não se poderão confundir com efeitos resultante de carácter espacial (efeitos de proximidade e dimensão).

CONTROLO DO EFEITO DISTÂNCIA

Nesta fase da pesquisa pretende-se associar à distância entre municípios da Península um tempo de deslocação que permita "filtrar" o "efeito de proximidade" das deslocações pendulares. Procura-se identificar a maior ou menor facilidade de comunicação física entre municípios, para

apenas poder reter os factores que justificam estes movimentos, que não sejam explicados pela proximidade.

Neste sentido desenvolveu-se uma metodologia que se baseia nos passos seguintes:

Para cada par de municípios foi determinado o tempo teórico de deslocação, calculado da seguinte forma: as distâncias entre municípios foram obtidos por leitura cartográfica, considerando os trajectos mais directos possíveis; adopção de uma velocidade média de 50 Klm/hora.

O tempo calculado não tem qualquer relação com o tempo real, mas permite constituir um indicador que leve a classificar os municípios segundo um binómio distância-tempo.

QUADRO 15
MATRIZ TEMPO DISTÂNCIA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 ALCOCHETE	XXXX	56,4 L	32,4 M	20,4 P	7,2 P	30,0 M	45,6 L	67,2 L	36,0 M
2 ALMADA		XXXX	38,4 M	36,0 M	49,2 L	28,8 M	16,8 P	42,0 M	48,0 L
3 BARREIRO			XXXX	12,0 P	25,2 M	38,4 M	27,6 M	39,6 M	36,0 M
4 MOITA				XXXX	13,2 P	14,4 P	39,6 M	44,4 M	24,0 M
5 MONTIJO					XXXX	22,8 P	52,8 L	52,8 L	32,4 M
6 PALMELA						XXXX	37,2 M	30,0 M	9,6 P
7 SEIXAL							XXXX	31,2 M	37,2 M
8 SESIMBRA								XXXX	39,6 M
9 SETÚBAL									XXXX

Da leitura do quadro 15 verifica-se que as distâncias entre pares de municípios variam de 7,2 a 67,2 minutos. A tipologia de municípios foi elaborada tendo por base os seguintes critérios:

- Municípios próximos (P); todos os pares de municípios que se afastam por uma distância inferior a 23 minutos. Nesta situação encontram-se 8 pares de municípios, o que corresponde a 22% do total da Península;

- Municípios com distância média (M); os pares de municípios cuja distância se situa no intervalo, com limite inferior a 23,1 minutos e limite superior a 45 minutos. São

ao todo 21 pares de municípios, a que correspondem 58% do total.

- Municípios longínquos (L); os pares de municípios cuja distância é superior a 45 minutos. Estão nestas condições 7 pares de municípios, a que correspondem 20% do total da Península.

CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE ANÁLISE

A informação base que serviu para a construção das matrizes dos fluxos espaciais dos sectores de actividade económica - sectores primário, secundário e terciário - é fornecida pelo XII Recenseamento Geral da População. Ao campo de observação que é constituído pelos nove municípios da Península de Setúbal, foi agregado o total dos municípios que constituem a Área Metropolitana de Lisboa - Norte, por existirem fortes deslocações pendulares. Este conjunto de municípios passa a ser considerado o "universo populacional" que se vai designar por (K). O valor de (K) passa a ter um significado que, matematicamente, representa o somatório dos elementos de cada matriz de fluxos populacionais sectoriais da actividade económica dos nove municípios da P.S. e do total da A.M.L.N., acrescidos por um lado, de todos os activos sectoriais (E_i) que, residindo na região em análise, vão trabalhar fora dela e, por outro lado, de toda a população activa sectorial empregada na região em análise, mas que residem fora dela (I_j).

O sistema de notação utilizado para a construção da matriz dos fluxos populacionais, para cada um dos sectores da actividade económica (F_{ij} - matriz de fluxos) tem, como elemento genérico (f_{ij}), designando o fluxo de mão-de-obra sectorial emitida pelo município (i) para o município (j). No caso de $i=j$, corresponde ao número de activos sectoriais que residem e trabalham no mesmo município (são os elementos da diagonal de cada matriz). Fazem ainda parte do sistema de notação, R_i que designa a população activa sectorial

residente no município (i), T_j que constitui o emprego sectorial no município (j), I_j os fluxos de entrada de população activa sectorial provenientes do exterior do universo em análise, e (E_i) os fluxos de saída de população activa sectorial residente, que se desloca para o exterior do universo em análise.

Assim, para cada município em análise temos, por somatório em linha, o total do emprego sectorial oferecido, e pelo somatório em coluna, o total da população activa sectorial residente.

A partir dos diversos fluxos de cada matriz de deslocamentos pendulares sectorial, podem ser calculadas percentagens horizontais e verticais, eliminando-se, cada uma por sua vez, os efeitos de dimensão de atracção e capacidade de repulsão.

Assim, com este procedimento, reduz-se a procura de mão-de-obra de todos os municípios à mesma base 100. Cada linha da matriz pode assim constituir um perfil probabilístico. A nova matriz (P_{ij}) terá como elemento genérico $p_{ij} = f_{ij} / T_j$ (em que: (f_{ij}) representa o elemento genérico da matriz dos fluxos populacionais sectoriais da actividade económica e T_j representa o somatório em linha).

Analizando os municípios na óptica do emprego (j), (p_{ij}) designa a probabilidade que um indivíduo tem de residir em (i). Obtem-se assim para cada município, na óptica do emprego, um determinado perfil. Pelas percentagens horizontais podemos verificar a propensão que um município, na óptica de residência, tem em enviar mão-de-obra para os diversos municípios de emprego. Porém, se quisermos comparar os diferentes municípios de residência entre eles, o efeito de dimensão não está completamente suprimido, uma vez que nem todos os municípios têm o mesmo potencial de mão-de-obra.

Para eliminar o efeito de dimensão, resultante das diferenças de população activa sectorial residente, somos conduzidos à elaboração de uma nova matriz que tem por elemento genérico - $a_{ij} = K \times f_{ij} / (R_i \times T_j)$.

O estudo dos novos fluxos baseados na matriz (A_{ij}) de

elemento genérico (a_{ij}), permite responder à exigência posta para eliminar o "efeito de dimensão" e pôr em evidência as fileiras de mão-de-obra.

O princípio de leitura da matriz (A_{ij}) decorre da principal propriedade dos coeficientes (a_{ij}): em qualquer município na óptica de residência (i), um residente deste município tem a mesma probabilidade independente de (i), de ir trabalhar em qualquer município de (j). Assim, todos os (a_{ij}) têm a mesma esperança matemática igual à unidade. Isto é, todas as deslocações pendulares entre os diversos municípios são equiprováveis.

A comparação entre cada elemento (a_{ij}) e a unidade permite, independentemente da dimensão do município, que se estabeleça se estabeleça um fluxo de mão-de-obra de (i) para (j), identificando assim, a existência de fileiras de mão-de-obra.

Assim, se o valor de (a_{ij}) for superior à unidade, conclui-se que o município é dependente e envia a mão-de-obra para (j) dadas as características específicas da sua urbanização (terrenos disponíveis, carga fundiária, rede de transportes) e as características da sua população (estrutura etária, tipo de formação). Pelo contrário, se o valor de (a_{ij}) for inferior à unidade, conclui-se que (i) e (j) não têm relacionamento com base socio-económica fundamentando a troca de população activa.

De acordo com a metodologia que tem vindo a ser seguida, fica ainda por eliminar o "efeito de proximidade". Os valores significativos ou seja, os valores superiores à unidade, determinados para as matrizes sectoriais (A_{ij}) têm de ser cruzados com os valores da matriz tempo/distância. Apenas são considerados os valores da matriz (A_{ij}) para os municípios com distância média (M) e distância longínqua (L). Os restantes valores, significativos ou não, serão eliminados. Após a neutralização dos dois efeitos considerados - primeiro o "efeito de dimensão" depois o "efeito de proximidade" - chega-se ao quadro final, que permite analisar as fileiras de mão-de-obra.

O elemento base no qual se organizam os deslocamentos pendulares e no qual se constituem as fileiras de mão-de-obra provém da implantação diferenciada das empresas pelos diferentes municípios, que constituem a Península de Setúbal. Cada empresa atrai ou repele mão-de-obra específica. Esta especificidade não provém apenas da capacidade e formação dos trabalhadores para exercerem determinados postos de trabalho, mas provém também das condições urbanas oferecidas, e sua compatibilidade com as formas de gestão da mão-de-obra das empresas.

Da leitura dos quadros em anexo (4, 5 e 6) e da figura 4 é possível caracterizar as fileiras da mão-de-obra que se esboçam na Península de Setúbal, nos seguintes aspectos:

- há municípios que se apresentam no duplo papel de município de emprego e de residência. Esta duplicidade esconde uma relação que não pode ser determinada ao nível de uma análise por sectores de actividade, mas apenas através de uma análise mais fina, que desagregue os sectores e as profissões. Poderá colocar-se a hipótese de que estes municípios são municípios de grande selectividade na população que rejeitam e na população que atraem;

- as fileiras de mão-de-obra do sector primário são constituídas entre municípios "abertos" (Palmela-Alcochete; Seixal-Barreiro nos dois sentidos, assumindo um duplo papel de municípios de trabalho e de residência);

- as fileiras de mão-de-obra do sector secundário são geradas por um maior número de municípios, destacando-se o do Seixal, pelo número de relações que mantém com outros municípios. As fileiras estabelecem-se entre Seixal - Barreiro/Moita/Palmela/Sesimbra; Barreiro-Palmela; Almada-Sesimbra; Setúbal- Moita/Sesimbra;

- nas fileiras do sector terciário verifica-se o mesmo duplo papel que se observou no sector primário : Seixal e Barreiro a que se junta Montijo e Sesimbra. As fileiras constituem-se entre Barreiro-Montijo/Palmela; Montijo-Barreiro; Seixal-Sesimbra nos dois sentidos; Setúbal-Sesimbra.

FIGURA 4

FILEIRAS DE MÃO-DE-OBRA POR SECTORES DE ACTIVIDADE

sector primário

RESIDEN- CIA EMPREGO	ALCOCHETE	ALMADA	BARREIRO	MOITA	MONTIJO	PALMELA	SEIXAL	SESIMBRA	SETÚBAL
ALCOCHETE									
ALMADA									
BARREIRO									
MOITA									
MONTIJO									
PALMELA									
SEIXAL									
SESIMBRA									
SETÚBAL									

sector secundário

RESIDEN- CIA EMPREGO	ALCOCHETE	ALMADA	BARREIRO	MOITA	MONTIJO	PALMELA	SEIXAL	SESIMBRA	SETÚBAL
ALCOCHETE									
ALMADA									
BARREIRO									
MOITA									
MONTIJO									
PALMELA									
SEIXAL									
SESIMBRA									
SETÚBAL									

sector terciário

RESIDEN- CIA EMPREGO	ALCOCHETE	ALMADA	BARREIRO	MOITA	MONTIJO	PALMELA	SEIXAL	SESIMBRA	SETÚBAL
ALCOCHETE									
ALMADA									
BARREIRO									
MOITA									
MONTIJO									
PALMELA									
SEIXAL									
SESIMBRA									
SETÚBAL									

Em síntese, a análise das fileiras de mão-de-obra permite concluir da existência, no interior da Península de Setúbal, de um espaço articulado de produção e reprodução social, que relaciona todos os municípios. Essa articulação sócio-espacial é realizada, fundamentalmente, pelas fileiras de mão-de-obra industrial. As fileiras do sector terciário apresentam algum significado e as do sector primário são pouco significativas.

Analisando o papel dos diferentes municípios verifica-se que os municípios mais estruturadores da articulação entre os espaços de produção e os espaços de reprodução, pela via do emprego, são os municípios do Seixal e Barreiro, com especial predominância do primeiro.

Do ponto de vista das fileiras produzidas pela exportação de mão-de-obra encontramos o município de Sesimbra (que expelle para cinco municípios ao nível dos sectores secundário e terciário), Barreiro que, apesar de receber emprego é também um município de expulsão de grande polivalência (ao nível do sector primário, secundário e terciário) e Palmela que expelle para três municípios ao nível do sector secundário e do terciário.

A falta de informação mais detalhada, nomeadamente ao nível das profissões, impede uma análise do sentido selectivo da recepção e "expulsão" dos activos, nos e para os diferentes municípios. Mas poderá colocar-se a hipótese de que nestes três municípios (e, sobretudo, ao nível do Barreiro) a estrutura produtiva implantada não corresponde às características da população residente.

Dito de outra forma, se as fileiras de mão-de-obra nos apresentam um território articulado ao nível das funções de produção e reprodução social, elas reflectem, também, uma potencial desadequação entre as formas de gestão da mão-de-obra por parte das empresas e a localização das condições de reprodução social.



CAPÍTULO V - CRESCIMENTO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO URBANO

1. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E ASSIMETRIAS REGIONAIS

1.1. UM CRESCIMENTO LITORAL AO NÍVEL DO PAÍS E UMA "METROPOLIZAÇÃO" CRESCENTE DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

A dinâmica demográfica da população portuguesa, no Século XX, é caracterizada por fenómenos estruturais e conjunturais que têm influenciado as formas de ocupação do território.

As características do modelo de desenvolvimento português tem sido o motor da dinâmica demográfica e é, em grande medida, o factor que tem definido o tipo de crescimento demográfico, a sua mobilidade e a distribuição geográfica da população pelo território nacional.

As regiões de Lisboa e do Porto, sendo as duas regiões mais industrializadas do País vão, depois dos anos quarenta, subordinar a organização regional do território nacional. A polarização demográfica da região de Lisboa resulta pois de uma grande atracção que a região tem sobre a mobilidade interna da população do País. O perfil de ocupação populacional sobre o território continental fica caracterizado por uma grande assimetria, demográfica e produtiva, entre o litoral e o interior. Ao longo do tempo este perfil de ocupação não só não se tem alterado, como tem sido reforçado com os fenómenos conjunturais dos anos setenta.

As principais características da evolução da população

portuguesa no século XX são as seguintes: (1)

- Portugal apresenta-se como um País que tem taxas de crescimento populacionais médias;

O ritmo de crescimento mais elevado, verificado nos anos setenta (16,5%), quando comparado com a década anterior (-3,4%) não significa uma alteração da dinâmica demográfica mas um fenómeno conjuntural, associado à história recente do País e do Mundo;

- O crescimento populacional de Portugal não se tem realizado de forma simétrica. Desde os anos quarenta que se instalou uma profunda assimetria entre o litoral e o interior do País. Na década de sessenta, a concentração no litoral assume a forma de polarização em torno de duas grandes regiões urbanas, a região de Lisboa e a do Porto. Do norte a sul do País, o interior sofre um processo de perda de população que ainda não terminou.

A localização geográfica da Península de Setúbal, na proximidade de Lisboa, faz com que ela se constitua, desde logo, como um pólo de atracção populacional. Apesar do fenómeno de metropolização da Península ser assaz recente, data sobretudo dos anos sessenta e, acima de tudo, dos anos setenta, as bolsas industriais instaladas na Península deram origem a uma certa autonomia na lógica de atracção de população.

Ao longo de todo o século XX o Distrito de Setúbal apresenta as maiores taxas de crescimento médio no conjunto dos Distritos do País.

Independentemente da diferenciação municipal, a Península de Setúbal tem apresentado crescimentos populacionais elevados, no período em análise - 1864 a 1981 - com dois máximos de diferente dimensão. Um máximo verificado no final do Século XIX e o outro na segunda metade do século XX.

(1) Nazareth, J. M., 1985. "A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução" in *Análise Social*, no 97/98/99.

No entanto, esta lógica de crescimento apresenta-se de forma diversificada ao longo de todo o período, evoluindo em estreita articulação com as formas de sedimentação produtiva da região.

Do final do Século XIX até aos anos trinta, os municípios rurais e os municípios que funcionam com as bolsas industriais apresentam crescimentos relativamente elevados. Assiste-se, depois dos anos quarenta, a um comportamento diferenciado, já que os municípios mais rurais perdem em favor dos municípios industrializados.

Nos anos sessenta, o crescimento demográfico inverte-se. O movimento de ocupação populacional que se fazia do sul para o norte, dá origem a uma ocupação que passa a ser do norte com direcção ao sul, como consequência do alargamento da ocupação metropolitana da Península. Assim, define-se uma alteração na lógica do crescimento demográfico que segue de perto a lógica da implantação das actividades produtivas.

O crescimento demográfico interno da Península caracteriza-se essencialmente por:

a) um crescimento mais rápido dos municípios ribeirinhos - Almada, Barreiro, Seixal - Moita e Montijo, que reforçam o seu peso no total da população da Península. O peso destes municípios era de 47% em 1900, passando para 71% em 1981;

b) um decréscimo de importância da capital regional, Setúbal, no conjunto da região. No início do século o município de Setúbal representava 23,2% do total da região, passando para apenas 17% em 1981;

c) um decréscimo do peso dos municípios mais rurais - Alcochete, Montijo e a Moita - no total da região. Em 1900 este conjunto de municípios representavam 63% da população da Península, passando para 17% em 1981.

A distribuição da população pelos municípios da Península reflecte a influência crescente da inserção na área de influência de Lisboa, com incidência nos municípios ribeirinhos. A ponte sobre o rio Tejo faz com que os

municípios mais próximos dos seus acessos sejam aqueles que apresentem as mais elevadas taxas de crescimento. De entre os municípios que constituem a Península de Setúbal, destaca-se o município do Seixal, caracterizado pela mais alta taxa de crescimento média observada a nível nacional. A sua taxa de crescimento média foi 75,6% nos anos sessenta e de 147,8% nos anos setenta.

1.2. UM CRESCIMENTO ENRAIZADO EM FORTES MOVIMENTOS POPULACIONAIS

Se a evolução demográfica da população portuguesa se caracteriza por um crescimento moderado, ela é também tributária de fortes movimentos de mobilidade espacial, quer para o exterior quer no interior do País.

Os principais traços que caracterizam as deslocações populacionais portuguesas nas últimas décadas são as seguintes:

- o poder de atracção das regiões de Lisboa e do Porto;
- a perda constante de população das regiões do interior do País, quer para o estrangeiro, quer para o litoral do País.

A análise da dinâmica demográfica da Península de Setúbal revela a sua capacidade de atracção sendo o seu crescimento realizado, fundamentalmente, através dos movimentos migratórios. Estes são responsáveis por 75,3% do crescimento populacional da Península, entre 1960 e 1981.

Em 1930 83,9% da população que habitava a Península havia nela nascido. Em 1981 o peso desta população apenas representava 43%, o que significa que mais de metade da população residente na Península em 1981 tinha nascido fora dela.

A diferenciação das taxas de crescimento migratório pelos diversos municípios da Península salientam o seu desigual poder de atracção.

QUADRO 16
PESO DOS MIGRANTES NO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
DOS MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

	1960/1970	1970/1981
ALCOCHETE	28	0
ALMADA	81	82
BARREIRO	78	60
MOITA	79	68
MONTIJO	79	0
PALMELA	34	88
SEIXAL	89	97
SESIMBRA	0	80
SETÚBAL	27	9

Fonte: I.N.E., Estatísticas Demográficas.

A evolução das taxas de crescimento populacionais e migratórias, no período de 1960 a 1981, pelos municípios da Península, salientam uma lógica diferenciada.

Os municípios mais próximos de - Lisboa, Almada, Seixal, Moita, Montijo e o Barreiro - vêem perder a sua importância relativa no contexto da Península. Estes municípios tiveram uma taxa de crescimento média nos anos sessenta, da ordem dos 42,7%, passando para 39,6% no decénio seguinte.

Os municípios de - Alcochete, Sesimbra e Palmela - têm um crescimento inferior ao que foi observado para os municípios anteriores.

O município de Setúbal tem um comportamento semelhante ao segundo grupo de municípios, decrescendo nas décadas de 60 e 70 e recuperando no período posterior a 1981.

1.3. ORIGEM DAS MIGRAÇÕES INTERNAS PARA A PENÍNSULA DE SETÚBAL

Apesar da Península de Setúbal se apresentar como um distrito de atracção para a maioria dos distritos do País, assiste-se a uma alteração na lógica destes movimentos na última década.

Se num primeiro momento a Península de Setúbal é tributária da população que vem do campo para a cidade, num processo de migração rural urbana, numa segunda fase assiste-se a um peso crescente de Lisboa na "ocupação" urbana da Península.

1.3.1. MIGRAÇÕES DO ALENTEJO

A população actualmente residente em Setúbal tem uma origem diversificada, com grande peso das regiões rurais do interior do País .

A região alentejana é, no entanto, aquela que tradicionalmente alimentou o fluxo migratório (ver quadro 17). A contribuição dos distritos de Évora, Beja e Portalegre no povoamento da Península é muito significativa. O peso destes distritos é visível, considerando como indicador o local de nascimento da população residente na Península, que representava 14,6% do total da Península, em 1981.

QUADRO 17
PESO DA POPULAÇÃO NASCIDA NOS DISTRITOS DE LISBOA, SETÚBAL,
E ALENTEJO, POR MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, EM 1981

MUNICÍPIOS	DISTRITO DE SETÚBAL	DISTRITO DE LISBOA	ALENTEJO (a)
ALCOCHETE	67,2	6,6	10,5
ALMADA	26,0	27,8	13,7
BARREIRO	37,1	15,4	18,7
MOITA	43,5	9,6	20,1
MONTIJO	60,3	6,6	14,1
PALMELA	70,8	4,9	12,4
SEIXAL	25,5	22,4	15,6
SESIMBRA	70,6	10,1	6,1
SETÚBAL	62,5	6,6	11,8
PENÍNSULA DE SETÚBAL	43,0	16,0	14,6

(a) inclui os distritos de Évora, Beja e Portalegre.
Fonte: I.N.E., Recenseamentos Gerais da População.

1.3.2.A EXPANSÃO METROPOLITANA

O distrito de Lisboa é cada vez mais responsável pelo crescimento demográfico da Península de Setúbal. Os movimentos de suburbanização, que fazem apelo a um outro percurso migratório, que deixa de ser no sentido do rural para o urbano, passando a ser do urbano para o suburbano, ou do suburbano para o suburbano, encontra-se directamente associado à acessibilidade.

Os movimentos de expansão do Distrito de Lisboa fazem com que este seja responsável por 22,7% dos fluxos entre 1973 e 1981. Este valor aumenta para 40,6% no período de 1979 a 1981, o que significa um reforço significativo da importância dos fluxos de Lisboa que se dirigem para a Península. A população nascida em Lisboa, e que habitava a Península em 1981, representava 16% do total da população residente na Península.

A população nascida nas duas regiões que fornecem o maior contingente populacional - Lisboa e Alentejo - representavam 30,6% da população residente na Península em 1981.

Um último traço significativo do reforço dos fluxos migratórios para a Península, entre 1973 e 1981, foi o regresso de população oriunda das ex-colónias portuguesas. O distrito de Setúbal acolhe 7,5% do total da população que regressa das ex-colónias, o que coloca o Distrito em terceira posição, logo a seguir aos distritos de Lisboa e Bragança.

2. A OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Crescimento produtivo e crescimento demográfico articulam-se para "produzir" uma região em franco crescimento urbano.

Esse crescimento é fruto, simultaneamente, das transformações na organização territorial nacional e em espacial das que ocorrem na Região de Lisboa, mas também de uma lógica interna associada à especificidade produtiva, demográfica e urbanística da própria região.

A análise das formas de evolução da ocupação do território peninsular vai considerar:

- o crescimento demográfico por freguesias;
- a localização dos grandes aglomerados urbanos;
- as densidades populacionais;
- a evolução das formas de ocupação do solo;
- a estrutura do movimento de passageiros do interior para o exterior da Península (acessibilidades)

2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIAS 1940-1981

A análise do crescimento demográfico na Península, a partir dos anos 40, identifica variações importantes. Verifica-se um crescimento progressivo que se expande do norte para o sul e que se encontra associado à implantação das redes de comunicação rodoviária, ferroviária e fluvial, em articulação com Lisboa (ver figura 5).

Até aos anos sessenta as freguesias que refletem um maior crescimento demográfico localizam-se de maneira dispersa, ao longo da margem esquerda do rio Tejo, nos municípios do Barreiro, Moita e Almada. As freguesias mais a sul da Península, nos municípios de Setúbal e Palmela, refletem uma estagnação ou mesmo declínio.

Nos anos sessenta, verifica-se uma alteração na localização do crescimento demográfico. O crescimento demográfico verifica-se nas freguesias que se situam junto dos dois principais eixos de acesso a Lisboa a ligação do caminho-de-ferro do Barreiro e a ligação da ponte sobre o rio Tejo.

No período de 1970 a 1981, o crescimento das freguesias com o acesso mais directo à ponte mantém o seu aumento demográfico, mas serão as freguesias que na década anterior tinham ficado em reserva que irão apresentar as mais elevadas taxas de crescimento.

2.2. LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS

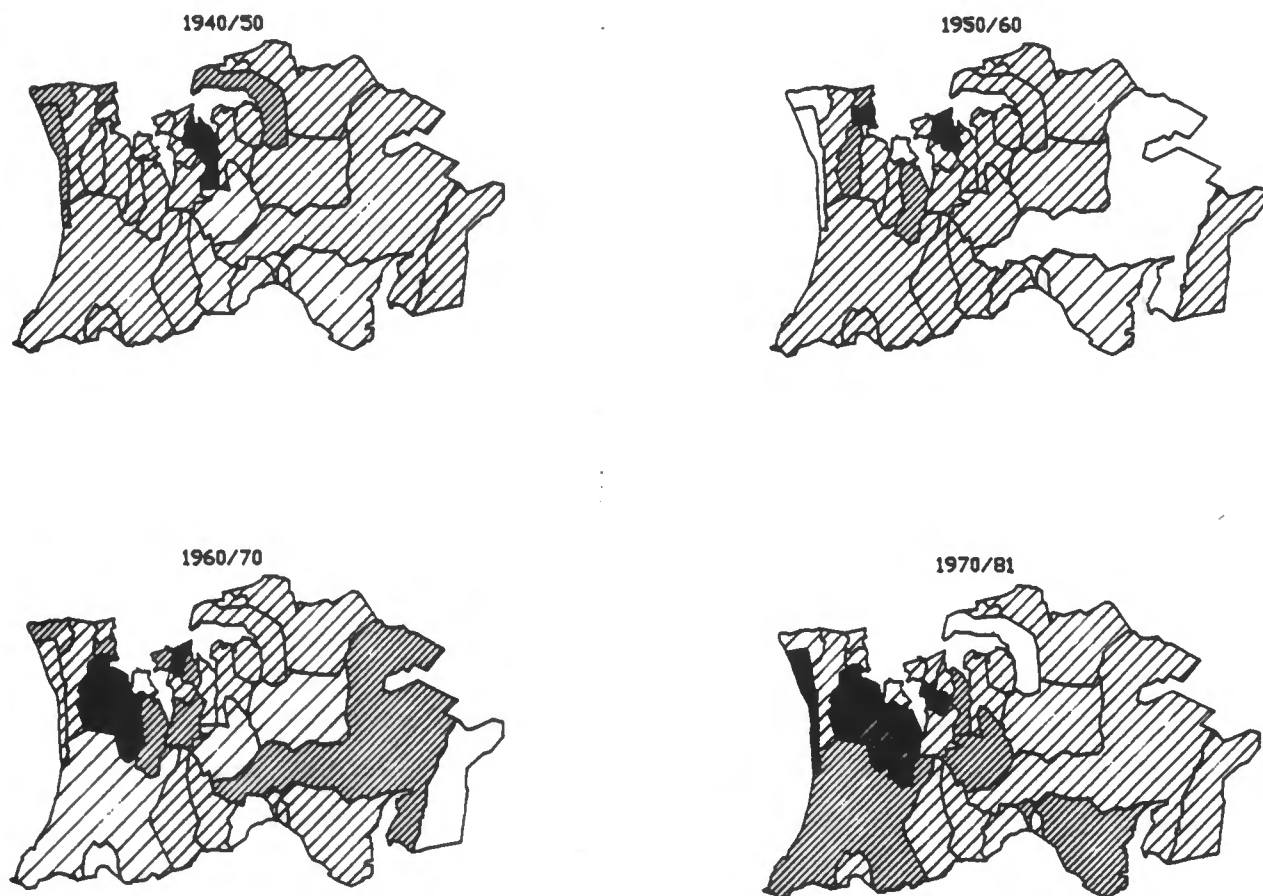
A ocupação urbana da Península de Setúbal dá-se em torno de dois eixos, ao longo da margem esquerda do Tejo e ao longo da auto-estrada do sul, com incidência no seu primeiro troço.

Entre o contínuo urbano ribeirinho e o centro urbano de Setúbal, existe ainda uma vasta área de urbanização dispersa.

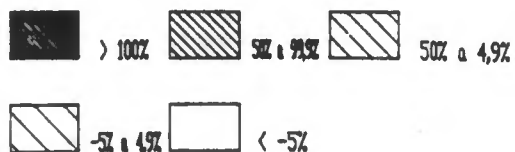
A localização dos maiores centros urbanos, em 1981,

Figura 5

Evolução da população por freguesias da
Península de Setúbal, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981



Variação da população



reforça a associação entre o crescimento demográfico e a estruturação da rede de comunicações, centrada em Lisboa (ver mapa 2).

Em 1981 60% da população da Península residia em doze centros urbanos com mais de 10 000 habitantes. Com excepção do centro urbano de Setúbal, os restantes centros urbanos com mais de 10 000 habitantes localizam-se na margem esquerda do rio Tejo, o que demonstra uma clara polarização da população. A concentração dos centros urbanos processa-se na base de dois eixos de urbanização intensiva, o de Almada a Coina e o do Barreiro a Coina. Estes dois eixos concentram a maior parte dos grandes centros urbanos da Península de Setúbal.

2.3. DENSIDADES POPULACIONAIS

Directamente associada à dimensão dos centros urbanos, a densidade populacional confirma o peso urbano das freguesias que pertencem aos municípios de maior acessibilidade a Lisboa, nomeadamente, Almada e o Barreiro.

As freguesias de Almada e Cova da Piedade, no município de Almada, e as freguesias do Barreiro, Lavradio e Santo André, no município do Barreiro e ainda a freguesia da Baixa da Banheira, no município da Moita, apresentaram no censo de 1981 densidades populacionais superiores a 3 000 habitantes por Km². No conjunto das freguesias da Península, salienta-se a freguesia do Barreiro, que apresenta a maior densidade populacional, superior a 11 621 habitantes por Km².

O aglomerado urbano de Setúbal apresenta também freguesias com densidades superiores a 3 000 habitantes por Km². Os municípios de Palmela e Sesimbra apresentam para as suas freguesias densidades médias inferiores, que se situam perto dos 100 habitantes por Km².



2.4. DINÂMICA DA UTILIZAÇÃO DO SOLO

As diferentes fontes⁽¹⁾ que foram utilizadas para avaliar as formas de ocupação do solo no período de 1972 a 1985, permitem concluir o seguinte:

- a dinâmica de ocupação do solo na Península é constituída a partir das formas de utilização do solo, nomeadamente pelo processo de utilização do solo rural para urbano;

- o ritmo dessa transformação processou-se de uma forma muito rápida, com incidência nos anos sessenta;

- diferenciação temporal no ritmo de urbanização dos diversos municípios que constituem a Península de Setúbal.

A Península de Setúbal tem um crescimento superior ao observado para a região de Lisboa, na qual a Península se encontra inserida, nos dois tipos de ocupação do solo - solo expectante e solo construído⁽²⁾ - no período de 1960 a 1977.

(1) Solans, Juan A., 1972/73, La dinámica de ocupación del suelo - Estudios preliminares da revisão do Plano Director da Região de Lisboa.

D.S.P.U., 1981, Ordenamento da Península de Setúbal - Sistema urbano e ocupação territorial, vol.

I.A.C.E.P., 1983, Tendências recentes de urbanização da área metropolitana de Lisboa - Identificação de áreas densamente urbanizadas.

C.P./I.T.U.R., 1987, Estudos para a nova linha Praçal-Pinhal Novo.

N.E.U.T./C.I.E.S., 1988, A ponte 25 de Abril.

(2) As definições utilizadas por estes conceitos são os seguintes:

Solo expectante, o solo urbano não construído mas com sinais evidentes de pressão urbanística: renúncia à actividade agrícola, trabalhos de nivelamento, abertura de vias de comunicação ou de infra-estruturas, etc.

Solo construído, o solo urbano já construído com espaços livres que envolvem os imóveis, as fábricas ou os serviços

QUADRO 18
TAXAS DE CRESCIMENTO DO SOLO EXPECTANTE E CONSTRUÍDO
NA REGIÃO DE LISBOA E NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

	1960/66	1966/72	1972/77
SOLO EXPECTANTE:			
REGIÃO DE LISBOA	145	40	-
PENÍNSULA DE SETÚBAL	389	43	-0,02
SOLO CONSTRUÍDO:			
REGIÃO DE LISBOA	40	29	-
PENÍNSULA DE SETÚBAL	83	35	31

Nota: a região de Lisboa inclui a Península de Setúbal e o Distrito de Lisboa.
Fonte: D.G.P.U., Dinâmica de ocupação do solo, 1981.

Entre 1961 e 1966 as taxas de crescimento do solo expectante e edificado são muito elevadas na Península, ultrapassando o dobro das taxas médias observadas para a região de Lisboa. No período de 1966 a 1972, nota-se um abrandamento do ritmo de transformação do solo, continuando contudo a verificar-se taxas de crescimento médias superiores na Península do que no total da região de Lisboa.

Ainda de acordo com a mesma fonte de informação, o peso da Península de Setúbal no conjunto da região de Lisboa era a seguinte:

	1960	1966	1972
	%	%	%
SOLO EXPECTANTE	21,5	42,5	43,3
SOLO CONSTRUÍDO	25,2	31,3	39,9

Estas percentagens significam um aumento de 2 523 hectares de ocupação de solo na Península entre 1960 a 1966, o que equivale a uma capacidade de crescimento de 60 000 alojamentos com os respectivos equipamentos.

O processo de ocupação do solo assume uma grande expressão depois dos anos sessenta e encontra-se associado à rede rodoviária de acesso à ponte sobre o rio Tejo.

QUADRO 19
EVOLUÇÃO DO SOLO CONSTRUÍDO, POR MUNICÍPIOS
DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1972 E 1977 (HECTARES)

MUNICÍPIOS:	SOLO CONSTRUÍDO		VAR. %
	1972	1977	
ALCOCHETE	234	302	29
ALMADA	944	1 351	43
BARREIRO	714	886	24
MOITA	394	554	41
MONTIJO	1 138	1 288	13
PALMELA	468	574	22
SEIXAL	719	1 140	58
SESIMBRA	509	686	35
SETÚBAL	290	327	13
PENÍNSULA DE SET.	5 410	7 108	31

Fonte: N.E.U.T., 1988

A maior ordem de crescimento de solo edificado verificou-se, segundo uma ordem decrescente, nos municípios do Seixal, Almada, Moita, Sesimbra, Barreiro e Palmela.

Se considerarmos as diferentes categorias de utilização do solo urbano, industrial e expectante, verifica-se que os municípios com mais solo urbano em vias de construção, por ordem decrescente, são: Seixal, Setúbal, Almada, Sesimbra, Montijo, Palmela e Barreiro. O peso de solo expectante é significativo no município do Seixal (72%). Com alguma expressão identificam-se ainda os municípios de Sesimbra (63%), Setúbal (63%) e Palmela (59%).

QUADRO 20
O PESO DAS DIFERENTES UTILIZAÇÕES DO SOLO NAS FREGUESIAS DA PENÍNSULA, 1977
(HECTARES)

MUNICÍPIOS:	URBANO		INDUST.		EXPECT. (3)	TOTAL	
	(1)	%	(2)	%		(1+2+3)	
ALCOCHETE	266	76,9	36	10,4	44	12,7	346
ALMADA	1 161	51,3	190	8,4	911	40,3	2 262
BARREIRO	640	53,8	246	20,7	304	25,5	1 190
MOITA	432	57,2	121	16,0	202	26,8	755
MONTIJO	1 135	79,5	155	10,9	138	9,6	1 428
PALMELA	522	37,6	51	3,7	817	58,7	1 390
SEIXAL	757	19,6	384	9,9	2 722	9,7	1 863
SESIMBRA	708	37,0	0	0,0	1 207	63,0	1 915
SETÚBAL	1 005	29,6	694	20,4	1 700	50,0	3 399
TOTAL P.S.	6 626	40,0	1 877	11,3	8 045	48,7	16 548

Fonte: D.G.P.U., 1981

Segundo o estudo da C.P/I.T.U.R. ⁽¹⁾ no período de 1977 a 1985 a superfície construída duplicou, passando a Península a ocupar uma área com ocupação urbana de 12 729 hectares em 1985. Os municípios que mais contribuíram para esta situação foram: Seixal (2 039 ha.), Setúbal (986 ha.), Almada (969 ha.) e Sesimbra (931 ha.).

No mapa 3 observam-se as formas de ocupação do solo em 1986. As áreas de instalações industriais e armazéns situam-se, preferencialmente, nos estuários do Tejo e do Sado e as áreas edificadas com ocupação tipo prédio e/ou de densidade elevada acentuam-se no estuário do Tejo sendo um sinal evidente, e já assinalado, da expansão metropolitana de Lisboa. Por sua vez, as áreas edificadas de tipo moradia e de baixa densidade ocupam, sobretudo, uma segunda coroa rodeando os aglomerados ribeirinhos do Tejo acompanhando progressivamente o traçado da auto-estrada do sul.

2.5. HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS

2.5.1. UM PARQUE HABITACIONAL, FRUTO DE UM CRESCIMENTO LEGAL E ILEGAL

O crescimento urbano da Península de Setúbal tem-se desenvolvido segundo um processo contraditório. Por um lado pela interioridade alicerçada no crescimento industrial da região e, por outro lado, por uma exterioridade que decorre da proximidade de Lisboa.

Submetida a um crescente aumento demográfico e a uma urbanização muito acentuada a região assiste à desarticulação das estruturas tradicionais de ocupação do território.

(1) C.P./I.T.U.R., 1987. op. cit.

OCUPAÇÃO DO SOLO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1986



Numa primeira fase são as populações rurais o motor do crescimento demográfico. Nos anos setenta, a suburbanização da população de Lisboa vai aumentar a ocupação urbana da Península.

A intensidade do crescimento demográfico na Península imprimiu um ritmo próprio ao crescimento do parque imobiliário. O aumento da pressão demográfica não foi acompanhada pelo crescimento do parque habitacional, na maior parte dos casos, o que pode ser em parte explicado pelos mecanismos formais do mercado habitacional.

Entre 1960 e 1981 a taxa de crescimento média foi de 156,4% (136 246 alojamentos) o que representa um valor cinco vezes superior ao acréscimo relativo do parque habitacional do País.

QUADRO 21
EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO NOS MUNICÍPIOS
DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1960, 1981

	NÚMERO DE ALOJAM. TAXA CRESC.		
MUNICÍPIOS:	1960	1981	MÉDIO
ALCOCHETE	2 720	3 957	45,4
ALMADA	20 787	59 144	184,5
BARREIRO	11 031	30 878	179,8
MOITA	8 858	20 208	128,1
MONTIJO	9 685	13 975	44,3
PALMELA	6 398	14 981	134,1
SEIXAL	7 112	31 106	337,3
SESIMBRA	4 318	13 354	209,3
SETÚBAL	16 214	35 766	120,6
PENÍNSULA	87 123	223 369	156,4
PAÍS	2 447 145	3 290 621	34,5

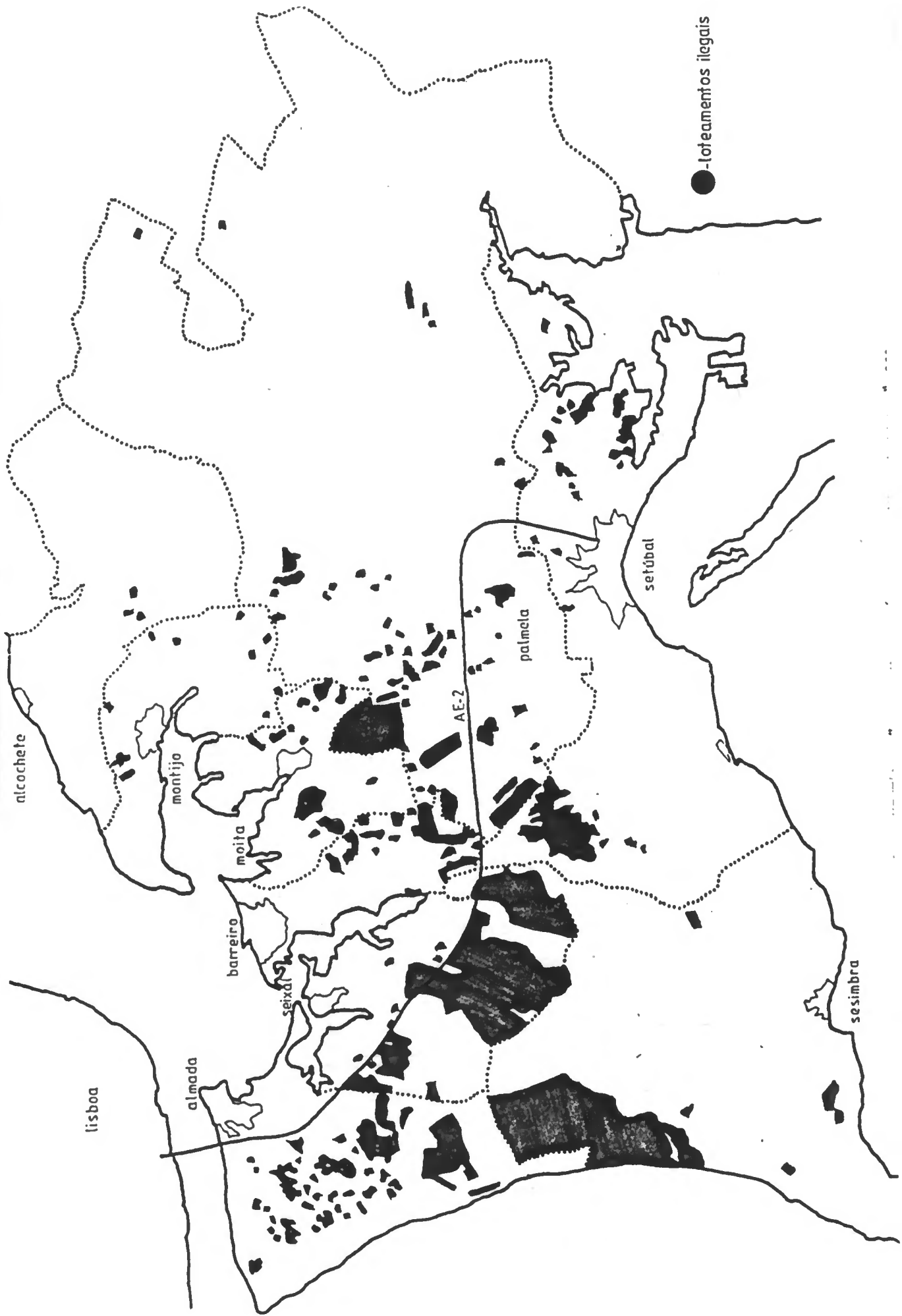
Fonte: I.N.E., Recenseamentos.

Assim, face à forte pressão demográfica, o parque imobiliário da Península cresceu na base de um processo de urbanização legal e ilegal. Este tipo de crescimento originou um sistema complexo e de difícil controlo, com grandes exigências de investimento por parte dos poderes públicos.

O processo de sedimentação urbana vai efectuar-se num compromisso entre a urbanização legal e a clandestina.

Estima-se que na Península de Setúbal cerca de 13 936 hectares, que correspondem a 5,3% da superfície total da Península, estão ocupados por loteamentos ilegais, abrangendo

OCUPAÇÃO ILEGAL DO SOLO, 1989



cerca de 300 000 pessoas, o que corresponde a 13% do total da população da Península.⁽¹⁾

No mapa 4 surge com evidência a localização dos loteamentos clandestinos na coroa de expansão dos aglomerados urbanos de expansão ribeirinha. Apesar da sua disseminação no interior da Península a localização destes loteamentos é influenciada pelas estruturas rodoviárias existentes.

2.5.2. CARACTERISTICAS DO PARQUE HABITACIONAL - JUVENTUDE E PROPRIEDADE DO PARQUE HABITACIONAL

No entanto, a juventude do processo de crescimento urbano da Península, se comparado com o parque imobiliário do País, permite-lhe apresentar indicadores de conforto (água, electricidade, casa de banho, esgotos, etc) superiores às médias do País.

O grande crescimento demográfico que se fez sentir nos anos sessenta provocou um processo rápido de construção, que se veio a reflectir na estrutura etária do parque habitacional da Península. A estrutura etária do parque habitacional, com 48,2% dos alojamentos construídos depois de 1960, e 70,4% construídos depois de 1946, demonstra a juventude do parque comparativamente com a estrutura do País, que apresenta apenas 55,7% do parque construído depois de 1946. Salienta-se ainda que esta juventude do parque habitacional não impede a existência de "bolsas" degradadas em quase todos os municípios.

(1) Soares, L.S.; Ferreira, A.F.; Guerra, I.P., 1985, "Urbanização clandestina na área metropolitana de Lisboa" in Sociedade e Território, nº 3, p. 57/77.

QUADRO 22
ESTRUTURA DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL POR
MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1981 (%)

MUNICÍPIOS:	RESID. HABIT.	BARRACAS	UTILIZ. SAZONAL
ALCOCHETE	1,9	0,2	0,9
ALMADA	24,9	15,7	46,2
BARREIRO	15,4	5,2	2,9
MOITA	9,3	1,5	2,5
MONTIJO	6,8	1,3	1,8
PALMELA	6,7	1,9	7,0
SEIXAL	14,8	5,2	7,7
SESIMBRA	3,9	25,2	23,4
SETÚBAL	16,4	43,7	7,4
PENÍNSULA	100	100	100

Fonte: I.N.E., II Recenseamento da Habitação.

Apenas quatro municípios concentram 71,5% dos fogos clássicos com habitação permante: Almada, Setúbal, Seixal e Barreiro, o que está de acordo com o seu peso populacional. A residência secundária concentra-se apenas em dois municípios: Almada e Sesimbra, com 53,6% do total dos fogos clássicos de residência sazonal. As grandes pressões sobre o alojamento, no município de Setúbal, fazem-se sentir ao nível da residência habitual. Setúbal, como "bacia de emprego", gerou uma forte crise habitacional, que se vem reflectir no peso da ocupação de barracas como residência habitual, representando 43,7% do total das barracas de toda a Península de Setúbal. Sesimbra e Almada apresentam também uma elevada percentagem de barracas (ver quadro 22).

Esta situação habitacional conjuga-se, pelo menos em parte, com a insuficiência da intervenção pública. Ao nível da análise da propriedade da habitação, a Península apresentava em 1981 um grande peso de habitação privada, ou seja de 95,2% do total da Península, 4,7% era propriedade de entidades públicas e o sector cooperativo representava apenas 0,1% do total dos alojamentos. Apesar do peso pouco significativo da construção pública de habitação, o Distrito de Setúbal apresenta a mais elevada taxa de alojamentos públicos do País. Em 1981, o Distrito de Setúbal tinha 4,7%

dos alojamentos públicos contra 4,5% do Distrito de Lisboa e 3,8% do Distrito do Porto. (1)

2.5.3. CRESCIMENTO URBANO E INFRA-ESTRUTURAS

A análise da evolução das infra-estruturas das redes públicas, na região metropolitana de Lisboa, manifesta uma segregação espacial e social que está directamente associada aos diferentes processos sociais de produção e apropriação do espaço metropolitano.

A pesquisa de Simões (1985) faz a análise da evolução espacial das infra-estruturas urbanas na região metropolitana de Lisboa nos anos de 1964, 1972, 1977 e 1981, concluindo:

- As infra-estruturas de base não estão ainda generalizadas a toda a região metropolitana de Lisboa. A infra-estruturação torna-se mais débil à medida que se afasta do centro e da margem esquerda do rio Tejo;

- A rede de distribuição de energia eléctrica é a mais desenvolvida, sendo a rede de esgotos a menos desenvolvida o que demonstra uma relação entre o desenvolvimento económico e as redes de infra-estruturação;

- O alargamento da cobertura em infra-estruturas parece ser feito a partir de Lisboa, intensificando-se ao longo das seus principais vias de acesso;

- Em geral a implantação por municípios das infra-estruturas parece obedecer mais a critérios de hierarquia administrativa do que à importância da população.

Num trabalho realizado sobre a implantação das infra-estruturas e equipamentos na Península de Setúbal Guerra

(1) Ministério do Equipamento Social, 1984. A situação habitacional segundo o recenseamento de 1981. Saliente-se que estes três distritos concentravam cerca de 75% do total do alojamento público.

(1989) chama a atenção para dois tipos de conclusões. Em primeiro lugar, se ao nível municipal o contraste se torna evidente, a partir da dicotomia entre o rural (mais carenciado ao nível das infra-estruturas) e o urbano, a análise, ao nível das freguesias, permite observar dois outros tipos de segregação: a segregação, pela não existência de rede de infra-estruturas, que opõe o rural e o urbano, mas também a construção legal à construção "clandestina". Conclui-se pois, da existência de uma segregação sócio-urbanística ao nível da cobertura das redes de infra-estruturas, que se manifesta não apenas na dicotomia rural/urbano mas também, entre as diferentes regiões urbanas, nomeadamente na oposição entre a construção legal ilegal.

Uma outra conclusão diz respeito à diferente localização de infra-estruturas e equipamentos. Utilizando uma análise de componentes principais, a autora afirma que a análise da localização das redes de infra-estruturas e dos equipamentos sociais permite identificar duas lógicas diferenciadas assentes num desigual nível de desenvolvimento dos territórios concelhios. Verifica-se que o atraso na infra-estruturação (água, esgotos, energia, recolha de lixo) se encontra associado ao fraco nível de desenvolvimento económico dos municípios, dado também a sua mais fraca capacidade financeira. O déficit de equipamentos colectivos (creches, escolas primárias, centros de idosos, centros e extensões de saúde) vai verificar-se nos municípios mais industrializados, sujeitos a fortes pressões demográficas.

3. A DIFERENCIAÇÃO SOCIO-URBANÍSTICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL - TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO URBANA

A pesquisa até agora realizada, devido a necessidades metodológicas, dividiu os diferentes níveis de análise no

interior de um quadro analítico (ver grelha analítica 3). Analisou-se a especificidade produtiva da região, quer ao nível da estrutura produtiva implantada quer ao nível das formas de mobilização da mão-de-obra, bem como a evolução do crescimento demográfico e urbano que lhe estão associados.

Nesta fase da pesquisa torna-se importante cruzar as diferentes dimensões que constituem o quadro complexo que é hoje a Península de Setúbal. Este objectivo vai ser possível com a utilização dos métodos da análise multivariada, nomeadamente a "análise de clusters".⁽¹⁾

Para a elaboração da tipologia do espaço da Península de Setúbal, realizou-se uma "análise de clusters", com o objectivo de segmentar o espaço da Península em unidades geográficas, com características homogéneas. As unidades de observação são constituídas pelos nove municípios que constituem presentemente a Península de Setúbal.

A hipótese de partida admite que a Península, tomada como um todo representa uma região com acentuada segregação espacial, segundo determinadas características sociais, económicas e urbanísticas. A análise de clusters vai permitir identificar essas características para determinados agrupamentos de municípios que oferecem um comportamento similar, mediante uma série de variáveis que foram consideradas.

As variáveis seleccionadas para a análise de clusters foram dezasseis, agregadas em quatro tipos: variáveis económicas, de infra-estruturas e equipamento, urbanísticas e demográficas.

As dezasseis variáveis e a sua definição operativa são as seguintes:

As variáveis económicas são em número de cinco e correspondem aos seguintes indicadores:

⁽¹⁾ Entende-se por análise de "clusters" o conjunto de técnicas que permitem, dada uma população (P) de indivíduos que são caracterizados por (n) variáveis, agrupá-los em (P'/P) conjuntos.

-Indicador 1: População activa na indústria, definido pelo peso da população activa trabalhando na indústria no total da população activa de cada município. Fonte: I.N.E., Recenseamento Geral da População, 1981.

-Indicador 2: População activa no sector terciário, definido pelo peso da população activa do sector terciário no total da população activa de cada município. Fonte: I.N.E., Recenseamento Geral da População, 1981.

-Indicador 3: Coeficiente de intensidade capitalística, definido como o peso da formação bruta de capital fixo no emprego. Fonte: I.N.E., Estatísticas Industriais, 1980.

-Indicador 4: Capital público, definido como o peso relativo do capital social público das empresas no total do capital social das empresas de cada município. Fonte: M.T.S.S., Quadros de pessoal, 1986.

-Indicador 5: Capital estrangeiro, definido como o peso relativo do capital social estrangeiro das empresas no total do capital social das empresas de cada município. Fonte: M.T.S.S., Quadros de pessoal.

As variáveis de infra-estruturas e equipamentos são cinco, e a que correspondem os indicadores seguintes:

-Indicador 6: População com água canalizada, definido como o peso de população servida com água canalizada no total da população de cada município. Fonte: I.N.E., II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

-Indicador 7: População com esgotos, definido como o peso da população servida com esgotos no total da população de cada município. Fonte: I.N.E., II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

-Indicador 8: Cobertura do número de salas de aula no ensino primário, definido como o grau de cobertura do número de salas de aula existentes em cada município face ao número desejável para uma população da classe etária dos 6-9 anos acrescido de 10% e uma lotação por sala de 25 alunos. Fonte: Divisão de Estatística do Ministério da Educação e, I.N.E., XII Recenseamento Geral da População, 1981.

-Indicador 9: Cobertura de extensões de saúde, definido como o grau de cobertura de extensões de saúde, tendo por base a relação seguinte: uma extensão de saúde por cada cinco mil habitantes, de cada município. Fonte: Divisão de Estatística do Ministério da Saúde e, I.N.E., XII Recenseamento Geral da População, 1981.

-Indicador 10: Densidade de rede viária, definido como o peso das áreas das vias no total da área de cada município.

As variáveis urbanísticas são em número de três e correspondem aos seguintes indicadores:

-Indicador 11: Crescimento do parque habitacional, definido como a taxa de crescimento média do parque habitacional de cada município entre 1960 e 1981. Fonte: I.N.E., II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

-Indicador 12: Proprietários com casa própria, definido como o peso relativo dos proprietários residindo em casa própria em relação ao total de fogos de cada município. Fonte: I.N.E., II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

-Indicador 13: Crescimento do parque habitacional, definido como a taxa de crescimento média do aumento do parque habitacional - no período de 1960 a 1981 - em cada município. Fonte: I.N.E., II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

As variáveis demográficas são três e correspondem aos seguintes indicadores:

-Indicador 14: Crescimento da população, definido como a taxa de crescimento média do aumento de população, observado no período de 1960 a 1981, em cada município. Fonte: I.N.E., XII Recenseamento Geral da População, 1981.

-Indicador 15: População jovem, como o peso da população com idade no escalão etário dos zero aos 24 anos, no total da população de cada município. Fonte: I.N.E., XII Recenseamento Geral da População, 1981.

-Indicador 16: População idosa, definido o peso da população com idade superior aos 60 anos de idade no total da população de cada município. Fonte: I.N.E., XII Recenseamento

RESULTADOS DA ANÁLISE DE CLUSTERS

O primeiro resultado a destacar da "análise de clusters" (1) é o de que os municípios da Península não são homogêneos, o que vem confirmar a hipótese de partida.

A figura 6, revela-nos os diversos tipos de agrupamentos de municípios, consoante o número de "clusters" que foram formados, no máximo de oito clusters. Optou-se pela constituição de quatro "clusters", que deram origem aos seguintes agrupamentos de municípios: (figura 7)

"Cluster" 1: Alcochete, Moita e Montijo;

"Cluster" 2: Almada, Barreiro e Setúbal;

"Cluster" 3: Palmela e Sesimbra;

"Cluster" 4: Seixal.

A "análise de clusters" permite-nos ainda, para cada um dos quatro "clusters" formados, analisar os valores médios dos dezasseis indicadores que caracterizam cada "cluster", ou seja, qualificar cada um dos "clusters" em relação às dissemelhanças que se observam entre os vários indicadores. A informação base para esta análise é obtida no quadro 23.

QUADRO 23
VALORES MÉDIOS DOS DEZASSEIS INDICADORES EM CADA CLUSTER

	INDICADORES															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
CL.1	0.91	-0.35	-0.79	0.24	-0.16	-0.44	0.07	0.51	0.57	-0.83	-1.03	-1.00	-0.55	-0.67	0.53	1.17
CL.2	-0.64	1.49	1.26	1.32	-0.58	-0.77	0.65	-0.77	-0.42	-0.45	-0.22	-0.68	1.31	-0.17	0.22	0.44
CL.3	-1.06	-0.47	-0.81	-0.78	-0.72	-1.20	-1.44	1.16	1.04	1.44	-0.13	1.06	-0.96	-0.62	-1.47	-0.57
CL.4	0.79	-0.67	0.34	-0.78	1.46	0.88	0.72	-0.89	-0.19	-0.17	1.37	0.62	0.20	1.46	0.72	-1.05

(1) O tratamento estatístico utilizado para a obtenção dos clusters foi realizado pelo programa informático STATGRAF. A distância utilizada para construir a matriz de dissemelhança foi a distância euclidiana, e o algoritmo de classificação utilizado foi o da máxima distância. As variáveis presentes na análise foram previamente standardizadas.

FIGURA 6

AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO
O NÚMERO DE CLUSTERS FORMADOS

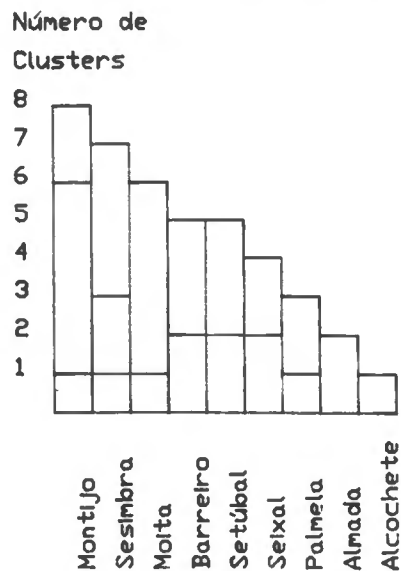
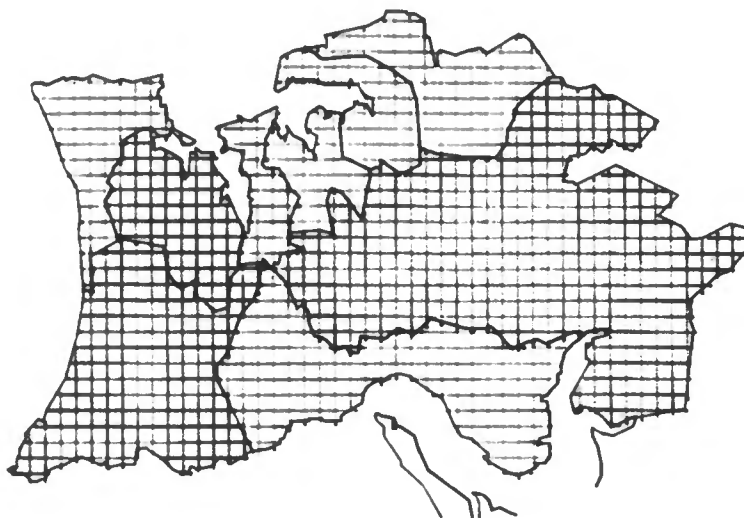


FIGURA 7

AGRUPAMENTO DOS MUNICÍPIOS EM QUATRO CLUSTERS



A sub-área 1, integra a aglomeração de três municípios - Alcochete, Moita e Montijo. No agrupamento das variáveis económicas, salientam-se com um índice muito significativo acima da média da Península, a população activa na indústria e o capital público. Os índices população activa no terciário, coeficiente de intensidade capitalística, e o capital estrangeiro, apresentam valores abaixo da média.

Nas variáveis a que se referem às infra-estruturas e ao equipamento, observam-se valores acima da média para os indicadores população servida com esgotos, cobertura de salas de aula no ensino primário e a cobertura de extensões de saúde. Os indicadores com valores significativos abaixo da média, observados neste grupo de municípios, foram a população servida com água canalizada e para a densidade da rede viária.

Quanto às variáveis urbanísticas, todos os indicadores apresentaram valores significativos abaixo da média.

Nas variáveis demográficas, apenas o indicador crescimento da população apresentava valores inferiores à média observada para a Península.

A sub-área 2 integra a aglomeração de três municípios - Almada, Barreiro e Setúbal. As variáveis económicas apresentam valores significativos acima da média para os indicadores, população activa no terciário, coeficiente de intensidade capitalística e capital público. Os indicadores que se situam abaixo da média são a população activa na indústria e o capital estrangeiro.

As variáveis das infra-estruturas e equipamentos apresentam indicadores com valores acima da média, para a população servida com água canalizada e com esgotos. Os restantes indicadores desta variável situam-se abaixo da média.

As variáveis urbanísticas são fundamentalmente caracterizadas pelo valor médio mais elevado observado na Península, para o indicador densidade populacional. Os restantes indicadores apresentam valores que se situam abaixo da média.

Ao nível das variáveis demográficas, os indicadores população jovem e população idosa apresentam valores acima da média, em contraste com o indicador crescimento da população que apresenta valores em sentido oposto.

A sub-área 3, é constituída por dois municípios - Palmela e Sesimbra. No agrupamento das variáveis económicas, todos os indicadores se situam com valores muito abaixo da média observada para a Península.

Os indicadores que caracterizam as variáveis das infra-estruturas e equipamento apresentam valores significativos acima da média para cobertura de salas de aula no ensino primário, cobertura de extensões de saúde e para a densidade da rede viária.

Os restantes indicadores apresentam a mesma intensidade, mas com sentido oposto.

Nos indicadores urbanísticos salientam-se os proprietários com casa própria com valor acima da média, e o crescimento do parque e a densidade populacional com valores abaixo da média.

Quanto aos indicadores demográficos, todos apresentam valores inferiores à média observada, com incidência para o indicador da população jovem.

A sub-área 4 é apenas constituída pelo município do Seixal. Os indicadores das variáveis económicas salientam-se com valores muito significativos, acima da média observada, a população na indústria e o capital estrangeiro, situando-se os restantes indicadores económicos abaixo da média.

Os indicadores das infra-estruturas apresentam valores acima da média para a população com água canalizada e com esgotos, sendo os restantes indicadores abaixo da média, com maior incidência para a cobertura de extensões de saúde.

Quanto aos indicadores urbanísticos, apresentam todos valores acima da média observada, com incidência para o crescimento do parque habitacional.

Os indicadores demográficos que apresentam valores

acima da média são os da população jovem e o crescimento da população, sendo apenas o indicador população idosa aquele que apresenta um valor muito significativo abaixo da média.

CONCLUSÃO GERAL

A análise dos efeitos espaciais da industrialização na Península de Setúbal, no período posterior a 1960, demonstra a importância das actividades industriais no aparecimento de um meio socio-urbanístico complexo e de rápido crescimento.

A especificidade das lógicas de implantação espacial das actividades, da estrutura industrial da Península e das formas de mobilização da mão-de-obra, irão permitir um surto demográfico e urbanístico ainda hoje em evolução.

De facto, criada como um "pólo de desenvolvimento" na lógica dos anos 60, e profundamente marcada pelas suas condições geográficas, nomeadamente os seus portos e proximidade de Lisboa, a Península de Setúbal surge como um "pólo industrial" de grande importância no contexto do país. No entanto, ainda antes da sua completa instalação, esse "pólo industrial" mergulha numa crise económico-social, fruto de conjunturas nacionais e internacionais, articuladas com a história recente do país e com a reestruturação das economias mundiais.

A estrutura produtiva implantada caracterizava-se pela sua forte dependência do exterior (quer em matérias-primas quer em capital), por uma demasiada especialização nas indústrias metalúrgicas e metalomecânicas e por uma concentração em empresas de grande dimensão. Serão estas características que a tornarão tão vulnerável à crise em meados dos anos 70, e que irão ser profundamente afectadas pela realocação das actividades produtivas ao nível dos espaço mundiais.. Acrescente-se que o forte domínio da indústria gera um sector "terciário", dependente em grande medida dos mecanismos de consumo e de redistribuição social e, portanto, também ele de grande sensibilidade às conjunturas nacionais e internacionais da crise.

Por outro lado, as formas de mobilização da mão-de-obra assentaram na utilização do trabalho desqualificado (a

maioria de origem rural), fortemente dependente das flutuações do mercado de trabalho.

A crise de meados dos anos 70 irá pois encontrar a região sem grande capacidade endógena de recriação de novas actividades, tendo-se feito sentir com grande impacto convulsões económicas, sociais e políticas. É a única região do país que é sujeita a um "plano de emergência" para colmatar as situações de maior gravidade social.

A região parece manifestar dificuldades em encontrar novas formas de actividades, dado que está em causa não apenas a "modernização" do seu aparelho produtivo mas, e sobretudo, um novo lugar no mapa produtivo do país. Quer do ponto de vista da estrutura produtiva implantada, quer do ponto de vista das qualificações e experiência da mão-de-obra, a região parece ter pouco a oferecer para a implantação das actividades mais "nobres" que se situam hoje no coração da economia.

No entanto a debilidade dos serviços às empresas, das tecnologias utilizadas, da escolaridade e qualificação da mão-de-obra coexiste com algumas potencialidades: uma estrutura produtiva implantada, uma experiência de trabalho industrial já de longa data e uma instalação de infra-estruturas urbanas de grande porte.

Neste contexto de debilidades e potencialidades o Governo manda executar a "Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal", com implementação em 1989.

As vicissitudes deste processo de crescimento produtivo não impediram a criação de um meio urbano complexo onde vive mais de meio milhão de pessoas.

Fruto de um rápido desenvolvimento socio-urbanístico, os nove municípios da Península de Setúbal - pese embora a sua diversidade - apresentam características do parque habitacional e de infra-estruturas urbanas frequentemente superiores às médias do país.

Poderá afirmar-se que esta sedimentação de um meio

urbano é mais o resultado da vitalidade da "sociedade civil" do que da intervenção programada do aparelho público. A dimensão da ocupação clandestina (em termos de ocupação do solo e da edificação) são disso um sinal evidente.

Assiste-se, sobretudo a partir da década de 70, a uma crescente "metropolização" da região sempre em mutação, medida a partir de dois indicadores - a origem (local de nascimento) da população residente e a mobilidade para o trabalho.

A crise de emprego na região veio reforçar a importância do mercado de trabalho de Lisboa. Mas, esta proximidade de Lisboa, se permite vantagens do ponto de vista da localização das actividades e pessoas, tem como inconvenientes a saturação das infra-estruturas de acesso, uma maior dependência da região do exterior e uma crescente atrofia na infra-estruturação urbana (nomeadamente ao nível dos equipamentos mais especializados).

No entanto, esta "metropolização" da região não impede que a Península de Setúbal se estruture como um espaço articulado de produção e de reprodução social, como o demonstra a análise das fileiras de mão-de-obra. Apesar da diversidade encontrada ao nível dos municípios, os fluxos entre o trabalho e o alojamento estruturam a região, simultaneamente como espaço produtivo e reprodutivo. No entanto, e como é salientado nesta pesquisa, se as fileiras de mão-de-obra nos apresentam um território articulado, ao nível das funções de produção e de reprodução social, elas reflectem também, uma desarticulação entre as formas de gestão da mão-de-obra por parte das empresas e a localização das condições de reprodução social.

O aprofundamento das formas de intervenção do aparelho público (ao nível do planeamento e gestão das formas de ocupação territorial) e as suas potenciais responsabilidades nessa desarticulação é, sem duvida, uma das linhas de pesquisa futura que esta investigação preliminar sugere.

BIBLIOGRAFIA



- ABLER, Ronald et al., 1971, Spatial organization, Prentice/Hall, Londres, p. 587.
- ALVARENGA, Alberto et al., 1980, "L'espace social, nouveau paradigme ?" in Espaces et Societes, Anthropos, Paris, vol. 34-35, pp. 47-73.
- AMARO, Rogério Roque, 1980, Desenvolvimento et Industrialisation de L'economie portugaise dans le contexte de la division internacional du travail, These de doctorat du troisieme cycle, Université de Sciences Sociales, Grenoble, 2 volumes.
- ARMSTRONG, HARVEY, et al., 1985, Regional economics and policy, Philip Allan Publishers, Oxford, p. 340.
- ASSOCIAÇÃO dos Municípios de Setúbal, 1987, Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal - primeira fase, Setúbal.
- AYDALOT, Philippe, Milieux innovateurs en europe, Gremi, Paris, p. 361.
- AYDALOT, Philippe, 1976, Dynamique spatial et développement inégal, Economica, Paris, p. 336.
- AYDALOT, Philippe, 1981, "Politique et localisation des entreprises du travail", in Revue D'Economie Regional et Urbaine, Paris, vol. 1, pp. 107-127.
- AYDALOT, Philippe, 1983, "Villes en crise, marches du travail et regulations locales" in Revue D'Economie Regional et Urbaine, Paris, vol. 1, pp. 47-67.
- AYDALOT, Philippe, 1985, Economie regional et urbaine, Economica, Paris, p. 487.
- BADE, Franz J., 1982, "Localisation industrielle, division fonctionnelle du travail et developpement regional" in Revue D'Economie Regionale et Urbaine, Paris, vol. 4, pp. 483-507.
- BAILLY, Antoine et al., 1986. Le secteur tertiaire en question, Anthropos, Paris, p. 133.
- BAILLY, Antoine et al., 1986, Développement local et decentralisation, Anthropos, Paris, p. 278.
- BASSAND, Michel et al., 1980, Mobilité spatiale, GEOTI, Suisse, p. 300.
- CALADO, Luis Ferreira, 1986, "Indústria transformadora" in Programa de Desenvolvimento da Península de Setúbal. I.E.D., Lisboa.

- CARVAJAL, Luis Enrique Otero, 1987, "El espacio productivo del futuro" in Alfoz, Madrid, vol. 41, pp. 72-78.
- CASTELLS, Manuel, 1973, La question urbaine, François Maspero, Paris, p. 451.
- CASTELLS, Manuel, 1975, Sociologie de l'espace industriel, Anthropos, Paris, p. 219.
- CASTELLS, Manuel, 1984, "Reestructuración económica, Revolución tecnológica y nueva organización territorial" in Territorio, Economía y Sociedad. Madrid, vol. 7/8, pp. 87-95.
- CASTRO, Armando, 1971, A revolução industrial em Portugal no século XX, Dom Quixote, Lisboa, p. 300.
- CASTRO, Armando, 1972, Estudos de história socio-económica de Portugal, Editorial Inova, Porto, p. 271.
- CASTRO, Armando, 1973, A economia portuguesa do século XX 1900/1925, Edições 70, Lisboa, p. 290.
- CENTRE Regional de Publication de Bordeaux, 1981, Croissance Urbaine, CNRS, Paris, p. 219.
- CENTRO de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, 1987, Estudo preparatório da operação integrada de desenvolvimento - Relatório da primeira fase, C.E.D.R.U., Lisboa.
- COMISSÃO de Planeamento da Região de Lisboa, 1970, Capitação do PIB em 1970 no concelhos das regiões-plano de Lisboa e do sul e em alguns concelhos da região plano centro C.P.R.L., C.P.R.L., Lisboa.
- COMISSARIAT General du Plan, 1986, Mutations économiques et urbanisation, La Documentation Française, Paris, p. 340.
- CRUZ, Maria Alfreda, 1973, A margem sul do estuário do Tejo - Factores e formas de organização do espaço, Edição do autor, Lisboa, p. 415.
- DERYCKE, Pierre Henri, 1970, L'Economie urbaine, P.U.F., Paris.
- DERYCKE, Pierre Henri, 1979, Economía y planificación urbanas, Instituto de Estudios de Administración Local, Colección Nuevo Urbanismo, Madrid, p. 427.
- DEZERT, Bernard et al., 1978, L'Espace industriel, Masson, Paris, p. 301.
- DEZERT, Bernard et al., 1980, L'Espace urbain, Masson, Paris, p. 382.

- FARIA, Carlos Vieira, 1981, Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal, Assírio e Alvin, Lisboa, p. 196.
- FERRÃO, João, 1987, "Indústria e território: Breve história de uma união feliz", in Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudo Sociais, Coimbra, vol. 22, pp. 55-68.
- FRANK, A. Gunder, 1970, Le développement du sous-développement, Maspero, Paris.
- GACHELIN, Charles, 1977, La localization des industries, Presses Universitaires de France, Paris, p. 204.
- GAMA, António, 1987, "Indústria e produção de um espaço peri-urbano" in Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, vol. 22, pp. 33-54.
- GILLY, Jean-Pierre, 1987, "Espaços produtivos locais, políticas de emprego e transformações da relação salarial" in Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, vol. 22, pp. 115-123.
- GOODALL, Brian, 1972, La economia de las zonas urbanas, Instituto de Estudios de Administracion Local, Coleccion Nuevo Urbanismo, Madrid, p. 575.
- GUERRA, I.P., Junho/86, "Poder local reprodução ou inovação", in Sociologia - Problemas e Práticas, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Relógio d'água, Lisboa, n. 1.
- HALL, Peter (Editor), 1975, Urban & regional planning, Penguin, Middlesex, p. 318.
- HIRSCHE, Joachim, 1978, "The state apparatus and social reproduction: Elements of a theory of the bourgeois state" in State and Capital, Edward Arnold, Londres, pp. 57 a 107.
- INSTITUTO de Estudos para o desenvolvimento, 1986, Programa de desenvolvimento da Península de Setúbal, primeira fase: Caracterização e levantamento de problemas. I.E.D., Lisboa.
- JULIEN, Therese Saint, 1982, Croissance industrielle et systeme urban, Economica, Paris, p. 279.
- LAJUGIE, Joseph et al., 1985, Espace regional et aménagement du territoire, Paris, p. 987.
- LIPIETZ, Alain. 1977, Le capital e son espace, la Decouvert/Maspero, Paris, p. 121.

- LIPIETZ, Alain, 1978, "La dimension régional du développement du tertiaire. Activités et régions", in Travaux et Recherches de Prospective, n. 75, março, pp. 65-124.
- LOPPES, A. Simões, 1971, As funções económicas dos pequenos centros, Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa, p. 221.
- LOPES, A. Simões, 1980, Desenvolvimento Regional - Problemática, teoria, modelos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1-vol., p. 384.
- LOPES, A. Simões, 1983, "L'Espace dans la politique économique - Le cas du Portugal", in Revue d'Economie Regional et Urbaine, n. 3.
- LOUGHLIN, J. Brian, 1972, Planification urbaine et regional, Dunod, Paris, p. 333.
- LUNG, Y., 1983, "Regimes d'accumulation et dynamiques spatiales du capital: quel statut pour la région ?" in Revue d'Economie Regional et Urbaine, n. 3.
- MACLOUF, Pierre et al., "Dualisation spatiale et dualisation sociale de la force de travail en période de crise deux scénarios possibles", in Revue D'Economie Regional et Urbaine, n. 1, pp. 119-146.
- MANZAGOL, Claude, 1980, Logique de L'Espace industriel, Presses Universitaires de France, Paris, p. 248.
- MOURA, Francisco Pereira, 1973, Por onde vai a economia portuguesa ?, Seara Nova, Lisboa, p. 375.
- NAZARETH, J. Manuel, 1984, "Conjuntura demográfica da população portuguesa no período 1970-80: Aspectos globais", in Análise Social, Lisboa, vol. XX (81/82), pp. 237-162.
- NAZARETH, J. Manuel, 1988, Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa, Presença, Lisboa, p. 323.
- NOEL, Michel, 1974, "Mobilité spatiale des industries croissance et urbanisation", in L'Espace Geographique, Paris, n. 1, pp. 47-56.
- O'CONNOR, J., 1973, The fiscal crisis of state, St. Martin's Press, Nova York.
- OFFE, Claus, 1977, Lo stato nel capitalismo maturo, Etas Libri, Milão, p. 239.
- PALLOIX, Christian, 1973, As firmas multinacionais - e o processo de internacionalização, Estampa, Lisboa, p. 282.

- PERROUX, Françoise, 1964, A economia do século XX, Moraes, Lisboa, p. 755.
- PONSARD, Claude, 1958, Histoire des théories économiques spatiales, Librairie Armand Colin, Paris.
- POULANTZAS, Nicos, 1968, Poder político e classes sociais, Portucalense, Porto, 2 volumes.
- POULANTZAS, Nicos, 1976, A crise do Estado, Moraes, Lisboa, p. 280.
- PRED, Alan, 1979, Sistemas de cidades em economias adiantadas, Zahar, Rio de Janeiro, p. 230.
- PUMAIN, Denise et al., 1978, Les dimensions du changement urbain, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, p. 202.
- REIF, Benjamin, 1973, Modelos en la planificación de ciudades y regiones, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, p. 422.
- REIS, José, 1985, "Modos de industrialização, forma de trabalho e pequena agricultura", in Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, vol. 15/16/17, Maio, pp. 225-260.
- REIS, José, 1987, "Os espaços da industrialização - Notas sobre a regulação macro-económica e o nível local", in Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, vol. 22, pp. 13-31.
- REIS, José, 1988, "Território e sistemas produtivos locais: Uma reflexão sobre as economias locais", in Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, vol. 25/26, pp. 127-141.
- RICHARDSON, Harry W., 1973, Regional Growth Theory, J. Wiley and Sons, New-York.
- RICHARDSON, Harry W., 1978, Economia regional y urbana, Alianza, Madrid, p. 309.
- ROBSON, Brian T., Urban growth: An approach, Methuen, p. 268.
- RODRIGUES, Maria João, 1985, "O mercado de trabalho nos anos 70: Das tensões aos metabolismos", in Análise Social, Lisboa, vol. XXI 87,8,9, pp. 679-733.
- RODRIGUES, Maria João, 1988, O sistema de emprego em Portugal, Dom Quixote, Lisboa, p. 307.
- SALLEZ, Alain, 1983, "Division spatiale, developpement polarise et théorie de la localisation", in Revue d'Economie Regionale et Urbaine, n. 1, pp. 70-91.

- SMITH, Neil; Williams, Peter, (org.), 1986, Gentrification of the city, Allen and Unwin Inc., USA, p. 257.
- STOHR, Walter, 1981, Development from above or below ? the Dialectics of Regional in Developing Countries, John Wiley and Sons, Nova York, p. 487
- STORPER, M., Walcker, R., 1983, "The theory of labour and the theory of location", in International Journal of Urban and Regional Research, vol. 7, Maio, pp. 1-41.
- THOMPSON, Wilbur R., 1965, Un preface a la economia urbana, Gustavo Gili, Barcelona, p. 521.
- TIGER, Henri, Restructuration industrielle et filières de main-d'oeuvre, Centre de Sociologie Urbaine, Paris, p. 389.
- VASCONCELOS, António Vale, 1984, Economia urbana, RES, Porto, p. 298.
- WALTON, John, 1985, Capital and labour in urbanized world, SAGE, Londres, vol. 31, p. 237.



CLOSSÁRIO

- A.M.L. Área Metropolitana de Lisboa.
- A.M.L.N. Área Metropolitana de Lisboa Norte.
- C.A.E. Classificação das Actividades Económicas.
- C.E.D.R.U. Centro de Estudos e Desenvolvimento
Regional e Urbano.
- C.P. Caminhos-de-Ferro Portugueses.
- D.G.P.U. Direcção Geral de Planeamento Urbanístico.
- D.I.T. Divisão Internacional do Trabalho.
- E.F.T.A. Associação Económica de Comércio Livre.
- F.B.C.F. Formação Bruta de Capital Fixo.
- I.A.C.E.P. Instituto de Análise da Conjuntura e Estudo
de Planeamento.
- I.E.D. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- I.N.E. Instituto Nacional de Estatística.
- I.T.U.R. Inovação em Transportes Urbanos e Regionais.
- M.T.S.S. Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- N.E.U.T./C.I.E.S. Núcleo de Estudos Urbanos e
Territoriais/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- P.I.D.D.S. Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito
de Setúbal.
- P.I.B. Produto Interno Bruto.
- P.S. Península de Setúbal.
- Q.L. Quocientes de Localização.
- V.A.B. Valor Acrescentado Bruto.
- V.B.P. Valor Bruto da Produção.

ÍNDICE DOS QUADROS



QUADRO	1- ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, EM 1971, POR ÉPOCAS DE CONSTRUÇÃO.....	56
QUADRO	2- O PESO INDUSTRIAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL NO CONTEXTO NACIONAL, 1982.....	58
QUADRO	3- INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	58
QUADRO	4- TAXA DE DESEMPREGO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, NO PAÍS, 1960, 1981, 1986.....	71
QUADRO	5- DESEMPREGADOS SEGUNDO O TIPO DE DESEMPREGO, POR MUNICÍPIOS, 1981.....	72
QUADRO	6- EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, NO PAÍS, DISTRITO DE LISBOA E DISTRITO DE DE SETÚBAL, DE 1974 A 1976.....	73
QUADRO	7- EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO V.B.P E DO V.A.B. NO PAÍS E NA PENÍNSULA DE SETÚBAL.....	73
QUADRO	8- POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE, PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1960, 1970, 1981 (%).....	75
QUADRO	9- TAXAS DE ASSALARIAMENTO DA POPULAÇÃO ACTIVA NO DISTRITO DE SETÚBAL E NO PAÍS, 1981.....	77
QUADRO	10- TAXAS DE ASSALARIAMENTO POR ACTIVIDADES, NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1986.....	78
QUADRO	11- DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR ACTIVIDADES, PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1986.....	79
QUADRO	12- ESPECIALIZAÇÃO MUNICIPAL AO NÍVEL DA MÃO-DE-OBRA.....	80
QUADRO	13- TAXAS DE QUALIFICAÇÃO.....	83
QUADRO	14- TAXAS DE EMPREGO, SAÍDAS E ENTRADAS, 1981.....	92
QUADRO	15- MATRIZ TEMPO-DISTÂNCIA.....	94
QUADRO	16- PESO DOS MIGRANTES NO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL.....	105
QUADRO	17- PESO DA POPULAÇÃO NASCIDA NOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL, ALENTEJO, POR MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, EM 1981.....	107
QUADRO	18- TAXAS DE CRESCIMENTO DO SOLO EXPECTANTE E CONSTRUIDO NA REGIÃO DE LISBOA E NA PENÍNSULA DE SETÚBAL.....	114
QUADRO	19- EVOLUÇÃO DO SOLO CONSTRUIDO, POR MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1972 E 1977.....	115
QUADRO	20- O PESO DAS DIFERENTES UTILIZAÇÕES DO SOLO NAS FREGUESIAS DA PENÍNSULA, 1977.....	115
QUADRO	21- EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1960, 1981.....	118

QUADRO 22- ESTRUTURA DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1981.....	121
QUADRO 23- VALORES MÉDIOS DOS DEZASSEIS INDICADORES EM CADA CLUSTER.....	127

ÍNDICES DE FIGURAS

FIGURA 1- CAPITAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE.....	67
FIGURA 2- CAPITAL, TRABALHADORES E EMPRESAS POR SECTORES DE ACTIVIDADE.....	68
FIGURA 3- TAXAS DE EMPREGO E MOBILIDADE (ENTRADAS E SAÍDAS), 1981.....	92
FIGURA 4- FILEIRAS DE MAO-DE-OBRA POR SECTORES DE ACTIVIDADE.....	99
FIGURA 5- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIAS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1940, 1951, 1970, 1981.....	110
FIGURA 6- AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO O NÚMERO DE CLUSTERS FORMADOS.....	128
FIGURA 7- AGRUPAMENTO DOS MUNICÍPIOS EM QUATRO CLUSTERS....	128

ÍNDICES DE MAPAS

MAPA 1- OS MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL.....	6
MAPA 2- POPULAÇÃO POR DIMENSÃO DOS AGLOMERADOS, 1981.....	112
MAPA 3- OCUPAÇÃO DO SOLO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, 1986.....	117
MAPA 4- OCUPAÇÃO ILEGAL DO SOLO, 1989.....	119

INDEX



ACUMULAÇÃO - 12, 16, 17, 19, 25, 29, 31, 49, 51, 69

ASSIMETRIAS REGIONAIS - 11, 13, 35, 51, 101, 102

CONSUMO - 9, 11-12, 16, 47, 52, 63, 87

CRESCIMENTO

produtivo - 11, 18-19, 23-26, 44-50, 54-64, 75-77

urbano - 13-14, 19-23, 23-26, 101-105, 107, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 122, 124, 126, 129, 130, 131

demográfico - 39, 47, 48, 51, 101, 103, 105, 108, 109, 111, 116, 118, 119, 124

CRISE - 29, 31-34, 132-134

da cidade - 22, 121

econômica - 33, 35, 41, 48, 50, 52, 56, 57, 58, 64, 70-73

fiscal do Estado - 32

DEPENDÊNCIA - 41, 76, 132

entre Países - 15, 44, 45, 53, 61, 62, 63

entre regiões - 26, 28, 134

urbanização dependente - 20

DESENVOLVIMENTO - 10, 14, 16, 18, 21, 22, 28, 31, 33, 35, 36, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 56, 59, 62, 63, 69, 71, 80, 84, 121, 122, 123

DESLOCALIZAÇÃO - 10, 15, 16, 17

DESLOCAÇÕES (ver também mobilidade) - 16, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 104

DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - 15, 16, 22, 35, 50, 61, 64

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO POLÍTICO - 30-32

ESPAÇO - 7-37, 45, 74, 80,85, 87, 88, 89, 90, 91, 100, 113, 122, 124, 134

espaço-território - 9, 10, 12, 15, 17-19, 32, 33, 35, 36, 51, 57, 100

espaço dependente - 9,

espaço homogéneo - 9-12

espaço polarizado - 9, 11-14

ECONOMIAS EXTERNAS - 2, 21

FILEIRAS DE MAO-DE-OBRA - 74, 87-101, 134

HABITAÇÃO - 21, 34, 48, 75, 85, 88

INDUSTRIALIZAÇÃO - 21, 23, 26, 43 , 44, 45 , 47, 50, 51, 54, 61, 73

LOCALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES - 8-26, 44, 51, 55, 60, 69, 93, 100, 102, 108, 109, 111, 119, 123, 134

MAO-DE-OBRA - 25, 26, 35, 42, 43, 133

custo - 16

mobilização da (e gestão) - 39, 74-80, 132

qualificação - 25, 26, 43, 81-84,

mobilidade espacial - 85-86

METRÓPOLE - 21, 39, 42, 69, 85, 86, 88, 89, 94, 95,101, 102, 103, 107, 113, 116, 119, 122

MIGRAÇÕES - 11, 21, 27, 89, 105-108

MOBILIDADE (ver também deslocações) - 7, 21, 26, 27, 28, 39, 75, 85, 93, 101, 104

ORDENAMENTO (ver também planeamento) - 20, 26, 29, 32, 113

PLANEAMENTO (ver também ordenamento) - 15, 16, 30, 32, 33, 34, 35, 41, 62, 113, 134

REDISTRIBUIÇÃO SOCIAL - 17, 18, 29, 31, 75

REGIÕES - 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 25, 26, 28, 33, 35,
41, 47, 51, 52, 57, 59, 61, 62, 69, 74, 86, 95, 101, 102,
103, 104, 106, 107, 108, 113, 114, 116, 122, 123, 124,

RELOCALIZAÇÃO - 9,17

REPRODUÇÃO SOCIAL - 26, 31, 32, 35, 39, 41, 74, 87, 88,
100

URBANIZAÇÃO - 11, 20, 21, 23, 97, 109, 11, 113, 116, 118,
119

desurbanização - 21-22

reurbanização - 21

suburbanização - 21



ANEXOS

QUADRO 1

PENÍNSULA DE SETÚBAL - MÉTODO DE DUNN (População Activa 1970-1981)

C.A.E	POP. ACT. 1970	POP. ACT. 1981	PADRÃO	DESVIOS	
				ABS.	RELAT.
312	6520	6390	8357.8	-1967.8	-7.1
313	250	857	320.5	536.5	1.9
314	90	97	115.4	-18.4	-0.1
321	3660	1862	4691.6	-2829.6	-10.3
322	4765	5957	6108.1	-151.1	-0.5
323	120	110	153.8	-43.8	-0.2
324	195	130	250.0	-120.0	-0.4
331	10445	5947	13389.1	-7442.1	-27.0
332	815	1198	1044.7	153.3	0.6
341	350	1784	448.7	1335.3	4.8
342	1355	2014	1736.9	277.1	1.0
351	3045	4482	3903.3	578.7	2.1
352	1720	4587	2204.8	2382.2	8.6
353	330	491	423.0	68.0	0.2
354	15	260	19.2	240.8	0.9
355	530	758	679.4	78.6	0.3
356	105	254	134.6	119.4	0.4
361	910	632	1166.5	-534.5	-1.9
362	165	240	211.5	28.5	0.1
369	1175	2064	1506.2	557.8	2.0
371	3950	3665	5063.4	-1398.4	-5.1
372	90	260	115.4	144.6	0.5
381	4055	7442	5198.0	2244.0	8.1
282	2805	3986	3595.6	390.4	1.4
383	510	3284	653.8	2630.2	9.5
384	5210	18121	6678.5	11442.5	41.5
385	8705	542	11158.6	-10616.6	-38.5
390	1580	2755	2025.3	729.7	2.6
410	1030	2474	1320.3	1153.7	4.2
420	2045	174	2621.4	-2447.4	-8.9
500	16340	23424	20945.7	2478.3	9.0
TOTAL	82880	106241	106241.0	27569.6	100.0

FONTE: INE, Recenseamentos da População

QUADRO 2 DESLOCAÇÕES PENDULARES NO SECTOR PRIMÁRIO, 1981

TRABALHO	RESIDÊNCIA											Tj
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Ij	
1- ALCOCHETE	54	0	0	1	75	2	0	0	0	0	2	134
2- ALMADA	0	766	0	4	1	0	21	1	0	24	2	819
3- BARREIRO	0	2	206	10	0	0	4	2	0	0	5	229
4- MOITA	0	2	6	651	13	21	1	0	1	3	7	705
5- MONTIJO	32	1	3	17	2540	29	0	0	2	15	194	2833
6- PALMELA	58	1	1	9	34	4245	1	1	17	15	39	4421
7- SEIXAL	0	9	7	0	0	0	234	0	0	3	4	257
8- SESIMBRA	0	3	1	2	0	3	5	2091	8	4	1	2118
9- SETÚBAL	2	4	3	4	1	85	6	7	2132	17	38	2299
10-A.M.L. N.	6	95	23	24	6	2	42	9	21	14016	440	14684
11-Ei	11	11	3	1	33	17	4	4	20	314		
Ri	163	894	253	723	2703	4404	318	2115	2201	14411	732	28917

QUADRO 3 DESLOCAÇÕES PENDULARES NO SECTOR SECUNDÁRIO, 1981

TRABALHO	RESIDÊNCIA											Tj
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Ij	
1- ALCOCHETE	1419	20	12	29	294	17	2	0	27	120	12	1952
2- ALMADA	7	13828	880	476	36	77	3182	235	118	2878	92	21809
3- BARREIRO	21	112	8511	2975	103	378	283	52	118	497	64	13114
4- MOITA	14	17	362	3851	152	162	11	7	19	86	10	4691
5- MONTIJO	549	14	56	206	5759	99	9	6	10	103	102	6913
6- PALMELA	15	20	64	70	128	2600	30	11	276	98	80	3392
7- SEIXAL	1	1346	1176	790	21	238	10339	180	112	817	52	15072
8- SESIMBRA	1	29	30	11	1	14	55	1737	33	71	17	1999
9- SETÚBAL	84	779	1002	887	282	1298	779	251	16832	1484	471	24149
10-A.M.L. N.	96	6754	3053	1152	242	161	2640	228	388	251228	2435	268377
11-Ei	27	142	139	105	69	70	142	31	193	2633		
Ri	2234	23061	15285	10552	7087	5114	17472	2738	18126	260015	3335	365019

QUADRO 4 DESLOCAÇÕES PENDULARES NO SECTOR TERCIÁRIO, 1981

TRABALHO	RESIDÊNCIA											Tj
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Ij	
1- ALCOCHETE	694	4	11	5	122	6	2	1	4	27	5	881
2- ALMADA	4	16080	158	100	26	23	2303	109	75	1940	98	20916
3- BARREIRO	20	69	7780	1279	93	452	104	40	92	416	107	10452
4- MOITA	9	16	31	3081	84	46	18	4	48	139	9	3485
5- MONTIJO	351	24	311	131	4290	94	15	4	30	160	93	5503
6- PALMELA	8	16	31	30	49	2352	14	0	294	48	28	2870
7- SEIXAL	1	615	93	46	5	14	5508	52	46	330	28	6738
8- SESIMBRA	0	56	13	1	0	7	82	2558	60	89	4	2870
9- SETÚBAL	22	196	202	200	144	1118	216	167	16249	665	223	19402
10-A.M.L. N.	158	14689	6675	2443	496	326	6877	472	847	511852	3526	548361
11-Ei	28	123	76	39	57	57	95	17	335	2825		
Ri	1295	31888	15381	7355	5366	4495	15234	3424	18080	518491	4121	625130

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981

QUADRO 5

MATRIZ DOS VALORES SIGNIFICATIVOS DOS COEFICIENTES A_{ij} , NO SECTOR PRIMÁRIO

TRABALHO	RESIDÊNCIA								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- ALCOCHETE	71,5				6,0				
2- ALMADA		30,3					2,3		
3- BARREIRO			102,8	1,8			1,6		
4- MOITA				36,9					
5- MONTIJO	2,0				9,6				
6- PALMELA	2,3					6,3			
7- SEIXAL		1,1	3,1				82,8		
8- SESIMBRA								13,5	
9- SETÚBAL									12,2

QUADRO 6

MATRIZ DOS VALORES SIGNIFICATIVOS DOS COEFICIENTES A_{ij} , NO SECTOR SECUNDÁRIO

TRABALHO	RESIDÊNCIA								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- ALCOCHETE	118,8				7,8				
2- ALMADA		10,8					3,1	1,4	
3- BARREIRO			15,5	7,9		2,1			
4- MOITA			1,8	28,4	1,7	2,5			
5- MONTIJO	13,0			1,0	42,9	1,0			
6- PALMELA					1,9	54,7			1,6
7- SEIXAL		1,4	1,9	1,8		1,1	14,3	1,6	
8- SESIMBRA								115,8	
9- SETÚBAL				1,3		3,8		1,4	14,0

QUADRO 7

MATRIZ DOS VALORES SIGNIFICATIVOS DOS COEFICIENTES A_{ij} , NO SECTOR TERCIÁRIO

TRABALHO	RESIDÊNCIA								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- ALCOCHETE	380,1				16,1				
2- ALMADA		15,1					4,5		
3- BARREIRO			30,3	10,4	1,0	6,0			
4- MOITA	1,3			75,1	2,8	1,8			
5- MONTIJO	30,8		2,3	2,0	90,8	2,4			
6- PALMELA	1,4				2,0	113,9			3,5
7- SEIXAL		1,8					33,5	1,4	
8- SESIMBRA							1,2	162,4	
9- SETÚBAL						8,0		1,6	29,0